Relatório de Atividades de 2013

IAPMEI
Parcerias para o Crescimento

Índice

Índice 3
Lista de Abreviaturas e Siglas 4
I. Nota Introdutória 8
i. Breve análise conjuntural 8
ii. Ações estratégicas prosseguidas pelo Organismo com vista ao cumprimento da sua missão 9
II. Autoavaliação 14
i. Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados de acordo com o QUAR 14
i.1 Proposta de alterações ao QUAR de 2013, resultante da monitorização do 1º Quadrimestre 14
i.2 Análise dos desvios verificados de acordo com o QUAR de 2013 22
I.3. Apreciação, por parte dos utilizadores, da qualidade dos serviços prestados 31
ii. Avaliação do sistema de controlo interno 32
iii. Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes 35
iv. Atividades desenvolvidas previstas e não previstas no plano 35
iv. 1. Atividades desenvolvidas previstas 35
A. Promoção do Empreendedorismo, Inovação e Competitividade Empresarial 35
B. Incentivo ao Investimento Empresarial Qualificado 51
C. Promoção de Soluções de Financiamento e Revitalização Empresarial 56
D. Suporte à Intervenção 61
iv. 2. Atividades desenvolvidas não previstas 67
v. Medidas de reforço do desempenho 68
vi. Comparação do desempenho 70
vii. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores e trabalhadoras 72
viii. Afetação real e prevista de recursos 78
III. Balanço Social 82
IV. Avaliação Final 93
i. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados 93
ii. Menção proposta pelo dirigente máximo 95
iii. Conclusões prospetivas 96
V. Anexo 97
i. QUAR de 2013 98
Balanço Social (Quadros e informação) 99

Lista de Abreviaturas e Siglas

AEP – Associação Empresarial de Portugal

BBP – Benchmarking e Boas Práticas

BD – Base de dados

CD – Conselho Diretivo

CDE – Centro de Desenvolvimento Empresarial

CE – Comissão Europeia

CEO – Chief Executive Officer

CDAIPR – Comissão de Dinamização e Acompanhamento Interministerial do Programa Revitalizar

CIRE – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

CNEI – Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação

CNB – Consultor Nacional de *Benchmarking*

COMPETE – Programa Operacional Fatores de Competitividade do QREN

COTEC – Associação Empresarial para a Inovação (Portugal)

CPC – Conselho de Prevenção da Corrupção

DAE – Direção de Assistência Empresarial

DAGRE – Direção de Apoio Geral e Relações Externas

DG – Direção-Geral

DGIC – Direção de Gestão de Incentivos e de Créditos

DGOR – Direção de Gestão e Organização de Recursos

DJA – Direção Jurídica e Auditoria

DL – Decreto-Lei

DpAI – Departamento de Auditoria Interna

DpAR – Departamento de Assistência à Revitalização Empresarial

DpCI – Departamento de Comunicação e Imagem

DpFC – Departamento de Fiscalização e Controlo

DPE – Direção de Planeamento e Estudos

DPI - Direção de Promoção da Inovação

DPIF – Direção de Participadas e Instrumentos Financeiros

EBTP – European Business Test Pannel

EC – Encontros para a Competitividade

EEA – European Enterprise Awards

EEC – Estratégias de Eficiência Coletiva

EEN – Enterprise Europe Network

EFINERG – Eficiência Energética em PME

ESCT – Entidades do Sistema Científico e Tecnológico

FGUE – Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas

FINCRESCE – Programa do INOFIN para estimular processos de crescimento de empresas

FINICIA – Programa do INOFIN para favorecer o processo de criação de empresas

FINTRANS – Programa do INOFIN para estimular o redimensionamento e transmissão de empresas

FSE – Fornecimentos e Serviços Externos

GOP - Grandes Opções do Plano

I&D – Investigação & Desenvolvimento

I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

INE - Instituto Nacional de Estatística

INOFIN – Programa-Quadro de Inovação Financeira para o Mercado de PME do IAPMEI

IP – Instituto Público

IS – Innovation Scoring

LL – Living Labs

M€ - Milhões de euros

MBO – Management Buy Out

MBI – Management Buy In

ME – Ministério da Economia

MODCOM – Sistema de Incentivos a Projetos de Modernização do Comércio

MOU - Memorandum Of Understanding

OLL – Observatório de Living Labs

PEC - Plano de Estabilidade e Crescimento

PEC – Procedimento Extrajudicial de Conciliação

PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PER – Processo Especial de Revitalização

PERF – Processos Específicos de Revitalização e Financiamento

PIRE – Processo de Insolvência e da Recuperação da Empresa

PME – Pequenas e Médias Empresas

PME Excelência – Estatuto de qualificação empresarial, no quadro do FINCRESCE

PME Investe – Linha de crédito bonificado para PME com garantia do Estado

PME Líder – Estatuto atribuído a PME, no quadro do FINCRESCE

PO – Programa Operacional

POFC – Programa Operacional Fatores de Competitividade do QREN

POPH – Programa Operacional do Potencial Humano do QREN

PRACE – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

PROGRAMA +e+i – Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação

PROGRAMA REVITALIZAR – Iniciativa que tem por missão otimizar o ambiente legal, tributário e financeiro do tecido empresarial português, tendo em vista a revitalização de empresas economicamente viáveis

PT – Portugal

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização

REDE RSO PT – Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações

SCTN – Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SG - Secretaria-Geral

SGD – Sistema de Gestão Documental

SI - Sistemas de Informação

SIAC – Sistema de Apoio a Ações Coletivas

SIADAP – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública

SIGI – Sistema de Informação de Gestão de Incentivos

SIGPS – Sistema de Informação de Gestão de Participações Sociais

SIMPLEX – Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa

SIREVE – Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial

SME – *Small and Medium Enterprises*

UE – União Europeia

UO – Unidade Orgânica

VAB - Valor Acrescentado Bruto

VE – Vetor Estratégico

I. Nota Introdutória

i. Breve análise conjuntural

Minimizar a contração da procura interna e maximizar o crescimento da procura externa continuou a ser o mote, a nível macroeconómico, para as políticas públicas dirigidas às empresas em 2013, tendo em conta o grande objetivo de inverter a tendência de queda do Produto este ano.

Em face disto, por serem fatores essenciais ao cumprimento deste duplo objetivo, a atividade do IAPMEI em 2013 foi orientada para continuar a fomentar o reforço da competitividade das empresas portuguesas, o estímulo ao empreendedorismo e à inovação na estrutura empresarial nacional, o investimento empresarial qualificado, a facilitação do acesso ao financiamento e também a facilitação dos procedimentos de recuperação de empresas.

Os resultados alcançados pela economia nacional em 2013, se bem que ainda em terreno negativo, revelam já a pretendida inversão de tendência, refletida no abrandamento do ritmo de queda do Produto, que caiu 1,4% em volume em 2013, depois de se ter reduzido em 3,2% no ano anterior.

De fato, as empresas portuguesas ainda não conseguiram em 2013 voltar a aumentar os seus níveis globais de investimento, mas conseguiram já um abrandamento da sua queda, ao reduzirem o mesmo em 7,3%, depois de uma contração de 13,4% em 2012. Esta foi uma das vias pelas quais se atingiu uma menor contração do Produto.

O mercado interno continua a condicionar comportamentos mais expansivos das empresas, uma vez que o consumo privado interno continuou negativo em 2013, se bem que também em patamares menos negativos do que no ano anterior. O investimento empresarial continua, assim, a ter essa limitação.

Também por causa deste constrangimento, mas não só, o mercado externo é cada vez mais o motor de expansão para muitas atividades, e as empresas portuguesas continuam a mostrar claramente o seu bom desempenho neste domínio, tendo aumentado as suas vendas para o exterior em 6,1%, depois de já terem registado um crescimento das suas exportações de 3,2% no ano anterior.

Para além do aumento dos negócios, as empresas portuguesas estão também a continuar o processo de diversificação de mercados, que é da maior importância para a economia nacional. Em 2013 a quota da União Europeia foi de 70,2%, o que mostra que, não deixando os nossos parceiros de integração, naturalmente, de ser os nossos grandes clientes, estão continuadamente a perder algum peso, à medida que vamos conseguindo penetrar

em novos mercados. De registar que em 2007 a quota da UE era de 77,1%, tendo sido de 71,1% em 2012, antes dos atuais 70,2%.

Este novo ganho de quota do resto do Mundo traduz mais um ano de maior crescimento das exportações portuguesas para Países Terceiros do que para a UE, que em 2013 foi de 7,7% face a 3,4%, respetivamente.

Por sua vez, se bem que as dificuldades no acesso ao financiamento se tenham mantido para muitas empresas, houve também melhorias em 2013. Os empréstimos concedidos pelo sector financeiro a empresas exportadoras tiveram novos acréscimos, tendo a variação homóloga de Dezembro sido de 3%, enquanto que os montantes emprestados a PME diminuíram, mas já num ritmo inferior ao do ano anterior (tendo por referência o mês de Dezembro de 2013, a redução homóloga foi de 7,3%, que compara com uma variação homóloga de 10,1% em idêntico período do ano anterior).

Ao nível da dinâmica empresarial é de salientar o facto de em 2013 terem sido constituídas mais de 33 mil sociedades, o que representa um aumento de 15% face ao ano anterior. Por outro lado, o número de dissoluções de sociedades caiu 30%, para cerca de 18 mil, o que resultou num saldo positivo de mais de 15 mil sociedades no ano.

Este movimento terá certamente dado algum contributo para o abrandamento da queda do emprego que ocorreu em 2013, que foi de 2,8%, e que compara com a diminuição de 4,2% ocorrida no ano anterior.

ii. Ações estratégicas prosseguidas pelo Organismo com vista ao cumprimento da sua missão

Em face da estratégia desenhada, a atuação do IAPMEI concentrar-se-á, em 2013, nas áreas da promoção do empreendedorismo, inovação e competitividade empresarial, incentivo ao investimento empresarial qualificado, promoção de soluções de financiamento e revitalização empresarial, áreas em relação às quais é expectável que a Agência assuma a liderança da intervenção pública, desempenhe um papel supletivo e complementar aos agentes privados e execute os programas nacionais com eficácia, eficiência e qualidade.

- **Missão**

O novo Decreto-Lei n.º 266/2012 de 28 de Dezembro, reestruturou o IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. que, por força do presente diploma, passa a designar-se IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P, abreviadamente designado por IAPMEI, I.P. Esta reestruturação tem em vista a adaptação do organismo à estratégia nacional de reforço da competitividade empresarial e a prestação de

um apoio mais ágil às empresas portuguesas, promovendo o acompanhamento em todo o seu ciclo de vida, tendo como objetivo o seu desenvolvimento e o crescimento económico. O novo estatuto dá uma atenção especial à simplificação e modernização da sua estrutura e à promoção de um ambiente económico que corresponda às melhores condições de desenvolvimento empresarial e reforço da capacidade competitiva no mercado global. As novas responsabilidades institucionais centram-se na dinamização do empreendedorismo, qualificação dos recursos humanos e promoção da inovação, concebendo e gerindo instrumentos financeiros e de apoio, promovendo parcerias e vocacionando os incentivos ao investimento para iniciativas empresariais que melhorem a capacidade competitiva através de inovação. Decorrente do estatuto consagrado naquele diploma, a missão da Agência é:

"Apoiar as empresas, empresários e empreendedores nas suas estratégias de crescimento inovador e internacional, contribuindo para a criação de condições favoráveis à melhoria das competências e capacidades de gestão e inovação e ao acesso aos mercados financeiros".

A prossecução da missão do IAPMEI, consubstanciada no cumprimento dos objetivos estratégicos e dos compromissos assumidos com Empresas, Empreendedores e Empresários, traduz – se na vontade de satisfazer, naquilo que cabe ao Estado, as suas necessidades, no pressuposto de que serão as empresas a protagonizar o crescimento económico nacional.

- **Objetivos estratégicos**

O novo estatuto pretende habilitar o IAPMEI para o cumprimento das suas atribuições que convergem, essencialmente, para a criação de condições favoráveis ao reforço do espírito empresarial e à melhoria da competitividade das PME no contexto internacional.

A forma como o IAPMEI concebe, planeia e desenvolve a sua atividade, pode ser uma fonte importante de vantagens competitivas e de melhoria de desempenho das empresas. Enquanto entidade estratégica do ME no apoio às empresas, empresários e empreendedores, o planeamento da intervenção é determinado, essencialmente, pelas orientações definidas pela Tutela, por planos nacionais, nomeadamente, as Grandes Opções do Plano e os Planos de Estabilidade e Crescimento, e por programas de política pública que disponibilizam instrumentos financeiros, designadamente, o Programa COMPETE – Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) e Programa MODCOM – Modernização do Comércio.

O sucesso da intervenção depende da identificação dos constrangimentos ao crescimento económico e da adoção de estratégias corretamente orientadas para a otimização do impacto.

O atual modelo de economia é dominado por empresas maduras com produtos e tecnologias em declínio. A renovação e requalificação da estrutura empresarial devem ser orientadas para a concentração de empresas em

sectores emergentes e com níveis de qualificação elevados. Este processo exige fortes dinâmicas de inovação e mudança. As mudanças podem ser induzidas por políticas que facilitem a criação de empresas de base tecnológica, qualificação das capacidades e competências e reorientação estratégica para o crescimento e internacionalização.

Para promover a produtividade e o crescimento, é necessário dinamizar a criação e dissolução de empresas, induzir investimento qualificado, promover a inovação e facilitar o acesso a financiamento ao longo do ciclo de vida, privilegiando as iniciativas com maior impacto potencial nos fatores dinâmicos de competitividade.

No atual quadro circunstancial da economia, beneficiando de reconhecimento público enquanto instituição proativa de apoio às iniciativas de criação e crescimento empresarial e promoção da melhoria do ambiente de negócios, o IAPMEI intensificará a sua atividade, no sentido de minimizar os efeitos negativos da atual situação do País, de fragilidade económica e de crise financeira.

Para potenciar sinergias e alavancar o impacto da intervenção, a Agência atuará também por via indireta desenvolvendo parcerias estratégicas com os agentes relevantes da envolvente empresarial.

Promoção do Empreendedorismo, inovação e competitividade empresarial

Para proporcionar aos empresários e empreendedores maior facilidade no acesso a financiamento, e contribuir dessa forma para a qualidade e sustentabilidade das suas estratégias, o IAPMEI tem vindo a promover o alargamento da oferta de instrumentos de reforço da capitalização das empresas e de melhoria do acesso ao crédito. Para esse efeito, desenvolve relações de parceria estratégica, assumindo as funções de enquadramento e subsidiariedade, mobiliza os diversos instrumentos públicos de financiamento empresarial e as agências públicas do Ministério e incentiva os operadores do sistema financeiro e as entidades vocacionadas à promoção do empreendedorismo e da inovação.

Do lado da oferta de financiamento, atua de forma a adequar o contexto (através de simplificação administrativa), a conferir escala às operações (através da atribuição dos estatutos “PME Excelência” e “PME Líder” e do mutualismo: garantia mútua), a induzir liquidez (refinanciamento, garantia de titularização de créditos, mercados secundários) e a partilhar riscos (através de garantias, resseguro e sindicação). Do lado da procura, atua de forma a promover o empreendedorismo, a criação de empresas com elevado potencial de crescimento, a capacidade competitiva, a posição no mercado (através de sensibilização e notoriedade aos casos de sucesso), a informação financeira (credibilização da informação, financiamento de auditorias e pré-rating), a formação e a informação (através de informação, sensibilização e coaching).

Em 2013 o IAPMEI pretende continuar a contribuir para o desenvolvimento de soluções diferenciadas de abordagem, em função das diferentes fases do ciclo de vida das empresas, tendo em conta o correspondente posicionamento competitivo, e integrando, na solução de financiamento, instrumentos de capital e crédito.

Incentivo ao investimento empresarial qualificado

Os sistemas de incentivo financeiro são instrumentos criados para induzir nas empresas investimento produtivo e imaterial qualificado, estando orientados para a inovação e para a produtividade dos fatores geradores de crescimento económico.

Numa conjuntura económica complexa e difícil como a atual, a obtenção de resultados visíveis através dos sistemas de incentivo pressupõe uma utilização eficiente e eficaz dos recursos disponíveis. Tratando-se de sistemas fortemente consumidores de recursos financeiros, a estratégia é a de os concentrar nos projetos associados a estratégias empresariais consideradas prioritárias, assegurando rigor, equidade e seletividade na apreciação das candidaturas.

A par duma maior seletividade e concentração do apoio nos projetos com maior relevância económica, a orientação vai também no sentido da melhoria do processamento das candidaturas, de forma a melhorar a resposta da Agência em termos de prazo e qualidade, e a contribuir para um melhor aproveitamento dos apoios por parte das empresas. Os objetivos fixados neste domínio centram-se, fundamentalmente, na execução financeira dos programas, na eficiência do processamento das candidaturas e dos pedidos das empresas, na fiabilidade do controlo da despesa e na eficácia da recuperação dos créditos associados aos incentivos atribuídos.

A estratégia a prosseguir neste domínio em 2013 será, assim, a de criar condições que potenciem capacidades e competências para a inovação das empresas e da envolvente, dinamizando a transferência de conhecimento e tecnologia gerados no Sistema Científico e Tecnológico para as empresas.

Promoção de soluções de financiamento e revitalização empresarial

O atual contexto económico e financeiro exige uma atuação mais eficiente e eficaz na gestão dos programas e na mobilização dos instrumentos disponíveis para a recuperação e revitalização de empresas em dificuldades mas com potencial de viabilização, em parceria com entidades públicas e privadas, designadamente, a banca. Prevendo-se um incremento substancial do número de empresa em dificuldade, aqueles instrumentos vão ser muito relevantes para evitar ou minimizar a perda de postos de trabalho, competências e outros ativos.

Por outro lado, é também fundamental promover as dinâmicas de crescimento rápido das PME, através de operações de aquisição, fusão e outras formas de concentração, bem como a facilitação da transmissão em casos de sucessão empresarial e a revitalização de ativos pouco rentáveis pela integração numa nova cadeia de valor.

Suporte à intervenção externa

Naturalmente, para potenciar a sua atuação junto das empresas, o IAPMEI tem também que continuar a melhorar as suas áreas de suporte à intervenção externa, tornando-as ainda mais qualificadas e coerentes com a estratégia definida.

Nesse sentido, a sua atuação no domínio interno concentrar-se-á, em 2013, em fatores como o alinhamento estratégico e melhoria da avaliação do desempenho do serviço; a qualificação das capacidades e competências dos recursos humanos; a gestão do conhecimento (execução e divulgação de estudos, relatórios e informação relevantes para a atividade); a gestão dos sistemas de informação e comunicação; e a gestão dos recursos físicos e financeiros (captação de fontes de financiamento, gestão do saldo médio de tesouraria não aplicado, redução de custos, racionalização energética, contributo para a redução do défice público, gestão das participações sociais, inventariação do património imobiliário e gestão da contratação pública).

II. Autoavaliação

i. Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados de acordo com o QUAR

i.1 Proposta de alterações ao QUAR de 2013, resultante da monitorização do 1º Quadrimestre

Na sequência do processo de monitorização quadrimestral do Plano de Atividades e do QUAR de 2013, as unidades orgânicas identificaram desvios significativos à execução e propuseram um conjunto de alterações aos indicadores e iniciativas, sintetizadas no quadro em baixo referenciado:

U.O.	Alterações aos Indicadores		Alterações às Iniciativas	
DPI	I53 (Substituição e alteração da meta)	1	Ini6 (alteração de meta); Ini7 (alteração de meta); Ini8 (alteração de meta) Ini 11 (alteração de meta); Ini12 (alteração de meta)	5
DAE	I33 (Substituição e alteração de meta); I34 (Substituição do indicador)	2		
DGOR			Ini19 (Eliminação); Ini26 (Eliminação)	2
DpCI	I171. (Eliminação)	1		
DPIF	I11 (Substituição e alteração de meta); I12 (Substituição e alteração de meta); I13 (Substituição e alteração de meta);I22 (Substituição e alteração de meta); I141 (Substituição e alteração de meta)	5	Ini1;2;3;4;5 (Eliminação); Ini10; Ini17 (alteração de meta)	7
Totais	**9**		**14**	

As causas mais relevantes das alterações propostas foram as seguintes:

Causas internas

- Alterações introduzidas para aumentar a eficiência, redução de custos e eficácia dos serviços – (Nº1, N.º2, N.º3, Nº 4,N.º5, N.º6, Nº7,Nº12)
- 1 Alteração resultante de procura do serviço superior às expectativas (variável do indicador não suficientemente controlada pelo IAPMEI) (Nº10, Nº11, Nº13,Nº22)

Causas externas

- 2 Alterações motivadas pela evolução desfavorável do contexto económico e financeiro, face à execução da medida – (N.º8, N.º9,Nº14, Nº15, Nº16, Nº17, Nº18, Nº19, Nº20, Nº21, Nº23)

Na sequência da monitorização, foi realizada uma revisão de objetivos do QUAR e do Plano de Atividades, em Junho de 2013, que teve como consequência os seguintes quadros em anexo:

Alterações aos indicadores

Nº	Indicador	Objetivo	U.O.	QUAR/PA	Indicador QUAR Nº	Justificação da alteração	Novo Indicador	Meta planea da 2013	Proposta da alteração
1	I53. Proporção das respostas dadas, no prazo definido, em todas as fases de candidatura dos projetos de transferência de tecnologia, no âmbito dos Vales I&DT e Inovação.	O5. Dinamizar a transferência de conhecimento e tecnologia do SCTN para as empresas	DPI	PA+QUAR	9	O valor de 90% corresponde ao referencial de cumprimento face ao padrão de resposta na análise das candidaturas, para uma procura até 240 candidaturas por fase.	N.A.	70%	90%

2	I33. Nº de "Passaportes para o crescimento e exportação" emitidos de reconhecimento das competências necessárias à formulação e execução de estratégias de crescimento sustentáveis.	O3. Desenvolver competências empresariais para a inovação, competitividade e internacionalização	DAE	PA+QUAR	5	Substituição deste indicador por outro (I35 - Nº de Diagnóstico de Competências em Pequenas e Médias Empresas), resultante da reprogramação das atividades de assistência empresarial. A atividade "Passaportes para o crescimento e exportação" não vai ser realizada.	I35 - Nº de Diagnóstico de Competências em Pequenas e Médias Empresas	100	250
3	I34. Nº de Planos de Melhoria de Competências e de Estratégias de Abordagem aos Mercados Externos de empresas com "Passaportes para o crescimento e exportação", executados com apoio	O3. Desenvolver competências empresariais para a inovação, competitividade e internacionalização	DAE	PA+QUAR	6	Propõe-se a alteração e respetiva substituição da designação deste indicador, porque o mesmo não será concretizado.	I36- Nº de Planos de Melhoria de Competências em PME executados com apoio	50	50
4	I171. Respostas dadas e de projetos concluídos de comunicação corretamente dentro do prazo	O17. Melhorar a visibilidade da intervenção e dos instrumentos de apoio ao IAPMEI	DpCI	PA	N/A	Propõe-se a eliminação deste indicador, porque o mesmo não será concretizado	N.A.	85%	Eliminação
5	I11. Proporção de escolas nos concursos de ideias para o 1º e 2º ciclo, no âmbito do projeto	O1. Promover o espírito empreendedor	DPIF	PA	N/A	A alteração das orientações e prioridades das atividades da DPIF para 2013, constituída agora por uma nova	I14. Nº de Ideias detetadas e estruturadas no âmbito do	20%	180

	INOVA					equipa com a ADI, obrigou à substituição do indicador planeado I11 pelo "I14.Nº de Ideias detetadas e estruturadas no âmbito do projeto INOVA".	projeto INOVA		
6	I12. Proporção de escolas participantes nos concursos (ensino básico e secundário), no âmbito do projeto INOVA	O1. Promover o espírito empreendedor	DPIF	PA	N/A	A alteração das orientações e prioridades das atividades da DPIF a desenvolver em 2013, constituída agora por uma nova equipa com a ADI, obrigou à substituição do indicador planeado I12 pelo indicador I15. Nº de Bolsas atribuídas na 1ª fase do Passaporte para o Empreendedorismo.	I15. Nº de Bolsas atribuídas na 1ª fase do Passaporte para o Empreendedorismo	40%	800
7	I13. Nº de turmas de formação de consultoria (capacitação de professores) para o empreendedorismo nas escolas, para a capacitação de professores, no âmbito da iniciativa "Portugal Empreendedor".	O1. Promover o espírito empreendedor	DPIF	PA	N/A	A alteração das orientações e prioridades das atividades da DPIF a desenvolver em 2013, constituída agora por uma nova equipa com a ADI, obrigou à substituição do indicador planeado I13 pelo indicador "I16. Proporção de empreendedores contemplados com bolsas na 1ª fase que mantiveram a bolsa e beneficiam de apoio e assistência na 2ª fase do Passaporte para o Empreendedorismo".	I16. Proporção de empreendedores contemplados com bolsas na 1ª fase que mantiveram a bolsa e beneficiam de apoio e assistência na 2ª fase do Passaporte para o Empreendedorismo	2	30%

8	I22. Nº de empreendedores apoiados através das redes de parceria, no âmbito da promoção do autoemprego da iniciativa "Portugal Empreendedor" (Assistência ao longo do ciclo empreendedor).	O2. Promover a criação e o arranque de empresas inovadoras	DPIF	PA+QUAR	2	Substituição do indicador I22 pelo indicador "I24. Nº de redes de parceria (locais/regionais) operacionais, no âmbito da iniciativa Portugal Empreendedor", devido à reprogramação das atividades de dinamização do empreendedorismo no âmbito do Programa +E+I.	I24. Nº de redes de parceria (locais/regionais) operacionalizadas, no âmbito da iniciativa "Portugal Empreendedor"	600	16
9	I141. Proporção de concretização de ações visando a criação de uma plataforma de negociação nacional	O14. Dinamizar processos de transmissão e de obtenção de dimensão inorgânica, no âmbito do REVITALIZAR/PDTE	DPIF	PA	N/A	Substituição do indicador I141 pelo indicador "I144 Nº de Empresas contactadas visando a sua sensibilização e adesão para a concretização de processos de transmissão e ou sucessão", por questões de financiamento.	I144 Nº de Empresas contactadas visando a sua sensibilização e adesão para a concretização de processos de transmissão e ou sucessão	65%	300

Alterações às iniciativas

Nº	Iniciativa	Objetivo	U.O.	QUAR/PA	Justificação da alteração	Nova Iniciativa	Meta planeada 2013	Proposta da alteração
10	Ini6. Estudo e divulgação de casos de sucesso de inovação em PME, com base nos resultados dos projetos Vale Inovação e Vale I&DT, tendo em vista a disseminação e partilha de experiências.	O1.	DPI	PA	Trata-se de uma iniciativa suportada por um plano de ação anual ambicioso, no âmbito do qual se considerou realista uma taxa de execução de 75%, considerando que para algumas das atividades de base se verificou já uma abordagem preliminar em 2012.	N.A.	50%	75%
11	Ini7. Atribuição de Prémios Europeus de Promoção Empresarial (Enterprise European Awards) a promotores empresariais e iniciativas realizadas com sucesso em toda a Europa e divulgação de exemplos de boas políticas e práticas de iniciativa empresarial e de empreendedorismo.	O2;O5	DPI	PA	Trata-se de uma iniciativa alinhada com as políticas comunitárias de apoio ao empreendedorismo e às PME e nessa medida suportada por um plano de ação anual ambicioso e muito dependente dos ajustamentos e alterações que anualmente a Comissão Europeia efetua, no âmbito do qual se considerou realista uma taxa de execução de 80%	N.A.	100%	80%
12	Ini8. Participação na organização nacional da semana "European SME Week 2013", para fomentar o espírito empresarial e a inovação, informar sobre os programas de apoio disponíveis, partilhar experiências e conhecimentos, bem como potenciar parcerias.	O2;O5;O7	DPI	PA	Trata-se de uma iniciativa alinhada com as políticas comunitárias de apoio ao empreendedorismo e às PME e nessa medida suportada por um plano de ação anual ambicioso e muito dependente dos ajustamentos e alterações que anualmente a Comissão Europeia efetua, no âmbito do qual se considerou realista uma taxa de execução de 80%.	N.A.	100%	80%

13	Ini 11. Participação na reformulação estratégica iniciada em 2012 e na implementação do modelo de gestão, acompanhamento e monitorização do novo quadro de referência para os Polos de Competitividade.	O2	DPI	PA	A meta reflete a clarificação verificada no início do ano quanto ao papel e a dinâmica a assumir pelo IAPMEI no domínio dos Clusters. A iniciativa será assim suportada num plano de ação anual relativamente ao qual se considerou realista a taxa de execução indicada de 80%.	N.A.	30%	80%
14	Ini12. Participação na gestão e monitorização do Programa +e+i: dinamização e acompanhamento dos grupos de trabalho do CNEI, implementação das medidas definidas; identificação e desenvolvimento de novas medidas; gestão do Portal; gestão e atribuição da Distinção +e+i; monitorização das medidas e do ecossistema de empreendedorismo e inovação.	O1;O2;O3; O4;O5;O6; O7	DPI	PA	A meta reflete a clarificação verificada no início do ano quanto ao papel e a dinâmica a assumir pela DPI no domínio do Programa +e+i e está suportada num plano de ação anual relativamente ao qual se considerou realista a taxa de execução indicada de 80%.	N.A.	60%	80%
15	Ini19. Implementação do plano de requalificação do Site do IAPMEI	O16;O17	DGOR	PA	Esta iniciativa não se irá concretizar em 2013, por motivos de reprogramação de prioridades	N.A.	100%	Eliminação
16	Ini26. Desenvolvimento das ferramentas para o Passaporte para o Crescimento e a Exportação	O3;O21	DGOR	PA	O indicador inerente a esta ação não será concretizado devido à reprogramação das atividades deste indicador. Por consequência a iniciativa também não será realizada	N.A.	100%	Eliminação
17	Ini 1. Promoção da alteração cultural e a mudança de mentalidades que impede o aproveitamento do erro ou insucesso fortuito como forma útil de aprendizagem no âmbito do Projeto	O1; O2	DPIF	PA	Não vai existir um envolvimento do projeto Reempreender promovido pela AEP	N.A.	75%	Eliminação

	Reempreender, em parceria com a AEP.							
18	Ini 2. Promoção da criação e dinamização de novos negócios através da participação de empreendedores em processos de cadeias de fornecimento no âmbito do projeto, em parceira com a AEP.	O2	DPIF	PA	Não vai existir um envolvimento do projeto Reempreender promovido pela AEP	N.A.	75%	Eliminação
19	Ini 3. Implementação do Passaporte para o Empreendedorismo que visa permitir que jovens recém-licenciados, com mestrado ou bolseiros detentores de projetos com valia comercial prossigam o seu objetivo de passar para o mercado produtos ou conceitos de negócio inovadores, através da atribuição de uma bolsa de subsistência pelo período máximo de seis meses.	O1	DPIF	PA	Como houve reprogramação dos indicadores 3 e 4, a iniciativa não será executada	N.A.	100%	Eliminação
20	Ini 4. Acelerar a passagem para o mercado de ideias ou projetos científicos, identificados nas escolas e reforçados tecnologicamente na rede de Politécnicos, Universidades e BIC, selecionados no âmbito de Concurso da Fundação Ilídio Pinho para a sociedade	O1	DPIF	PA	Não vai avançar a parceria com a Fundação Ilídio Pinho	N.A.	65%	Eliminação

21	Ini 5. Assegurar a participação de escolas no Poliempreende, mantendo-se o acompanhamento dos concursos de planos de negócio dos politécnicos (Poliempreende e ProfiEmpreende).		DPIF	PA	Não vai existir um envolvimento do projeto Reempreender promovido pela AEP	N.A.	6	Eliminação
22	Ini10. Aumento do n.º de membros da Rede de Responsabilidade Social das Organizações, no âmbito da rede RSO PT		DPIF	PA	Aumento da meta deste indicador, correspondente a um aumento da procura superior ao inicialmente previsto	N.A.	50%	75%
23	Ini17. Executar, no âmbito da facilitação do acesso a financiamento, uma iniciativa que visa a captação de PME para o mercado bolsista, criação de soluções específicas de financiamento de capital e crédito e dinamização do acesso de PME a soluções existentes.		DPIF	PA	Redução da meta de realização da iniciativa, devido a dificuldades acrescidas relacionadas com a atual conjuntura económica.	N.A.	100%	60%

i.2 Análise dos desvios verificados de acordo com o QUAR de 2013

Objetivo 1 - *Promover a criação e o arranque de empresas inovadoras* - ***Taxa de Realização****: 159%*

Indicador 1 – N.º de empreendedores participantes em Workshops de desenvolvimento de competências para a formulação de estratégias, desenho de modelos de negócio e elaboração de planos de ação (I21).

- **Meta**: 100
- **Resultado:** 124

Justificação do desvio: A superação da meta fixada, deveu-se fundamentalmente ao interesse que este tipo de iniciativa gerou junto das PME, o que levou a uma maior participação das mesmas nos Workshops realizados.

Indicador 2 – N.º de redes de parceria (locais/regionais) operacionalizadas, no âmbito da Iniciativa Portugal Empreendedor (I24).

- **Meta**: 16
- **Resultado:** 14

Justificação do desvio: O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta.

Indicador 3 – N.º de processos de criação de empresas e em fase early stage, financiados no âmbito de soluções específicas de crédito e de capital, no âmbito do FINICIA/+E +I.(I23).

- **Meta**: 150
- **Resultado:** 231

Justificação do desvio: O grande dinamismo dos Fundos Business Angels na avaliação e decisão sobre processos de criação das empresas e em fase early stage (mais de 100 operações) explicam o grau de superação do objectivo.

Objetivo 2 – *Desenvolver competências empresariais para a inovação, competitividade e internacionalização* - ***Taxa de Realização****: 198%*

Indicador 4 – N.º de empresas a frequentar as ações de formação-ação, para o desenvolvimento de competências de gestão e de planos de melhoria da atividade empresarial em PME (I32).

- **Meta**: 190
- **Resultado:** 279

Justificação do desvio: A meta estimada teve por base o orçamento disponível pelo POPH, contudo este foi reforçado o que permitiu aumentar o número de empresas participantes neste tipo de acção.

Indicador 5 – N.º de Diagnósticos de Competências em Pequenas e Médias empresas (I35).

- **Meta**: 250
- **Resultado:** 321

Justificação do desvio: A superação da meta fixada, deveu-se por um lado ao interesse a que este tipo de produto gerou junto das PME e por outro pelo fato de existir uma plataforma aberta o que facilitou o acesso das PME ao mesmo.

Indicador 6 – N.º de Planos de Melhoria Competências em PME (I36).

- **Meta**: 50
- **Resultado:** 108

Justificação do desvio: O fato da realização do diagnóstico evoluir de forma personalizada para uma via eletrónica, permitiu uma maior eficiência à equipa responsável na elaboração dos planos de melhoria.

Objetivo 3 – *Dinamizar a transferência de conhecimento e tecnologia do SCTN para as empresas* - ***Taxa de Realização****: 157%*

Indicador 7 – N.º de ações desenvolvidas de intermediação entre as universidades e as empresas para transferência de conhecimento e tecnologia (I51)

- **Meta**: 40
- **Resultado:** 90

Justificação do desvio: A alteração da metodologia utilizada na dinamização desta acção, isto é, passando de uma abordagem personalizada para uma abordagem em grupo - "Dia aberto ao conhecimento", permitiu um maior número de intermediações com as entidades envolvidas nesta iniciativa.

Indicador 8 – Nº de PME acompanhadas na realização de projetos de transferência de conhecimento e tecnologia, no âmbito dos Vales I&DT e Inovação (I52).

- **Meta**: 750
- **Resultado:** 872

Justificação do desvio: O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta.

Indicador 9 – Proporção das respostas dadas, no prazo definido, em todas as fases de candidatura dos projetos de transferência de tecnologia, no âmbito dos Vales I&DT e Inovação (I53).

- **Meta**: 90%
- **Resultado:** 110%

Justificação do desvio: O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta.

Objetivo 4 – *Aumentar a eficácia dos sistemas de incentivo ao investimento empresarial qualificado* - ***Taxa de Realização****: 169%*

Indicador 10 – N.º de visitas realizadas de assistência técnica à execução de projetos de investimento com incentivo financeiro contratado (I81).

- **Meta**: 250
- **Resultado:** 335

Justificação do desvio: A superação da meta fixada, deveu-se ao fato dos serviços desconcentrados (CDE), terem realizado visitas não previstas atendendo a necessidades de PME.

Indicador 11 – Proporção do pagamento previsto de incentivo ao investimento, no âmbito dos programas QREN e MODCOM (I82).

- **Meta**: 100%
- **Resultado:** 126,20%

Justificação do desvio: A superação do indicador deveu-se ao fato de os pedidos de pagamento de incentivo terem sido superiores às espetativas, o que induziu um aumento da eficácia no cumprimento dos prazos definidos.

Indicador 12 – Valor de créditos em contencioso, recuperados ou arquivados no ano (I83).

- **Meta**: 14 M€
- **Resultado:** 18,94 M€

Justificação do desvio: O indicador foi superado, por terem sido recuperados alguns créditos, de montante avultado, cuja recuperação não era previsível com segurança.

Objetivo 5 – *Promover a recuperação de empresas pela via extrajudicial, no âmbito do REVITALIZAR / SIREVE -* ***Taxa de Realização****: 132%*

Indicador 13 – N.º de empresas visitadas para despiste e enquadramento da situação de dificuldade (I111).

- **Meta**: 150
- **Resultado:** 189

Justificação do desvio: A superação da meta fixada, deveu-se ao fato dos serviços desconcentrados (CDE) , terem realizado mais visitas do que inicialmente previstas, de forma a poderem satisfazer em tempo oportuno as necessidades das PME.

Indicador 14 – Grau de execução de acordos celebrados, relativamente aos processos aceites (I112).

- **Meta**: 30%
- **Resultado:** 42,42%

Justificação do desvio: O desempenho da equipa do SIREVE, conjugado com a motivação e esforço das empresas para melhoria dos planos de viabilização, justificam o grau de execução de acordos celebrados

Indicador 15 – Proporção dos processos concluídos dentro do prazo legal estabelecido (I113).

- **Meta**: 80%
- **Resultado:** 86%

Justificação do desvio: O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta

Objetivo 6 – *Aumentar a eficiência no processamento e controlo do incentivo ao investimento, no âmbito dos programas QREN e MODCOM -* ***Taxa de Realização****: 116%*

Indicador 16 – Proporção de candidaturas aos sistemas de incentivo e benefícios fiscais analisadas no ano dentro do prazo (I91).

- **Meta**: 90%
- **Resultado:** 98,02%

Justificação do desvio: A superação do indicador deveu-se ao fato de a procura dos sistemas de incentivo ter sido superior às espetativas e, também à eficiência conseguida no cumprimento dos prazos definidos em cada um dos concursos.

Indicador 17 – Proporção de decisões dentro do prazo, relativamente aos pedidos de pagamento entrados no ano (I92).

- **Meta**: 85%
- **Resultado:** 92,09%

Justificação do desvio: O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta

Indicador 18 – Proporção de relatórios de auditoria emitidos no ano dentro do prazo (I93).

- **Meta**: 95%
- **Resultado:** 93,44%

Justificação do desvio: O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta

Objetivo 7 – *Aumentar a fiabilidade da fiscalização e controlo dos incentivos, no âmbito dos programas QREN e MODCOM -* ***Taxa de Realização****:103 %*

Indicador 19 – Proporção de encerramentos executados corretamente com confirmação/aprovação pelo CD (I101).

- **Meta**: 95%
- **Resultado:** 100%

Justificação do desvio: O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta

Indicador 20 – Proporção de ações de controlo levadas a cabo pelo IFDR e/ou Autoridades de Gestão, acompanhadas dentro do prazo (I102).

- **Meta**: 95%

- **Resultado:** 95,55%

Justificação do desvio: O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta

Indicador 21 – Proporção de despesa controlada nos relatórios de auditoria MODCOM dos projetos geridos pelo IAPMEI (I103).

- **Meta**: 8%
- **Resultado:** 5,43%

Justificação do desvio: O desvio verificado neste indicador está relacionado com a data de abertura de novas fases de candidaturas, nomeadamente, do Comércio Investe. Só se verificou a sua abertura no final do ano, pelo que as candidaturas só terão execução em 2014. Deste modo, por motivos alheios ao IAPMEI (a abertura de novas candidaturas é determinada pela tutela), é de referir que os projetos foram substituídos por outros geridos pelo IAPMEI e que foram objeto de controlo de despesa.

Objetivo 8 – *Dinamizar o serviço de informação e aconselhamento* - ***Taxa de Realização****: 112%*

Indicador 22 – Nº de alertas informativos específicos emitidos e de intervenções de esclarecimento sobre os mecanismos de apoio ao empreendedorismo realizadas (I41).

- **Meta**: 50
- **Resultado:** 51

Justificação do desvio: O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta

Indicador 23 – Grau de execução do Working Programme 3, a vigorar em 2013 - 2014, da Enterprise Europe Network PT (Ini13).

- **Meta**: 80%
- **Resultado:** 107%

Justificação do desvio: Este valor decorre do elevado interesse das empresas em ações e serviços da Enterprise Europe Network. Verificou-se, por outro lado, alteração de prioridades na execução do Programa, com particular incidência no último trimestre com a organização da "*Mission for Growth*", o que tendo implicado a redução de algumas tarefas anteriormente planeadas, foi mais que compensado com o aumento significativo de outras, bem como pela realização de atividades não planeadas.

Indicador 24 – Nº de empresas apoiadas no âmbito do serviço de tutoria personalizada na gestão da formação dos colaboradores e colaboradoras, identificando as necessidades, elaborando um plano de formação e executando ações formativas (I43).

- **Meta**: 25
- **Resultado:** 23

Justificação do desvio: O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta.

Objetivo 9 – *Qualificar as capacidades e competências* - ***Taxa de Realização****: 116%*

Indicador 25 – Proporção de trabalhadores e trabalhadores abrangidos por ações de formação dinamizadas pelo IAPMEI (I191).

- **Meta**: 68%
- **Resultado:** 89%

Justificação do desvio: O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta.

Quadro resumo:

Os resultados obtidos estão representados no quadro seguinte:

Parâmetros	Nº Objetivos	Tx Realização do Objetivo	Nº Indicador	Indicadores			
				Meta 2013	Resultado	Tx Realização	Classificação
Eficácia	O1	159%	Ind. 1	100	124	140%	Superou
			Ind. 2	16	14	100%	Atingiu
			Ind. 3	150	231	201%	Superou
	O2	198%	Ind. 4	190	279	177%	Superou
			Ind. 5	250	321	147%	Superou
			Ind. 6	50	108	281%	Superou
	O3	157%	Ind. 7	40	90	308%	Superou
			Ind. 8	750	872	116%	Superou
			Ind. 9	90%	110%	122%	Superou
	O4	169%	Ind. 10	250	335	156%	Superou
			Ind. 11	100%	126,20%	166%	Superou
			Ind. 12	14	18,94	182,33%	Superou
	O5	132%	Ind. 13	150	189	142%	Superou
			Ind. 14	30%	42,42%	131%	Superou
			Ind. 15	80%	86%	115%	Superou
Eficiência	O6	116%	Ind. 16	90%	98,02%	127%	Superou
			Ind. 17	85%	92,09%	118%	Superou
			Ind. 18	95%	93,44%	100%	Atingiu
	O7	103%	Ind. 19	95%	100%	125%	Superou
			Ind. 20	95%	95,55%	100%	Atingiu
			Ind. 21	8%	5,43%	78%	Não atingiu
Qualidade	O8	112%	Ind. 22	50	51	100%	Atingiu
			Ind. 23	80%	107%	140%	Superou
			Ind. 24	25	23	100%	Atingiu
	O9	116%	Ind. 25	68%	89%	116%	Superou

I.3. Apreciação, por parte dos utilizadores, da qualidade dos serviços prestados

O IAPMEI começou a realizar a medição de satisfação de clientes em 2004.

Numa fase inicial essa medição, e consequente avaliação de resultados, foram feitas exclusivamente com recursos internos.

Por questões de rigor técnico, isenção, e capacidade de realização, o IAPMEI decidiu que, a partir da edição de 2006, inclusive, o processo de avaliação de clientes seria conduzido por uma entidade externa. Neste sentido, desde então, para a atividade de medição da avaliação da satisfação de clientes, o IAPMEI passou a fazer contratação anual deste serviço a entidades externas, mantendo sempre os princípios de rigor na elaboração dos inquéritos.

Sendo o processo interno despoletado com a devida antecedência (é necessário definir antes do final de cada ano as versões preliminares de cadernos de encargos e conhecer estimativas de número de clientes, indispensáveis à elaboração de orçamentos, por exemplo), o procedimento de aquisição de serviços só ocorre no início do ano seguinte ao da avaliação de desempenho (sendo o inquérito dirigido a clientes que procuraram o IAPMEI num determinado ano, ou seja, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de um ano, as bases de dados definitivas de clientes só podem estar disponíveis no início do ano seguinte). Nesse sentido, todos os anos o procedimento de aquisição de serviços, se bem que preparado preliminarmente no ano a que respeita a inquirição, só é realizado no início do ano seguinte ao que se pretende avaliar.

A Portaria no 4-A/2011 de 3 de Janeiro e as suas subsequentes homólogas anuais, passaram a obrigar o IAPMEI a obter autorização prévia para a aquisição de serviços com valor superior a 5.000€, que é o caso da aquisição de serviços para a elaboração a avaliação de satisfação de clientes.

A experiência tem demonstrado que o tempo de decisão ultrapassa largamente, por um lado, o período de autoavaliação do Instituto e, por outro, mesmo que já fora do tempo útil para a autoavaliação, também deixou de ser compatível com o completo rigor da avaliação, dado o desfasamento do momento da inquirição relativamente ao período que se pretendia avaliar.

Em face disto, a alternativa adotada foi avaliar através dos resultados do serviço de Provedoria do Cliente que assegura o tratamento das reclamações e sugestões quanto à qualidade dos serviços prestados, com base no universo do número das reclamações entradas, durante o ano de 2013.

Os dois serviços com maior número de clientes nesse ano, são os sistemas de incentivo financeiro com 8.792 empresas e a Certificação de PME com 62.907 empresas.

Relativamente a estes serviços, deu entrada na Provedoria do Cliente 26 reclamações relativas à Certificação de PME e 22 relativas aos sistemas de incentivo. Tendo em conta os respetivos universos de clientes, pode concluir-se que as percentagens dos serviços prestados objeto de reclamação são muito baixas – (0,04%) e (0,25%) respetivamente. Relativamente a outros serviços, o número de reclamações entradas é praticamente insignificante.

O quadro seguinte mostra a síntese das reclamações entradas:

Serviço objeto de Reclamação	Reclamações entradas
Certificação de PME	26
Sistemas de Incentivos	22
Estatuto de PME Líder	2
Passaporte Empreendedorismo	1
FINICIA	1
Atendimento	1
Total	**53**

ii.Avaliação do sistema de controlo interno

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	S			Estão definidas nas áreas mais relevantes (Incentivos financeiros, assistência empresarial, certificação PME e gestão de recursos
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	S			É sempre efetuada uma verificação de todo o enquadramento legal e regulamentar, de toda a catividade da Agência
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	S			O IAPMEI está inscrito no IPAI (Instituto Português de Auditoria interna), mantendo o DpAI e os seus colaboradores em ações de formação no âmbito da Auditoria Interna
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	S			Existe um Código de Conduta do IAPMEI, com normas que integram o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem

				Funções Públicas (Lei nº58/2008, de 9 de Setembro) e da Carta Ética da Administração Pública
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	S			O plano de formação e consequentemente as ações de formação são realizadas com base no levantamento de necessidades de formação que abrange todos os colaboradores do IAPMEI. Posteriormente é validado pelas chefias, tendo em conta as funções e tarefas dos seus colaboradores.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	S			-----
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	S			Auditoria externa pelo IGF
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	S			------
2.2 Qual a percentagem de colaboradores e colaboradoras do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?			NA	No âmbito do SIADAP 3, durante o ano de 2013 não existe ciclo avaliativo, pois de acordo com as alterações legislativas, a avaliação passou a ser bienal (2013-2014). No que diz respeito ao SIADAP 2, o CCA ainda não foi marcado, pelo que não há percentagem de dirigentes avaliados
2.3 Qual a percentagem de colaboradores e colaboradoras do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	S			89%
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	S			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	S			Definida e formalizada através de Ordens de Serviço
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	S			------
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores e trabalhadoras?	S			Sempre que há sobrecarga de trabalho ou necessidades de competências específicas adicionais, há rotação de funções dos trabalhadores reforçando as unidades ou integrando uma Task Force. Estas situações são formalizadas através de Ordem de Serviço.

3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	S			As responsabilidades funcionais das unidades orgânicas estão definidas em Ordem de Serviço. Enquadrados naquelas responsabilidades funcionais, anualmente são definidas, monitorizados e avaliados os objetivos, metas e indicadores, relativamente a todos os colaboradores
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	S			Nas áreas mais relevantes (Incentivos financeiros, Assistência empresarial, Certificação PME, Gestão de recursos)
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	S			Existe um sistema informático de gestão documental suportado na definição clara dos circuitos
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	S			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado	S			Monitorização anual
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	S			Processos de suporte informatizados, nomeadamente RH, Contabilidade e Gestão de Créditos. Desmaterialização de processos de através de plataforma de gestão documental.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas, permitindo o cruzamento de informação?	S			Existe integração entre os sistemas mais relevantes na atividade da Agência.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos *outputs* dos sistemas?	S			As auditorias externas e as práticas em implementação de acordo com a ISO27001 permitem aferir a fiabilidade dos sistemas e detetar oportunidades de melhoria. Comissão de acompanhamento TIC avalia a oportunidade e utilidade dos investimentos.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	S			Os outputs são desenvolvidos de acordo com as necessidades dos serviços e objecto de revisão, sempre que a necessidade é identificada
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	S			O acesso ao Data Center é condicionado. Existem mecanismos de controlo de acesso à informação.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de *backups*)?	S			Está instituído um processo de backups.
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	S			É efetuado periodicamente auditoria de segurança que permite detetar eventuais vulnerabilidades e desenvolver as respetivas ações de mitigação. É efetuada monitorização dos sistemas de segurança.

Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.

No que respeita ao ponto 1.7. da grelha do questionário de Controlo Interno, foi realizada uma auditoria externa ao Sistema Remuneratório do IAPMEI, pelo IGF relativo aos anos de 2011 e 1º semestre de 2013.

iii. Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes

A Iniciativa (Ini.20) com a designação – "Publicação de newsletters institucionais para informação às empresas", não se realizou por indisponibilidades orçamentais que impediram o desenvolvimento do projeto que implicava a aquisição de serviços de criação de plataforma para gestão de newsletters, pelo que foi necessário efetuar a transferência do projeto para o próximo ano.

A Iniciativa (Ini.21) com a designação – "Execução do plano anual de racionalização da carteira de participadas", não se realizou devido à publicação do diploma relativo à orgânica do IAPMEI, e a expectável alteração do respetivo enquadramento estratégico e organizacional. Desta forma, considerou-se, mais adequado, a suspensão do plano de racionalização da carteira de participadas.

A Iniciativa (Ini.22) com a designação – "Modelo de Gestão de Competências direcionado para dirigentes/chefias", é uma iniciativa plurianual. Em 2012 esta metodologia foi aplicada para os dirigentes da DGOR, e a iniciativa previa para 2013 abranger os restantes dirigentes, sendo que em 2014, seria para apresentar as conclusões do estudo. Todavia por motivos associados com outras solicitações a que DGOR foi chamada, e tendo em conta a dificuldade em recrutar novos RH, não estavam criadas as condições necessárias para realização em 2013 desta iniciativa. Assim, a sua execução ficou "agendada" para 2014.

A iniciativa (Ini.24) – "Implementação do Sistema de Informação de suporte SIREVE", não foi possível executar na sua totalidade por indisponibilidade orçamental, contudo as funcionalidades essenciais foram desenvolvidas.

A iniciativa (Ini.30) – "Integração com a Central de Responsabilidades de Créditos do BdP, não foi possível executar por inviabilidade na persecução e da aquisição de serviços inerente a esta iniciativa.

iv. Atividades desenvolvidas previstas e não previstas no plano

iv. 1. Atividades desenvolvidas previstas

A. Promoção do Empreendedorismo, Inovação e Competitividade Empresarial

a) Atividades correntes

As principais atividades desenvolvidas, por programa e área de intervenção, foram as seguintes:

A.1 - Empreendedorismo e criação de empresas

O ano de 2013 ficou marcado por uma atividade não prevista e lançada tardiamente no final de 2012, o "Passaporte para o Empreendedorismo", integrada no *Impulso Jovem* compromisso governamental de Portugal com a Comissão Europeia.

Adicionalmente, deu-se continuidade a atividades relacionadas com o desenvolvimento do espírito empreendedor nas escolas, com dinâmicas de base territorial, envolvendo Comunidades Intermunicipais, entidades do ensino superior e secundário, associações empresariais e outras entidades vocacionadas da envolvente empreendedora.

Assegurou-se o acompanhamento da gestão e aplicação de soluções de financiamento específicas (Finicia) na vertente do crédito e de capital. Foram renegociadas algumas condições das linhas de crédito protocoladas (microcrédito, early stage e fundos municipais) que envolveram como parceiros, a banca, o sistema de garantia mútua e os municípios.

Na área de atribuição do estatuto IAPMEI Inovação, avaliaram-se diversas solicitações apresentadas por operadores de capital, com vista a permitir aos empreendedores beneficiarem da distribuição assimétrica dos ganhos apurados.

Finalmente, assegurou-se uma participação significativa em diversas iniciativas e ações promovidas no âmbito de parcerias com um conjunto alargado de instituições, com destaque para a organização do "*1º Encontro de Redes de Apoio ao Empreendedorismo Local".* Assegurou-se ainda o apoio individualizado a 68 promotores.

O quadro seguinte apresenta uma síntese das principais atividades desenvolvidas e resultados alcançados ao nível da Promoção do Empreendedorismo e da criação para o arranque de empresas, no ano de 2013:

Objetivo	Indicador	Meta 2013	Resultado	Justificação	U.O
O1. Promover o espírito empreendedor	14.Nº de ideias detetadas e estruturadas no âmbito do projeto INOVA".	180	176	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DPIF
	I15. Nº de Bolsas atribuídas na 1ª Fase do Passaporte para o Empreendedorismo	800	849	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	
	I16. Proporção de empreendedores contemplados com bolsas na 1ª Fase que mantiveram a bolsa e beneficiam de apoio e assistência na 2ª Fase do Passaporte para o Empreendedorismo	30%	66%	A qualidade e o potencial das ideias contribuíram para que fosse selecionado um maior número de bolseiros para a 2ª Fase	

Passaporte para o Empreendedorismo

O Passaporte para o Empreendedorismo disponibilizou bolsas de subsistência a 849 jovens qualificados com projetos empresariais, para mais de 2.500 candidatos das chamadas Regiões de Convergência, em 7 fases de candidatura. Associada às bolsas, foi ainda atribuída assistência técnica a projetos mais promissores.

Distribuição dos candidatos por NUTS II do estabelecimento de ensino

NUTS II	Candidaturas Aprovadas	Candidaturas Não Aprovadas	Total	Taxa de aprovação
Norte	470	815	**1.285**	**37%**
Centro	265	606	**871**	**30%**
Lisboa	61	196	**257**	**24%**
Alentejo	31	68	**99**	**31%**
Algarve	6	11	**17**	**35%**
R. A. Açores	1	1	**2**	**50%**
Estrangeiro	15	23	**38**	**39%**
Total	**849**	**1.720**	**2.569**	**33%**

O projeto, financiado a 100% pelo FEDER, nos PO Regionais das Regiões de Convergência, apresentou a seguinte execução:

Rubricas	Norte	Centro	Alentejo
Executado, comprometido ou a comprometer	4.905.093,77 €	2.844.131,38 €	717.468,32 €
Saldo (excedente) após boa execução	161.806,13 €	740.226,52 €	901.281,03 €

Redes de apoio ao empreendedorismo de âmbito local e regional

Manteve-se o acompanhamento próximo à criação de redes locais de apoio ao Empreendedorismo, através de envolvimento direto nos projetos promovidos principalmente pelas Comunidades Intermunicipais – CIM que têm vindo de forma crescente a criar condições de apoio integral de proximidade ao empreendedor e também às micro e pequenas empresas de base local.

Estas redes envolveram duma forma geral as Câmaras Municipais, Associações, instituições de ensino e outras entidades vocacionadas.

No domínio do financiamento registou-se o interesse pela criação e ou renovação de fundos de crédito no âmbito do Finicia.

Em 2013 estavam ativas 14 redes locais de apoio ao empreendedor dinamizadas por CIM, que atuaram de forma diversa mas têm exigido o envolvimento constante por parte do IAPMEI, em diversas ações:

Redes locais de apoio ao empreendedor dinamizadas por CIM	
CIM – Trás-os-Montes;	CIM - Médio-Tejo;
CIM - Douro;	CIM - Pinhal Interior Norte;
CIM - Alto Minho;	CIM - Pinhal Interior Sul;
CIM - Tâmega e Sousa;	CIM - Comurbeiras;
CIM – Vale do Ave;	CIM - Beira Interior Sul;
CIM - Oeste;	CIM – Lezíria do Tejo;
CIM - Dão-Lafões;	CIM - Baixo Mondego.

Foram iniciados ou estão em fase de desenvolvimento, outros projetos em redes de âmbito local, que deverão ter continuidade em 2014.

Intervenções públicas de informação, sensibilização e apoios a empreendedores

Foram realizados 99 seminários/conferências nas diversas áreas da dinamização e no contexto de iniciativas/programas, promovidos com participação direta de quadros do IAPMEI pela DPIF.

Foram realizadas ainda 170 participações em contexto de trabalho e de gestão de redes de parceria, reuniões de júris, de coordenação e articulação com entidades externas.

FINICIA - Desenvolvimento e acompanhamento de soluções de financiamento

No âmbito do Finicia, desde 2006, tem sido criadas e implementadas soluções de financiamento, crédito e capital, visando apoiar necessidades específicas de empreendedores e empresas na fase inicial do ciclo de vida, cobrindo as fases pre-seed, seed e early stage. São soluções de crédito com partilha pública de risco através de garantia mútua e fundos de capital e fundos de capital com cofinanciamento público.

Foram negociadas com as entidades parceiras (bancos, SGM e Câmaras Municipais) novas condições para as linhas de crédito, designadamente quanto aos níveis de spreads e comissões de garantia mútua. Foram criados novos fundos de âmbito municipal e reforçados fundos já existentes, tendo-se também registado o encerramento de fundos por vontade de alguns municípios.

Mantêm-se disponíveis as Linhas de Crédito enquadradas no Programa FINICIA, promovido pelo IAPMEI, visando apoiar a fase de início de atividade das empresas, permitindo a garantia de financiamentos com um mínimo de 80% do capital. Estas Linhas enquadram-se em três principais eixos:

- Eixo I – Linhas de crédito destinado à criação de empresas ou a PME existentes com atividade iniciada, que apresentem projetos com uma elevada componente inovadora e potencial de crescimento;
- Eixo II – Linhas de Microcrédito e Linhas Early Stage/ Start Up, protocoladas com o Banco BPI, Banco Comercial Português, Banco Espírito Santo e Banco Santander Totta e Caixa Económica Montepio Geral, para financiamento de criação de empresas ou para PME com início de atividade há menos de 4 anos;
- Eixo III – Linhas de crédito no âmbito de protocolos assinados entre as SGM, e mais de 100 Municípios aderentes e um parceiro bancário por município (Banco BPI, Banco Espírito Santo, Banco Santander Totta e Caixa Económica Montepio Geral), estando direcionadas para micro e pequenas empresas existentes ou em fase de criação, com atividade ou projeto empresarial de relevância local em municípios aderentes aos Fundos FINICIA. As operações de crédito envolvem uma componente municipal de 20% do valor da operação a qual não vence juro e que poderá em algumas situações e em alguns municípios ser convertido em incentivo não reembolsável em função da criação de postos de trabalho.

Mantêm-se ativos 3 fundos de capital pré-seed, 6 fundos de capital early stage e 26 Fundos Business Angels os quais envolvem recursos financeiros mobilizados por privados e pelos programas Compete e de PO regionais.

Os quadros seguintes registam as operações realizadas, durante o ano de 2013:

Fundos de Capital	Nº Fundos ativos	Op. Realizadas	
		Nº projetos	Montante (€)
FCR Pre Seed	3	7	1.356.363
FCR Early Stages	4	10	4.083.363
Fundos Business Angels	51	130	10.278.344
TOTAL	**58**	**147**	**15.718.070**

Linhas de crédito	Nº operações	Valor €	
		Crédito concedido	Garantias emitidas
Eixo II (micro crédito e early stage)	176	4.152.152	2.772.371
Eixo III (fundos municipais)	28	790.297	589.760
TOTAL	**204**	**4.942.449**	**3.362.131**

A.2 - Inovação, Crescimento e Internacionalização

a) Atividades correntes

O crescimento sustentado da economia exige um nível de qualificação das empresas baseado em conhecimento, tecnologia e inovação, capaz de assegurar a competitividade no mercado global.

Com base na identificação dos principais constrangimentos, o IAPMEI assumiu a inovação empresarial como uma área de intervenção prioritária, desenvolvendo atividades e iniciativas de estímulo às condições favoráveis à inovação individual e coletiva e dinamizando a interação daquelas com as envolventes relevantes, em especial, com as entidades participadas tecnológicas.

A estratégia a prosseguir foi a de criar condições que potenciassem capacidades e competências para a inovação das empresas e da envolvente, dinamizando a transferência, para as empresas, de conhecimento e tecnologia gerados no SCT.

A promoção e a valorização económica do conhecimento gerado pelo SCT e de projetos indutores de transferência de tecnologia, incluiu atividades como: i) gestão, avaliação e acompanhamento dos projetos candidatos às medidas Vale I&DT e Vale Inovação; ii) acompanhamento da atividade das entidades tecnológicas participadas pelo IAPMEI; iii) participação em projetos de parceria orientados para a melhoria da capacidade de inovação nas PME.

Os sistemas de incentivo às PME - Vale I&DT e Inovação, lançados em 2008 no quadro do QREN, os instrumentos Vale I&DT e Vale Inovação, revelaram-se um apoio importante para as empresas na resolução de necessidades específicas que afetam a sua competitividade e que exigem uma atuação atempada e rigorosa, através do reforço das suas capacidades técnica, tecnológica e de inovação, tanto ao nível da produção de novos produtos e serviços, como ao nível da inovação organizacional, estratégica ou de mercados.

A gestão destes instrumentos pelo IAPMEI está alinhada com a missão da Agência na vertente da promoção da inovação empresarial, tendo por base uma eficaz aproximação das empresas às entidades e centros de saber.

Desde o seu lançamento foram aprovadas mais de 4.580 candidaturas, envolvendo 102 milhões de euros de investimento e 75,8 milhões de euros de incentivo, conforme o quadro da página seguinte.

Relativamente à execução dos projetos, o volume total de formalizações entradas no ano de 2013 foram perto das 2200, entre as quais 1500 pedidos de pagamento, resultado do acréscimo de volume de projetos aprovados e contratados. O valor acumulado de pagamentos cifra-se nos 9 milhões de euros.

Sistema de incentivos às PME - Vale I&DT e Inovação

Lançados em 2008 no quadro do QREN, os instrumentos Vale I&DT e Vale Inovação, revelaram-se um apoio importante para as empresas na resolução de necessidades específicas que afetam a sua competitividade por via do reforço das suas capacidades técnica, tecnológica e de inovação, tanto ao nível da produção de novos produtos e serviços, como ao nível da inovação organizacional, estratégica ou de mercados.

Os mapas seguintes apresentam os resultados acumulados até 31 de Dezembro de 2013.

Candidaturas Aprovadas Inovação - Outras áreas de intervenção	Nº de Projetos	Investimento	Incentivo
Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação	902	19.097.624,73	14.271.382,99
Comercialização e Marketing	441	9.573.968,13	7.170.848,72
Economia Digital	374	6.950.493,30	5.161.343,79
Propriedade Industrial	21	458.942,33	336.469,26
Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos	592	14.659.849,61	10.951.163,92
Internacionalização	205	5.299.482,58	3.826.674,50
Criação, Moda e Design	6	128.400,00	96.300,00
Design	8	164.763,33	123.572,50
Criação e Moda	10	217.217,22	162.540,00
Qualidade	712	13.382.676,36	10.007.179,00
Ambiente	271	5.067.440,93	3.784.560,70
Diversificação e Eficiência Energética	92	1.549.783,87	1.151.387,41
Total	**3.634**	**76.550.642,39**	**57.043.422,79**

Candidaturas Aprovadas I&DT e Transferência de Tecnologia	Nº de Projetos	Investimento	Incentivo
Área I&DT do Vale Inovação	38	1.076.756,73	804.942,55
Tecnologias de Informação e Telecomunicações	127	3.861.917,47	2.872.925,11
Ciências e Tecnologias do Ambiente	37	926.617,50	684.913,38
Tecnologia e Ciências dos Materiais	333	8.467.166,98	6.338.122,19
Ciências e Tecnologias dos Alimentos	57	1.349.221,04	1.011.860,79
Biotecnologia	43	1.104.042,13	824.949,74
Prevenção e Redução de Riscos	30	426.295,56	318.611,69
Engenharia Eletrónica, Automação, Controlo	75	2.132.280,64	1.575.037,19
Sistemas Energéticos e Novas Formas de Energia	29	747.835,63	559.651,73
Qualidade e Segurança Alimentar	5	130.300,00	97.725,00
Engenharia Mecânica	131	3.588.978,08	2.680.834,08
Engenharia de Sistemas	20	584.075,22	438.056,42
Gestão Industrial	4	90.413,43	67.810,07
Ciências e Tecnologias do Mar	13	357.050,00	267.787,50
Ciências da Saúde	9	267.467,69	200.600,77
Total	**951**	**25.110.418,10**	**18.743.828,21**

Total Geral	**4.585**	**101.661.060,49**	**75.787.251,00**

A.2.1 – Objetivos de desenvolvimento de competências empresariais

Em 2013, a assistência empresarial promoveu a criação e o arranque de empresas inovadoras, desenvolveu competências empresariais para a inovação, competitividade e internacionalização, acompanhou atividades de diagnóstico, análise estratégica, investimento, qualificação dos recursos humanos, que assenta num modelo que valoriza o conhecimento obtido na relação de proximidade e confiança com as empresas. Permitiu que as empresas pudessem dispor de um parceiro facilitador do relacionamento com outras estruturas públicas e catalisador de soluções empresariais adequadas ao seu contexto.

Com o objetivo de desenvolver competências empresariais para a inovação, competitividade e internacionalização, a Agência, utilizando a ferramenta "Diagnósticos de Competências em Pequenas e Médias Empresas", realizou 321 diagnósticos, para uma meta de 250. O objetivo desta ferramenta deve-se por um lado ao interesse a que este tipo de produto gerou junto das PME e por outro, pelo facto de existir uma plataforma aberta que facilitou o acesso das PME, à mesma, de acordo com o indicador 5 do QUAR, na página 23.
Teve também como objetivo contribuir, pela via da formação- ação, para o reforço das capacidades de gestão e competências das PME, o envolver de 279 PME, em ações de formação, das 190 previstas, de acordo com o indicador QUAR, referenciado na página 23.

Objetivos

O quadro seguinte apresenta uma síntese das principais atividades de competências para a inovação, competitividade e internacionalização com os seguintes resultados alcançados:

Objetivo	Indicador	Meta 2013	Resultado	Justificação	U.O.
O3. Desenvolver competências empresariais para a inovação, competitividade e internacionalizaçã o	I31. N.º de empresas promotoras de projetos de investimento com incentivo, participantes em Workshops de desenvolvimento de competências	150	167	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DAE

Dinamização do serviço de informação e aconselhamento

Com o objetivo de criar um ambiente facilitador da atividade empresarial, realizaram-se as seguintes atividades durante o ano de 2013:

- Envio de alertas informativos específicos emitidos e de intervenções de esclarecimento sobre os mecanismos de apoio ao empreendedorismo realizadas
- As empresas apoiadas no âmbito do serviço de tutoria personalizada na gestão da formação dos colaboradores, identificando as necessidades, elaborando um plano de formação e executando ações formativas
- Produção e canalização de informação estratégica para os atores relevantes da economia, função que o IAPMEI assegurou enquanto líder do consórcio da rede portuguesa integrada na Entreprise Europe Network,
- Realização de informação e divulgação de serviços através da realização de sessões públicas sobre a problemática da sustentabilidade das estratégias empresariais, designadamente, quanto a dimensionamento e transmissão empresarial, considerando que frequentemente as dificuldades das empresas em manter o crescimento resultam da falta de informação sobre os mercados, designadamente os emergentes, desconhecimento do acesso às fontes de financiamento ou até de se tornarem contrárias ao risco.

O quadro seguinte apresenta uma síntese das principais atividades em 2013:

Objetivo	Indicador	Meta 2013	Resultado	Justificação	U.O.
O4. Dinamizar o serviço de informação e aconselhamento	I42. Nº médio mensal de atendimentos nos vários canais do serviço de informação ao cliente	1500	2708	O fecho dos concursos QREN, Passaporte para o Empreendedorismo, lançamento do programa Comércio Investe, e da procura natural que a certificação de PME mantém e transversalidade ao conjunto dos apoios públicos, justificam a superação da meta	DpCI

A.2.2 – Objetivos de transferência de conhecimento e indução de dinâmicas de Inovação

A acumulação de conhecimento e a valorização económica de novas ideias, podem ser incrementadas pela transferência de conhecimento e tecnologia interempresas e das ESCT para as empresas e pelo desenvolvimento da atividade de I&D. A ligação aos centros de conhecimento e tecnologia é fundamental e deve ser estimulada, para

que as empresas, reforçando as suas capacidades de desenvolvimento, possam adaptar os seus produtos às exigências dos mercados internacionais. O próprio envolvimento nestes mercados induz, por si só, processos de inovação e modernização nas empresas que neles operam.

Objetivos

Os objetivos operacionais fixados para esta área, foram os seguintes:

Objetivo	Indicador	Meta 2013	Resultado	Justificação	U..O
O6. Aumentar a eficácia na indução de dinâmicas de inovação	I61. N.º de "Encontros para a Competitividade" realizados com Living Labs para promover novas abordagens aos processos de inovação	4	4	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DAE
	I62. N.º de empresas participantes em "Encontros para a Competitividade", para desencadear processos de inovação, substituição de importações e incorporação nacional dos produtos a partir do relacionamento entre clientes e fornecedoras	270	201	A não concretização da meta estabelecida, deveu-se à alteração de metodologia utilizada na realização de sessões privilegiando um menor número de participantes de forma a criar maior valor nos resultados destas sessões. Por outro lado o processo de negociação com as empresas clientes e a preparação das sessões mostrou-se mais demorado do que o planeado, o que não possibilitou a realização da totalidade dos encontros previstos para 2013.	DPI
	I63. Nº de PME, entidades do SCTN e outras da envolvente que participaram em ações de promoção, disseminação de boas práticas, reconhecimento de mérito e transferência de conhecimento, indutoras de inovação e competitividade.	400	538	Este valor decorre substancialmente da participação de 384 empresas portuguesas no B2B Networking Event. Ação não prevista e que teve lugar no fim do ano.	DPI

A.2.3 – Objetivos de sustentabilidade de estratégias de inovação, competitividade e internacionalização

FINCRESCE/PME Líder

No âmbito do FINCRESCE , destacam-se as atividades associadas à atribuição do estatuto PME Líder/PME Excelência e gestão de protocolos com parceiros, relacionamento com o sistema financeiro, conceção de soluções de financiamento, acompanhamento de fundos e participadas financeiras e dinamização da temática da Responsabilidade Social.

A importância deste segmento é reconhecido por vários parceiros e instituições e, por isso, essas empresas são frequentemente solicitadas para várias iniciativas. A sua relevância fica patente nos indicadores agregados e de desempenho em baixo referenciados, durante o ano de 2013:

PME Líder	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Número	2.996	5.365	6.776	6.679	8.334	6.826
Volume de Vendas	18.881 M€	26.434 M€	28.644 M€	31.860 M€	51.998 M€	30.556 M€
Resultados Líquidos	984 M€	987 M€	1.150 M€	1.130 M€	1.106 M€	978 M€
Ativo Total Líquido	14.950 M€	21.280 M€	25.020 M€	28.534 M€	31.727 M€	28.193 M€
Capitais Próprios	5.900 M€	8.652 M€	10.267 M€	12.106 M€	13.849 M€	13.732 M€
Volume de Emprego	154.683	198.337	230.867	334.181	344.121	253.652
Rendibilidade dos Capitais Próprios	16,68%	11,40%	11,20%	9,33%	7,98%	7,12%
Autonomia Financeira	39,46%	40,66%	41%	42,43%	43,65%	48,71%

Em 2013, foram distinguidas 6.826 empresas com o Estatuto PME Líder, que apresentaram números médios de 4,5 M para volume de vendas, ativos totais líquidos de 4,13M, capitais próprios de 2,01 milhões, resultados líquidos de 140 mil euros e, em média 37 postos de trabalho.

Média	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Volume de Vendas	6,30 M€	4,93 M€	4,23 M€	4,8 M€	6,2 M€	4,5 M€
Resultados Líquidos	0,33 M€	0,18 M€	0,17 M€	0,17 M€	0,13 M€	0,14 M€
Ativo Total Líquido	4,99 M€	3,97 M€	3,70 M€	4,27 M€	3,81 M€	4,13 M€
Capitais Próprios	1,97 M€	1,61 M€	1,51 M€	1,81 M€	1,66 M€	2,01 M€
Volume de Emprego	51,6	37,0	34,1	50,0	41,3	37,0

Com objetivo de reforço de notoriedade e de demonstração para o mercado, são distinguidas anualmente as PME Excelência, que é o subgrupo das PME Líder com performances excecionais às quais conseguem aliar crescimento.

O final do ano terminou com 1.100 PME Excelência, das quais 157 são empresas do sector do Turismo.

PME Excelência	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013
Número de PME Excelência	625	1.105	1.411	1.314	1.100
Volume de Vendas	3.101 M€	4.545 M€	8.084 M€	6.611 M€	5.825 M€
Resultados Líquidos	260 M€	375 M€	494 M€	452 M€	402 M€
Ativo Total Líquido	2.245 M€	3.702 M€	5.588 M€	4.875 M€	4.466 M€
Capitais Próprios	1.154 M€	1.906 M€	2.858 M€	2.538 M€	2.349 M€
Volume de Emprego	21.018	37.120	48.140	47.442	43.558
Rendibilidade dos Capitais Próprios	22,53%	19,70%	17,28%	17,79%	17,09%
Autonomia Financeira	51,42%	51,49%	51,15%	52,07%	52,60%

A distinção de PME Excelência 2013, foi realizada em Fevereiro de 2014, na presença do senhor Ministro da Economia e do senhor secretário de Estado do Investimento, Inovação e Competitividade, e de altos quadros dos bancos parceiros, tendo sido publicitada a lista das empresas com distinção dos referidos estatutos, no Jornal Expresso, do mesmo mês.

Benefícios de PME Líder

O benefício identificado com maior procura continua a ser o acesso às Linhas PME Investe/PME Crescimento. De Julho 2008 a 31 de Dezembro 2013 beneficiaram destas linhas 5.725 PME Líder, representando 9,5% das operações realizadas e 39,8%, dos financiamentos concedidos.

Foi criado, também, um novo benefício em parceria com o grupo GALP, que consiste num desconto preferencial em combustíveis e gestão de frotas, tendo sido adicionado o benefício também ao gás natural e à eletricidade.

Linhas PME Investe/Crescimento - Operações enquadradas				
Tipo de Empresas	N.º de Operações	%	Financiamento Enquadrado	%
PME Líder	11.798	9,5%	4.562.894 €	39,8%
Outras Empresas	113.015	90,5%	6.914.262 €	60,2%
Total	124.813	100,0%	11.477.156 €	100,0%

Fonte: PME Investimentos;31 de Dezembro de 2013

Notoriedade e comunicação com o mercado

Foi possível ainda durante o ano de 2013, desenvolver iniciativas relativas aos segmentos das PME Líder/PME Excelência, tendo sido realizadas diversas ações, tais como:

- Cerimónia PME Excelência em Braga
- Lista PME Excelência para o Jornal Expresso
- Revista PME Líder para o Diário Económico
- Seminário BES para PME Líder (2 seminários)
- Seminários Genke para PME Líder (2 seminários)

Objetivos

O quadro seguinte apresenta uma síntese das principais atividades e resultados alcançados

Objetivo	Indicador	Meta 2013	Resultado	Justificação	U.O.
O7.Facilitar a sustentabilidade de estratégias de inovação, competitividade e internacionalização	I71. N.º de ações públicas realizadas de reconhecimento e notoriedade de PME e de eventos nacionais e regionais de qualificação em parceria, no âmbito do estatuto PME Líder.	7	8	Os parceiros e o próprio IAPMEI, foram mais ativos no desenvolvimento de ações, o que justifica o resultado alcançado	DPIF
	I72. Nº de empresas com acesso facilitado a financiamento, no âmbito do estatuto PME Líder.	5500	6478	O aumento da procura pelas PME e o interesse dos bancos pelo respetivo estatuto, justificam o resultado alcançado.	

Iniciativas

O quadro seguinte apresenta uma síntese das principais iniciativas e resultados alcançados

Nº	Iniciativa	Meta 2013	OB	Resultado	Justificação	U.O.
Ini6.	Estudo e divulgação de casos de sucesso de inovação em PME, com base nos resultados dos projetos Vale Inovação e Vale I&DT, tendo em vista a disseminação e partilha de experiências.	75%	O4.	78%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DPI
Ini11.	Participação na reformulação estratégica iniciada em 2012 e na implementação do modelo de gestão, acompanhamento e monitorização do novo quadro de referência para os Polos de Competitividade.	80%	O2.	79%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DPI;DAE
Ini12.	Participação na gestão e monitorização do Programa +e+i: dinamização e acompanhamento dos grupos de trabalho do CNEI, implementação das medidas definidas; identificação e desenvolvimento de novas medidas; gestão do Portal; gestão e atribuição da Distinção +e+i; monitorização das medidas e do ecossistema de empreendedorismo e inovação.	80%	O1;O2;O3;O4;O5;O6;O7.	100%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DPI;DPIF;DpCI

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Sendo o IAPMEI instituição promotora e fundadora da Rede RSO PT, assegurou as funções na sua divulgação e operacionalização, pela coordenação executiva da Rede, através do Steering Commitee, com mandato 2012-2014.

REDE RSO PT

O IAPMEI através da sua rede RSO PT, participou em 16 iniciativas promovidas por organizações internas e externas à Rede, pelo que se realizaram as seguintes ações:

(i) Eventos de âmbito nacional e internacional, respetivamente 9 iniciativas nacionais e 2 de âmbito internacional, uma em solo nacional e outra em Espanha;

(ii) Integração em 2 júris de prémios relacionados com a temática da responsabilidade social: Green Project Award e Troféu Call Center 2013;

(iii) Preparação e coordenação de 4 reuniões regulares do Steering Committee da REDE RSO PT;

(iv) Liderança da task-force criada para garantir a realização da V Convenção da RSO PT, acolhida nas instalações do Montepio

(V) Redação de textos alusivos à RS para publicações nacionais: Portal de Edução Financeira, do Montepio, OJE, Newsletters: IPAM, VER (nº 244 e 246), Greensavers;

Em 2013 a Rede de Responsabilidade Social das Organizações teve uma adesão de mais de 17 organizações, o que representa um acréscimo de 6%, relativamente ao ano de 2012.

O quadro seguinte apresenta uma síntese da iniciativa e o resultado alcançado:

Nº	Iniciativa	OB	Meta 2013	Resultado	Justificação	U.O.
Ini10.	Aumento do n.º de membros da Rede de Responsabilidade Social das Organizações, no âmbito da rede RSO PT	O3.	75%	92%	Ações de divulgação, permitiram a coordenação da rede RSO PT e confirmaram-se 14 novos membros aderentes à rede	DPIF

b) Iniciativas realizadas previstas

European Enterprise Promotion Awards

Sendo o IAPMEI a entidade nacional de contato para esta iniciativa da Comissão Europeia, Portugal nesta sétima edição dos EEPA ocupou o primeiro lugar, no conjunto dos 32 países, em termos de número de candidaturas

recebidas (56). O IAPMEI organizou a sessão de encerramento da fase nacional relativa à sexta edição dos EEPA (EEPA 2013), que contou uma forte adesão de representantes das entidades participantes (empresas e entidades da envolvente), Membros do Júri Nacional e outras individualidades públicas. Esta sessão visou reconhecer publicamente o empenho das entidades participantes, anunciar e apresentar os projetos melhor classificados por categoria e anunciar os dois projetos eleitos para representar Portugal na final europeia, que decorreu em Vilnius (Lituânia) em 25 de Novembro de 2013 e em que Portugal, pela segunda vez consecutiva, foi vencedor na categoria de "Apoio à internacionalização das empresas", com a iniciativa "Portuguese Shoes": The sexiest industry in Europe", apresentado pela APICCAPS em parceria com a Academia do Design e do Calçado.

O quadro seguinte apresenta uma síntese da iniciativa com os resultados alcançados:

Nº	Iniciativa	Meta 2013	OB	Resultado	Justificação	U.O.
Ini7	Atribuição de Prémios Europeus de Promoção Empresarial (Enterprise European Awards) a promotores empresariais e iniciativas realizadas com sucesso em toda a Europa e divulgação de exemplos de boas políticas e práticas de iniciativa empresarial e de empreendedorismo.	80%	O2;O5.	108%	Houve um prolongamento do serviço de help desk, motivado por pedidos de informação, o que levou à superação no resultado da inicitiva	DPI

Semana Europeia das PME 2013

Na "Semana Europeia das PME 2013 "Portugal posicionou-se desta vez em sétimo lugar em termos de número de eventos realizados – 33 eventos. Para tal contribuiu todo um esforço de divulgação, promoção e captação da procura, que o IAPMEI, enquanto Coordenador Nacional na vertente "Ministry expert", desenvolveu.

O quadro seguinte apresenta uma síntese da iniciativa e resultados alcançados:

Nº	Iniciativa	Meta 2013	OB	Resultado	Justificação	U.O.
Ini8.	Participação na organização nacional da semana "European SME Week 2013", para fomentar o espírito empresarial e a inovação, informar sobre os programas de apoio disponíveis, partilhar experiências e conhecimentos, bem como potenciar parcerias.	80%	O2;O5;O 7.	100%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DPI;DpCI

Benchmarking e Innovation Scoring 2013

A atividade desenvolveu-se em dois planos:

No primeiro, foi dada continuidade ao projeto de reformulação de todo o modelo de gestão e aplicação do Programa Benchmarking e Boas Práticas (BBP), de acordo com o plano de ação definido no contexto da vertente conceptual do modelo. Esta iniciativa visa atualizar e valorizar esta ferramenta como instrumento indutor de inovação e de melhorias na competitividade das PME, procurando em paralelo vir a garantir a melhoria da sua aplicação junto das empresas.

No segundo, foi assegurada a gestão do atual Programa de BBP e reforçada a colaboração com a COTEC no contexto do Innovation Scoring.

O quadro seguinte apresenta uma síntese da iniciativa com os resultados alcançados:

Nº	Iniciativa	Meta 2013	OB	Resultado	Justificação	U.O.
Ini9.	Conceção de um novo modelo de Benchmarking e Boas Práticas para a i novação	80%	O4;O5;O6.	96%	Por motivos estratégicos, os resultados não foram o desejado pelo que optou-se por complementar com ações de autodiagnóstico a diversas empresas, que mesmo assim foi superada a meta da iniciativa	DPI

B. Incentivo ao Investimento Empresarial Qualificado

Os sistemas de incentivo financeiro são instrumentos criados para induzir nas empresas investimento produtivo e imaterial orientado para a inovação e para a produtividade dos fatores geradores de crescimento económico. Utilizam, normalmente, mecanismos financeiros não reembolsáveis ou reembolsáveis associados ou não a prémios de realização. Os sistemas de incentivo concentraram-se, principalmente, no tema da Competitividade do QREN (que abrange os Programas Operacionais Fatores de Competitividade -COMPETE – e os Programas Operacionais Regionais do Continente – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve).

a) Atividades correntes

O ano de 2013 teve uma aceleração da execução financeira dos projetos do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007 a 2013). As atividades desenvolvidas centraram-se nos seguintes aspetos:

- Envolvimento e participação em ações de divulgação relativas aos Sistemas de Incentivos do QREN
- Dinamização do Sistema de Informação de Gestão de Incentivos e da Conta Corrente Online dos Incentivos;

- Desenvolvimento de medidas incluídas no Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexa
- Análise, contratação das candidaturas entradas,
- Pagamento de incentivo relativamente aos projetos contratados

Os resultados no âmbito desta atividade durante o ano de 2013, revelaram uma aprovação de cerca de 1.065 Milhões de euros de investimento, conforme se pode verificar no seguinte quadro:

Candidaturas	2010	2011	2012	2013
Contagem de Nº de Candidaturas	870	1257	1828	2884
Aprovações				
Contagem de N.º de Candidaturas	957	504	743	779
Soma de Investimento	901.683.808 €	625.713.156 €	781.188.070 €	1.065.650.821€
Soma de Elegível	688.804.527€	513.837.912€	657.454.226€	927.774.723€
Soma de Incentivo	379.744.642 €	305.931.355 €	382.548.851€	534.616.830 €
Contractos				
Contagem de N.º de Candidaturas	920	427	484	564
Soma de Incentivo	**366.425.699 €**	**284.330.269 €**	**202.792.157 €**	**472.495.049 €**

Dum modo geral, foram cumpridos os prazos de análise estabelecidos para os Organismos Técnicos. Foram analisadas 1.779 candidaturas, das quais 1.815 dentro dos prazos, correspondendo a um grau de realização de 98%.

Conforme o exposto no quadro seguinte, verificou-se um crescimento da execução financeira do QREN, no último ano de 2013:

Execução Financeira	P.O.	Decidido 2012	Meta 2013	Decidido 2013	%	Pago 2013	%
FMC	**-**	**5.611.278 €**	**648.136 €**	**744.616 €**	**115%**	**741.567 €**	**114%**
FMC Total	-	5.611.278 €	648.136 €	744.616 €	115%	741.567 €	114%
	PO Alentejo	9.329.123 €	10.889.497 €	12.573.819 €	115%	10.828.340 €	99%
	PO Algarve	3.401.536 €	4.051.414 €	4.115.204 €	102%	3.972.644 €	98%
	PO Centro	27.115.134 €	30.109.315 €	37.304.580 €	124%	35.728.744 €	119%
	PO FC	101.967.349 €	99.878.155 €	136.313.784 €	136%	129.171.828 €	129%
	PO Lisboa	9.367.823 €	9.925.439 €	9.275.709 €	93%	9.579.385 €	97%
	PO Norte	41.812.145 €	51.940.072 €	61.461.659 €	118%	58.511.795 €	113%
QREN Total	-	**192.993.110 €**	**206.793.892 €**	**261.044.754 €**	**126%**	**247.792.736 €**	**120%**
Total Geral		**198.604.388 €**	**207.442.028 €**	**261.789.371 €**	**126%**	**248.534.303 €**	**120%**

O resultado obtido corresponde a um grau de cumprimento da meta para 2013, de 126%.

No âmbito da facilitação do acesso, envolvendo a dinamização da utilização de mecanismos eletrónicos de acesso e gestão, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Generalização da utilização de formulários eletrónicos em todas as fases do ciclo de gestão dos projetos (candidatura, contratação e execução);
- Promoção da utilização da conta corrente online para interação com os promotores dos projetos, através da qual são disponibilizadas as seguintes funcionalidades:
  - Informação sobre a situação da candidatura/projeto;
  - Informação sobre a situação das notificações das decisões com base nas decisões emitidas e carregadas pelas Autoridades de Gestão;
  - Emissão eletrónica das minutas dos contratos de concessão de incentivos para assinatura;
  - Ajudas contextuais e guias de preenchimento assistido para todas as operações realizadas;
  - Apresentação de pedidos de pagamento, recalendarização, alteração de dados e alteração de NIB.
  - Consulta das decisões sobre os pagamentos.

O quadro seguinte apresenta uma síntese das principais iniciativas e resultados alcançados:

Nº	Iniciativa	Meta 2013	OB	Resultado	Justificação	U.O.
Ini14.	Alargar o leque de funcionalidades de interação desmaterializada com as empresas explorando o potencial da "Conta Corrente" Online	100%	O8.	125%	Das quatro ações previstas nesta iniciativa, realizaram-se cinco, uma vez que foi criada a área "Adesão Comércio Investe", pelo que desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DGIC;DPI; DGOR
Ini15.	Promover ações de acompanhamento agregadas por conjuntos de empresas que partilham características comuns, em articulação com outras Direções e Departamentos do IAPMEI	100%		60%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DGIC:DAE

Fiscalização e Controlo

O IAPMEI pelo seu Departamento de Fiscalização e Controlo enquadra-se na regulamentação nacional e comunitária que determina a organização dos sistemas de gestão e controlo, de forma a garantir a boa gestão dos fundos.

Auditorias a projetos do MODCOM

No que respeita a este programa, durante o ano de 2013, a atividade foi muito reduzida ao nível das auditorias realizadas. Este fato resulta de, nos anos anteriores, o esforço de controlo do programa já ter alcançado valores consideráveis de despesa auditada.

Estava previsto realizar auditorias ao novo programa "Comércio Investe", aprovado e lançado no segundo semestre. Uma vez que as fases de candidaturas decorreram até ao final do mesmo, não houve projetos aprovados suficientes que justificassem uma amostra para controlo.

Verificações a projetos QREN no local

De forma a dar cumprimento às ações de controlo previstas no Regulamento (CE) nº 1828/2006, no âmbito do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional – as verificações são realizadas no local.

Em 2013, foram asseguradas as verificações no local previstas nos planos anuais do Compete, ON.2, Mais Centro e POR Lisboa, conforme referenciado no quadro abaixo:

Verificações efetuadas no local	
Programas	**Nº de projetos selecionados**
Compete - Plano de Verificações no Local 2012	14
ON.2 - Plano de Verificações no Local 2012	11
Mais Centro - Plano de Verificações no Local 2013	18
POR Lisboa - Plano de Verificações no Local 2012	13

Foram ainda alvo de um acompanhamento de proximidade pelo IAPMEI 5 projetos sinalizados, por terem sido identificadas diversas situações que implicavam riscos de ocorrência de situações irregulares.

Controlo do 2.º e alto nível

Nestes níveis de controlo, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

No âmbito do QREN

A intervenção centrou-se na prevenção de incumprimentos durante a fase de gestão e, com a autonomia que está institucionalmente concedida ao IAPMEI, nas seguintes atividades:

i). Verificação sobre a Certificação de Despesa – ON.2, Mais Centro e Algarve21

ii.) Ações de controlo da responsabilidade do IFDR - auditoria em operações n.º 1/2013/SC1/Compete

iii.) Ações de controlo da responsabilidade do IFDR - ação de controlo transversal aos Organismos Intermédios dos Sistemas de Incentivos do QREN

iv.) Ações de controlo da responsabilidade do COMPETE (POFC) integrado no Plano Anual de Controlo Interno de 2012/2013

v.) Ações de controlo da responsabilidade do ON.2 (PO Norte) – auditoria aos Sistemas de Incentivos ON.2

vi.) Ações de controlo da responsabilidade do ON.2 (PO Norte) - auditoria à Supervisão dos Procedimentos Implementados pelos Organismos Intermédios dos Sistemas de Incentivos do QREN

vii.) Ações de controlo da responsabilidade do Mais Centro (PO Centro) integrado no Plano Anual de Controlo Interno de 2013

viii.) Ações de controlo da responsabilidade do PORLisboa (PO Lisboa) – metodologia de controlo de qualidade às funções delegadas nos Organismos Intermédios dos Sistemas de Incentivos do QREN

ix.) Auditoria realizada pela IGF aos Sistemas de Gestão e Controlo (SGC) da Autoridade de Gestão do COMPETE e Mais Centro

x.) Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas aos Programas Operacionais Regionais do Alentejo (INALENTEJO) e Norte (ON2)

No âmbito do MODCOM

Não foram realizadas auditorias por parte do MEE.

b) Iniciativa prevista realizada

Das iniciativas previstas no plano, foi realizada a seguinte:

Nº	Iniciativa	Meta 2013	OB	Resultado	Justificação	U.O.
Ini16.	Integrar a atividade do DpFC no Sistema de Informação de Gestão de Incentivos (SIGI)	100%	**O8.**	100%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DpFC;DGIC;DpSIC

C. Promoção de Soluções de Financiamento e Revitalização Empresarial

a) Atividades correntes

FINTRANS – Dimensão e Transmissão Empresarial

Com ligação ao Programa Revitalizar, o IAPMEI promoveu o Mercado de Transmissão de Empresas, proporcionando uma maior facilidade em processos de crescimento rápido assente em Fusões e Aquisições, em processos de sucessão e na revalorização de ativos em novas cadeias de valor.

O Programa Fintrans, passou a constituir uma ferramenta relevante da revitalização empresarial, pelo que passou a considerar-se integrado no âmbito Programa Revitalizar, constituindo uma das suas vertentes de intervenção.

No âmbito da Dimensão e Transmissão Empresarial, em 2013, apesar da escassez de recursos envolvidos, foi possível desenvolver alguma atividade de sensibilização de empresários e empreendedores para as potencialidades da transmissão, tendo-se sobretudo procurado dar resposta através da prestação de informação, aconselhamento e intermediação a empresários e investidores visando a concretização de operações de fusão e aquisição e ou de sucessão empresarial.

Em 2013 iniciou-se a conceção de um Portal Nacional de Transmissão Empresarial que suscitou o interesse de empresários, investidores e operadores e contribuiu para facilitar processos de transmissão empresarial.

No âmbito do Fintrans registaram-se 155 empresas, das quais, 89 tinham como verdadeira motivação um processo de transmissão.

O seguinte quadro apresenta a síntese das atividades no âmbito do Fintrans:

FINTRANS		Informação, email,telefone	Reunião com empresa	Aconselhamento	Avaliação	Divulgação	Apresentação Oportunida de Intermediação	Processo PER/ SIREVE	Encerramento sem Desenvolvimento	Encerramento com Acordo	Em desenvolvimento
Processos específicos e de financiamento		160	35	57	5		3	5	59	1	
Processos de Dimensão e Transmissão Empresarial	Venda Fusão	112	28	31	13	8	8	1	40		9
	Compra	98	28	22	4		10	1	29	2	8
	Sucessão	11	12	1	1	1	1		1		
Processos de informação e diversos		13	2	7							
Total		394	105	118	23	9	22	7	135	3	17

REVITALIZAÇÃO EMPRESARIAL

Continuando as funções de suporte a este projeto interministerial e no seguimento da arquitetura e construção do programa em 2012, 2013 foi o ano da sua implementação e consolidação.

As principais atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Revitalizar, foram as seguintes:

- Divulgação do Programa através de organização conjunta de dez sessões com mais de uma dezena de associações empresarias, incluindo a assinatura de protocolos de colaboração entre as partes, tendo em vista uma atuação integrada no âmbito do programa e de modo a facilitar o processo de recuperação de empresas em dificuldade. E ainda a participação noutras sessões promovidas por diversas entidades associativas e profissionais, e organização de duas sessões destinadas a quadros do IAPMEI e de associações empresariais parceiras.

- Participação, em representação do IAPMEI, na Comissão de Dinamização e Acompanhamento Interministerial do Programa Revitalizar (CDAIPR), coordenação da Comissão Técnica Interministerial do Programa e Participação, em representação do IAPMEI/ME nas reuniões de acompanhamento do MOU

celebrado entre o Governo Português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional.

- assistência técnica especializada às empresas em dificuldade.

No âmbito do Sistema de Incentivos para a Revitalização e Modernização Empresarial (SIRME), apesar de não terem sido contratualizadas novas operações por indisponibilidade financeira, assegurou-se a gestão operacional do FRME - Fundo para a Revitalização e Modernização Empresarial, SGPS, SA, incluindo o acompanhamento da carteira das participadas do FRME, a participação nas assembleias gerais e em outras reuniões de acionistas das sociedades participadas, a gestão e controlo dos fluxos financeiros com as participadas e serviços de apoios aos órgãos sociais do FRME, incluindo o fiscal único.

No âmbito do Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC), a atividade desenvolvida durante o ano de 2013 visou a conclusão/encerramento do stock dos processos que transitaram de 2012, o que não foi possível por incapacidade de alguns credores, nomeadamente o IGFSS, para emitirem os respetivos pareceres.
De salientar que este instrumento de revitalização empresarial através de processos negociais extrajudiciais, manteve-se em vigor até 31 de Agosto de 2012, data limite para aceitação de candidaturas, após a qual foi "substituído" pelo SIREVE.

O Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 178/2012, entrando em vigor no dia 1 de Setembro. Este instrumento de recuperação, baseado numa mediação extrajudicial, introduziu alterações significativas à configuração do modelo anterior (PEC), nomeadamente a obrigatoriedade de suspensão dos processos executivos durante o período de negociação e a redução do prazo máximo para conclusão do processo negocial e o recurso exclusivo a uma plataforma eletrónica que sustenta a formalização da candidatura e todo o processo negocial.

Apesar de em ritmo inferior ao registado em 2012, é de salientar o número total de requerimentos apresentados, cujo valor não é superior pelo fato de este instrumento ter passado a contar com a concorrência do PER (Processo Especial de Revitalização) e de muitas empresas em situação económica e financeira difícil terem optado por processos negociais de recuperação de cariz judicial.

O quadro seguinte mostra o movimento de processos associados ao SIREVE e os seus resultados:

Requerimentos		
Exercícios	**2012 ***	**2013**
Stock inicial	0	109
Entrados	110	218
Recusados	1	51
Em aceitação	31	24
Aceites	78	172
Extintos	0	76
Acordos	0	54
Stock final	**109**	**146**

Embora a gestão do Processo Especial de Revitalização (PER) não seja da competência do IAPMEI ou do próprio Ministério da Economia, assegurou-se o apoio técnico à CDAIPR, tendo para o efeito sido criado um sistema de monitorização do PER, que incluiu a recolha de informação para caracterizar o ciclo de vida de cada processo, a recolha dos contributos do IGFSS e da AT que permitiram identificar e quantificar os respetivos créditos, a recolha de informação pela direção interna de Assistência Empresarial (DAE), que por sua vez conseguiu caraterizar a atividade das empresas, volume de negócios, nível de emprego e atividade exportadora, e ainda a manutenção atualizada de um ficheiro que integrou toda esta informação, disponível a todas as entidades que integram a CDAIPR.

Assegurou-se ainda a emissão dos pareceres necessários à declaração de empresas em reestruturação por parte do Ministério de Emprego Solidariedade e Segurança Social e a assessoria à tutela na área da revitalização, através de elaboração de informações solicitadas sobre empresas clientes da área de revitalização empresarial, ou em dificuldade, incluindo resposta a pedidos de outros órgãos de soberania.

Objetivos

O quadro seguinte apresenta uma síntese das principais atividades e resultados alcançados

Objetivo	Indicador	Meta 2013	Resultado	Justificação	U.O.
O12. Facilitar processos especiais de recuperação de empresas, no âmbito do PERF - Processos Específicos de Revitalização e financiamento e fora do âmbito do PER - Processos Especial de Revitalização, PIRE e SIREVE.	I121. Proporção das situações problemáticas de reestruturação e de conciliação de credores, orientadas para uma solução.	80%	77%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DPIF;DAE
O13. Assegurar o apoio técnico à Comissão de Dinamização e Acompanhamento Interministerial do Programa Revitalizar e a coordenação da Comissão Técnica Interministerial do Programa Revitalizar, e promover a articulação com os credores públicos em processos SIREVE, PER e PIR.	I131. Nível de participação em reuniões e ações da CI Revitalizar e CTI Revitalizar.	90%	100%	Foi possível garantir a presença e apoio em todas as reuniões e ações da Comissão de Dinamização e Acompanhamento Interministerial do Programa Revitalizar e Comissão Técnica Interministerial do Revitalizar	DPIF
O14. Dinamizar processos de transmissão e de obtenção de dimensão inorgânica, no âmbito do REVITALIZAR/ PDTE	I142. Nº de empresas e investidores registados visando a concretização de operações de venda, aquisição, fusão ou sucessão.	70	89	Através de ações de divulgação e sensibilização e a maior procura de investidores e de oportunidades de negócio, explicam o resultado alcançado	DPIF;DAE
	I143. Nº de empresas beneficiárias de aconselhamento, divulgação de negócio, intermediação e assistência	50	94	Maior esforço e empenhamento em garantir aconselhamento qualificado a empresas no âmbito do Fintrans e na procura de soluções de financiamento e reestruturação	
	I144. Nº de Empresas contactadas visando a sua sensibilização e adesão para a concretização de processos de transmissão e ou sucessão	300	342	Decisão assumida e maior envolvimento no contacto com empresas em particular com PME Líder	

b) Iniciativa prevista realizada

Para melhorar o desempenho organizacional do Instituto, atuando nas condições internas fundamentais para a qualidade da intervenção, designadamente, processos, capacidades, competências e recursos financeiros, foi realizada a seguinte iniciativa prevista no plano:

Nº	Iniciativa	OB	Meta 2013	Resultado	Justificação	U.O.
Ini17.	Executar, no âmbito da facilitação do acesso a financiamento, uma iniciativa que visa a captação de PME para o mercado bolsista, criação de soluções específicas de financiamento de capital e crédito e dinamização do acesso de PME a soluções existentes.	01;02;04	100%	105%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DPIF

D. Suporte à Intervenção

Gestão Corporativa

a) Atividades correntes

Aprofundar o conhecimento relevante para a atividade

Prosseguindo com o processo de aprofundamento e estruturação do conhecimento relevante para a atividade, foi previsto:

- Executar o plano de estudos e de produção de informação estatística, designadamente, realização de fichas informativas, iniciativas editoriais do IAPMEI, outputs gerados com base no aprofundamento da articulação com as fontes oficiais e potenciação da utilização dos dados cuja fonte é o próprio Instituto,
- Elaborar relatórios sobre a dinâmica empresarial dos Living Labs em Portugal, realizar estudos e produzir informação estatística associados,
- Prossecução dos processos de avaliação de satisfação dos clientes e colaboradores e colaboradoras

Objetivos

Os quadros seguintes apresentam uma síntese das principais atividades e resultados alcançados

Objetivo	Indicador	Meta 2013	Resultado	Justificação	U.O.
O15. Aprofundar o conhecimento relevante para a atividade	I151. Proporção das ações executadas do plano anual de estudos e de produção de informação estatística.	90%	100%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DPE
	I152. Nº. de relatórios sobre Living Labs e Fab Labs em Portugal.	4	4	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DAE

Melhorar o alinhamento estratégico e o desempenho do serviço

Na operacionalização das estratégias de intervenção externa, é fundamental otimizar a eficácia, eficiência e qualidade da resposta do suporte técnico e administrativo às solicitações do Conselho Diretivo e das Unidades Orgânicas. Para isso, considera-se que, a par da qualidade dos dados e da informação, o prazo de resposta constituiu também um fato determinante. Assim, pretendeu-se não só aumentar o número e a qualidade das respostas dadas, como também assegurar que essas respostas fossem dadas dentro dos prazos acordados.

Em termos de representação em Juízo, é fundamental assegurar uma representação eficaz, garantindo a melhor defesa dos interesses do Instituto, não só pelo estrito cumprimento dos prazos legais, mas, sobretudo, pela qualidade das peças processuais produzidas e pelas intervenções em tribunal. O compromisso proposto foi o de alcançar uma taxa de sucesso bastante elevada que dependerá, naturalmente, do número de processos existentes.

Objetivos

O quadro seguinte apresenta uma síntese das principais atividades e resultados alcançados

Objetivo	Indicador	Meta 2013	Resultado	Justificação	U.O.
O16. Melhorar o alinhamento estratégico e o desempenho do serviço	I161. Proporção das ações do ciclo anual de gestão executadas corretamente dentro do prazo.	81%	81%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	TODAS
	I162. Proporção das ações executadas do plano anual de avaliação da satisfação dos colaboradores e colaboradoras.	90%	100%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DPE

	I163. Nº de manuais de procedimentos das UO elaborados ou atualizados, com o apoio prestado pelo DpAI	5	0	A atividade do departamento de auditoria interna sofreu algumas limitações motivadas pela publicitação, em finais de Dezembro de 2012, da nova lei orgânica do IAPMEI e pelo facto de ainda se aguardar pelos novos estatutos do IAPMEI.	DpAI
O17. Melhora a visibilidade da intervenção e dos instrumentos de apoio do IAPMEI	I172. Nº.Ações de comunicação para PME, através de parcerias e protocolos de colaboração com entidades da envolvente empresarial, em domínios alinhados com a missão do IAPMEI	8	0	O reforço de parcerias no terreno para divulgação e promoção de instrumentos de suporte ao empreendedorismo e às estratégias empresariais foi uma das apostas para dinamização das políticas públicas dirigidas às PME, com particular destaque para a divulgação do Programa Revitalizar e para a dinamização regional da PME Digital, enquanto instrumento da Agenda Portugal Digital.	DpCi
O18. Melhorar a resposta dos serviços corporativos às solicitações	I181. Proporção de pareceres jurídicos/respostas emitidos dentro do prazo.	90%	95,85%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DJA;DpAI;DpCI
	I182. Proporção de ações bem-sucedidas em representação do Instituto em Juízo.	80%	90,48%	Foram concluídas 42 ações judiciais, das quais 38 tiveram sucesso, pelo que a meta do indicador foi superada.	DJA
	I183. Desvio médio relativamente aos prazos estabelecidos para a realização das auditorias internas.	70%	100%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DpAI

Gestão dos Recursos

A gestão dos recursos assegura a coordenação das funções de aprovisionamento, gestão patrimonial, gestão dos recursos humanos e financeiros e gestão dos sistemas de informação e comunicações.

a) Atividades correntes

As atividades desenvolvidas no ano de 2013 enquadraram-se nos objetivos gerais de garantir a gestão do parque imobiliário, património do IAPMEI, nas vertentes de manutenção, conservação e remodelação de imóveis, incluindo

reabilitações profundas e novas construções, promoção e gestão de contractos de cedência de instalações, gestão dos serviços de higiene, limpeza e de segurança.

No âmbito das intervenções de beneficiação das instalações, mereceram destaque, como mais significativas, as seguintes atividades, promovidas no Campus do Lumiar, a Remodelação/Requalificação do Palacete e da sua Envolvente, a conclusão da Remodelação da Ala Nordeste do Edifício L, a continuação da Renovação da Iluminação Exterior, com aplicação de Luminárias de tecnologia LED, a Instalação de Sistema de Deteção de Incêndios no Edifício E, a construção de um Portão de Saída Alternativa de Emergência e a aplicação de Sinaléticas diversas.

Na gestão de espaços disponíveis nos Edifícios do Campus do Lumiar, foi possível acolher mais uma empresa de base tecnológica, a Tecnibite Informática. Todas as atividades enumeradas se enquadram no âmbito do preconizado pelas políticas públicas, enquadrando-se em três grandes eixos: Reabilitação do Património Imobiliário Português; Apoio à Internacionalização das Empresas com Vista ao Incremento da Exportação de Bens Transacionáveis; Implementação de Fontes Alternativas Renováveis para a Produção de Energia e Eficiência Energética.

As metas estabelecidas para 2013, foram generalizadamente alcançadas, com exceção da Instalação de um Sistema de Controlo de Acessos de Viaturas ao Campus do Lumiar por Reconhecimento de Matrículas, da Instalação de Novos Sistemas de Produção de Energia Elétrica com origem em Fontes Renováveis e do início da instalação de Sistemas de Gestão/Contabilização de Consumos Energéticos nos Edifícios do Campus do Lumiar, dadas as restrições registadas na transferência de verbas do Orçamento de Investimento do IAPMEI.

Para melhorar o suporte à intervenção, tornando-a mais qualificada e coerente com a estratégia definida, a atuação no domínio interno assentou nos seguintes fatores:

- Gestão do conhecimento, que envolve a elaboração de estudos, relatórios e informação relevante para a atividade,
- Qualificação das capacidades e competências, função do plano anual de formação dos colaboradores e colaboradoras, pelo que durante o ano de 2013 foram realizadas 87 ações de formação, incluindo as ações de formação à medida dinamizadas por formadores externos
- Foram também realizados 7 estágios, no âmbito do programa de Projetos e Estágios de Verão, da Católica-Lisbon, Universidade Católica Portuguesa,
- Na sequência de protocolos celebrados entre o IAPMEI e a Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra e o ISCAL, foram integrados 3 estagiários no IAPMEI do Centro e Lisboa, respetivamente.

- Foi feito o alinhamento estratégico e avaliação do desempenho do serviço, dependente do ciclo anual de gestão (planeamento, monitorização e avaliação da atividade), tendo-se procedido à atualização do Regulamento Interno do IAPMEI, de acordo com nova legislação em vigor.
- Gestão dos recursos físicos e financeiros, nas variáveis: captação de fontes de financiamento, gestão de custos, tesouraria, contratação pública, participações sociais e património,
- Ao nível dos sistemas de suporte à gestão de incentivos, foram implementadas melhorias orientadas para a eficiência dos processos, nomeadamente de simplificação da interação com as empresas. Releve-se ainda todos os desenvolvimentos efetuados, fundamentalmente de cariz adaptativo para gerir o produto " Comércio Investe", e ainda Certificação PME, i360, Geslíder, GPS, KMS, entre outras.
- Com a adjudicação do novo contrato na gestão dos sistemas de informação e comunicação, que entrou em vigor no ano de 2012, teve um impacto, na redução e obtenção de poupanças, superior a 60% no tarifário das comunicações, durante o ano de 2013, em relação ao ano anterior.

Objetivos

Os quadros seguintes apresentam uma síntese das principais atividades e resultados alcançados

Objetivo	Indicador	Meta 2013	Resultado	Justificação	U.O.
O20. Otimizar os recursos físicos e financeiros	I201. Proporção de execução do valor acordado do contributo do IAPMEI para a redução do Défice Público (M€).	97,5%	102,59%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DGOR
	I202. Redução dos custos em FSE recorrentes em 2013, não incluindo os extraordinários que possam vir a ocorrer.	3,25%	36,2%	O desvio verificado prende-se essencialmente com uma redução de na carteira de seguros. Houve um decréscimo de consumos em todas as rúbricas, nomeadamente comunicações nos combustíveis e reduções por via legal resultante da LOE para 2013.	
	I203. Otimização do consumo e eficiência energética	8%	91,32%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	

Objetivo	Indicador	Meta 2013	Resultado	Justificação	U.O.
O21. Melhorar a gestão dos sistemas de informação e comunicação e do apoio técnico e manutenção	I211.Satisfação com os serviços de gestão dos sistemas de informação e comunicação.	85%	99%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DGOR
	I212. Satisfação com a gestão dos serviços de apoio técnico e manutenção	85%	100%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	

b) Iniciativas previstas realizadas

Para melhorar o desempenho organizacional do Instituto, atuando nas condições internas fundamentais para a qualidade da intervenção, designadamente, processos, capacidades, competências e recursos financeiros, foram realizadas as seguintes iniciativas previstas no plano:

- Execução do projeto de Responsabilidade Social (Iniciativa 18),
- Otimização do consumo e eficiência energética (Iniciativa 23),
- Implementação de novas funcionalidades e melhorias do SGD (Iniciativa 25)
- Desenvolvimento de uma ferramenta de diagnóstico de competências para PME (Iniciativa 27).
- Desenvolvimento do SIGI e Conta Corrente de Incentivos (Iniciativa 28).
- Desenvolver a Certificação PME (Iniciativa 29)

O quadro seguinte apresenta uma síntese das iniciativas e os resultados alcançados, das iniciativas acima referenciadas:

Nº	Iniciativa	OB	Meta 2013	Resultado	Justificação	U.O.
Ini18.	Grau de execução do projeto de Responsabilidade Social	07;016	100%	100%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DPIF;DPI;DGOR

Ini23.	Otimização de sistemas de eficiência energética no Campus do Lumiar	O20.	75%	75%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DGOR
Ini25.	Implementação novas funcionalidades e melhorias no SGD	O21.	100%	95%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DGOR
Ini27.	Desenvolvimento de uma ferramenta de Diagnóstico de competências para PME	O3;O21	100%	95%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DGOR:DAE
Ini28.	Desenvolvimento de uma ferramenta de Diagnóstico de competências para PME	O8;O9;O21	100%	95%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DGOR;DGIC
Ini29.	Desenvolver a Certificação PME	05;07;08;021	100%	100%	O desvio verificado encontra-se dentro do intervalo da tolerância da meta	DGOR;DPE

iv. 2. Atividades desenvolvidas não previstas

Auditorias a projetos do MODCOM

Face ao constrangimento causado pela não realização das auditorias a projetos MODCOM, e por se verificar um volume de trabalho bastante elevado no que se refere à análise dos pedidos de pagamento finais e de encerramentos de projetos na DGIC e DPI, o DpFC iniciou a análise de pedidos de pagamentos finais transferidos dessas direções (não previstos) de cerca de 143 projetos, durante o final do último trimestre de 2013.

Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente (ENEI)

- Participação no GT liderado pelo IAPMEI e pela FCT e composto adicionalmente pela AdI e pelo COMPETE para o desenvolvimento das atividades necessárias à elaboração do documento da ENEI. O IAPMEI irá participar nas atividades para apreciação crítica do diagnóstico elaborado pela FCT e na elaboração de vários contributos escritos relativos às várias etapas desenvolvimento do processo.
- Foram desenvolvidos 12 workshops de capacitação para 19 agentes para a economia digital e 4 workshops do ciclo formativo "Ouvir, Criar, Agir e Comunicar" abrangendo um total de 37 formandos.
- Roadshow organizado pelo IAPMEI em conjunto com mais de uma dezena de associações empresariais visando a sensibilização e informação sobre revitalização e transmissão empresarial (10 sessões)

Europa 2020 Estratégias para o Crescimento

- A organização do evento "Europa 2020 Estratégias para o Crescimento – Promoção de Parcerias de Negócio em Portugal", com a dinamização do B2B Networking Event, foi uma ação não prevista, que teve um grande impacto, quer pela sua relevância política, quer pelo número de empresas nacionais e internacionais (800 empresas) quer pelos encontros de negócios efetivamente concretizados, num número superior a 1800.

No âmbito do Programa Revitalizar

- Roadshow organizado pelo IAPMEI em conjunto com mais de uma dezena de associações empresariais visando a sensibilização e informação sobre revitalização e transmissão empresarial (10 sessões)
- Participação, em representação do IAPMEI/ME nas reuniões (7.ª, 8ª/9.ª e 10.ª) de acompanhamento do MOU celebrado entre o Governo Português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional

v. Medidas de reforço do desempenho

A crescente necessidade de intervenção do IAPMEI na dinamização do empreendedorismo a nível nacional, regional e local, deverá passar pela redefinição de objetivos e vertentes de intervenção e consequentemente pelo seu reenquadramento orgânico, sendo imprescindível garantir uma efetiva articulação entre áreas de back office e de front office do IAPMEI.

Com uma parte substancial do tecido empresarial a demonstrar dificuldades decorrentes dos modelos organizativos e de gestão e particularmente e consequentemente de debilidades da estrutura financeira, deverá ser

reequacionada uma intervenção mais vigorosa e proativa na área da revitalização e da transmissão empresarial, para o que será necessário incrementar a capacitação de técnicos, recrutar novos elementos com competência e perfis adequados e assegurar um efetiva articulação e envolvimento dos serviços desconcentrados do IAPMEI.

Os objetivos que orientarão a intervenção nos próximos anos apontam para o desenvolvimento do empreendedorismo qualificado e facilitação do arranque de empresas inovadoras, desenvolvimento de capacidades empresariais para a inovação, competitividade e internacionalização e promoção de estratégias de crescimento, sustentabilidade e revitalização. A atividade de suporte visa a melhoria do potencial de gestão dos programas e de intervenção junto das empresas, tornando-o mais qualificado, alinhado e eficiente.

No plano operacional, a atuação do Instituto incidirá, fundamentalmente, sobre áreas de dinamização ao longo do ciclo de vida empresarial, disponibilizando produtos e serviços enquadrados nos programas governamentais relacionados com a sua missão.

Para além de medidas previstas para melhorar a eficácia e a qualidade dos produtos e serviços às empresas, o reforço da eficiência na resposta do suporte à intervenção externa continuará a ser uma prioridade principal, em termos de otimização dos processos críticos para a melhoria do impacto da intervenção e de preparação da organização e colaboradores e colaboradoras para a melhoria dos processos e satisfação das necessidades dos clientes.

Nesse sentido, está previsto implementar um conjunto de medidas com os seguintes objetivos:

- Melhorar a resposta de suporte à intervenção, executando, designadamente, medidas de desenvolvimento dos sistemas de informação e comunicação, de implementação do novo interface da Certificação PME, de requalificação do site do IAPMEI,

- Melhorar o alinhamento estratégico e a avaliação do desempenho, executando o plano de melhoria do sistema de avaliação do desempenho, implementando o sistema de informação de suporte à gestão e avaliação do desempenho, implementando o sistema de gestão da qualidade no âmbito do processo de certificação da Agência, e elaborando/atualizando os manuais de procedimentos das U.O.,

- Aprofundar o conhecimento relevante para a atividade, disponibilizando a informação de suporte às iniciativas de intermediação no âmbito da Assistência Empresarial, aprofundando o conhecimento sobre as empresas e estruturas da envolvente empresarial por concelho, sobre a dinâmica empresarial dos Living Labs em Portugal e executando o plano anual de estudos e de produção de informação estatística,

- Qualificar as capacidades e competências, aumentando o número de trabalhadores e trabalhadoras abrangidos por ações de formação,

- Otimizar a gestão dos recursos físicos e financeiros e da carteira de participações sociais, implementando medidas de redução de custos, contribuição para a redução do Défice Público, racionalização da carteira de participadas, melhoria do processo de inventariação de bens patrimoniais e do processo de contratação pública.

vi. Comparação do desempenho

Para a comparação do desempenho foram selecionados os seguintes serviços/produtos, que permitem comparar o desempenho de serviços ou países ou demonstrar as melhores práticas conhecidas e disponíveis, tendo em conta a missão e as atribuições à Agência:

- **European Enterprise Awards**

A European Enterprise Promotion Awards é uma iniciativa europeia, em que Portugal nesta sétima edição dos EEPA ocupou o primeiro lugar, no conjunto dos 32 países, em termos de número de candidaturas recebidas (56). Neste âmbito, o IAPMEI organizou a sessão de encerramento da fase nacional relativa à sexta edição dos EEPA (EEPA 2013), que contou com franca adesão de representantes das entidades participantes (empresas e entidades da envolvente), Membros do Júri Nacional e outras individualidades públicas. Esta sessão visa reconhecer publicamente o empenho das entidades participantes, anunciar e apresentar os projetos melhor classificados por categoria e anunciar os 2 projetos eleitos para representar Portugal na final europeia, que decorreu em Vilnius (Lituânia) em 25 de Novembro de 2013 e em que Portugal, pela segunda vez consecutiva, foi vencedor na categoria de "Apoio à internacionalização das empresas", com a iniciativa "Portuguese Shoes": The sexiest industry in Europe", apresentado pela APICCAPS em parceria com a Academia do Design e do Calçado.

- **Semana Europeia das PME**

Trata-se de uma das medidas adotadas para a aplicação do "Small Business Act". Englobando um conjunto diversificado de eventos no conjunto dos 30 países, na edição da "Semana Europeia das PME 2013"Portugal posicionou-se em sétimo lugar em termos de número de eventos realizados – 33 eventos. Para tal contribuiu todo um esforço de divulgação, promoção e captação da procura, que o IAPMEI, enquanto Coordenador Nacional na vertente "Ministry expert", desenvolveu.

- **Certificação de PME *on-line***

O Decreto – Lei n.º 372/2007, de 6 de Novembro, que lançou este novo serviço, contempla a transposição para o direito interno do conceito de PME da Recomendação n.º 2003/362/CE, de 6 de Maio, aplicável a todos os tipos de atividade económica, bem como as vantagens associadas à certificação *on-line.*

O novo serviço de certificação por via eletrónica, dirigido às empresas que necessitem de comprovar a sua qualidade de PME, contribuiu significativamente para a uniformização da classificação das PME, dispensando – as de apresentar qualquer comprovativo e, entre outras vantagens, assegurar uma resposta atempada e eficaz da Administração Pública aos cidadãos e empresas.

A intervenção do IAPMEI consistiu na conceção e proposta da medida (medida SIMPLEX), na preparação dos diplomas legais, no desenho e implementação do sistema de informação de suporte à "Certificação de PME *on-line*" e de consultas autorizadas do certificado eletrónico através da Internet, e no desenvolvimento de serviços de atendimento especializado às empresas, para assistência ao longo do ciclo de vida do processo de certificação. Para garantir a fiabilidade da certificação, a Agência desenvolve também atividades de controlo à *posteriori* do estatuto atribuído.

No início de 2008, o sistema certificou *on-line* as primeiras PME, após registo no portal do IAPMEI, em www.iapmei.pt, ficando, a partir daí, permanentemente disponível para todas as empresas de Portugal Continental e entidades envolvidas em procedimentos que exijam o estatuto de PME. O serviço foi replicado (boa prática), no segundo semestre de 2008, para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, através da Secretaria Regional da Economia e do Instituto de Desenvolvimento Empresarial, ficando assim a abranger todo território nacional. Naquelas regiões, o acesso das empresas é feito através dos seguintes endereços eletrónicos: www.azores.gov.pt e www.ideram.pt.

Portugal adotou esta medida para aplicar com maior celeridade, rigor e transparência a Recomendação da Comissão Europeia, continuando a ser o único país que dispõe de um serviço *on-line* de Certificação de PME, o que, por si só, constitui um padrão transnacional de boas práticas.

De notar que o desenvolvimento da Certificação de PME *on-line* continua a ser uma prioridade para o IAPMEI, tendo a consolidação do serviço constituído uma iniciativa da Agência para o ano de 2012, a qual foi plenamente concretizada (informação mais detalhada sobre esta iniciativa pode ser encontrada no ponto iv.5).

Existem referências em http://ec.europa.eu/youreurope/business/starting-business/setting-up/portugal/index_pt.htm (Portal da Comissão Europeia), e em http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/NoticiaseEventos/noticia.htm?guid=%7BE3B5F47E-1100-46E6-BC59-2995588C4655%7D (Portal da Empresa), para além de várias ligações a partir de *sites* de entidades públicas e de associações empresariais e sectoriais, por exemplo. Existem ainda referências em relatórios, como, no âmbito da criação de um ambiente de negócios favorável à atuação das empresas, particularmente das pequenas e médias empresas, no 1º Relatório Intercalar de Execução da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015, e no domínio da simplificação legislativa e administrativa, no Programa Simplex (Balanço do Simplex 2007 e 4 Anos de Simplex).

vii. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores e trabalhadoras

O inquérito à satisfação das colaboradores e dos colaboradores do IAPMEI teve a sua primeira edição em 2008, e pretende ser um instrumento adicional de avaliação de desempenho que permita ajudar a conhecer de forma mais aprofundada a opinião que *stakeholders* – não só clientes, mas desta forma também as colaboradoras e os colaboradores do próprio Instituto – têm do IAPMEI, do papel que este exerce na economia nacional e da forma como o leva a cabo, tendo em vista a melhoria contínua do seu desempenho.

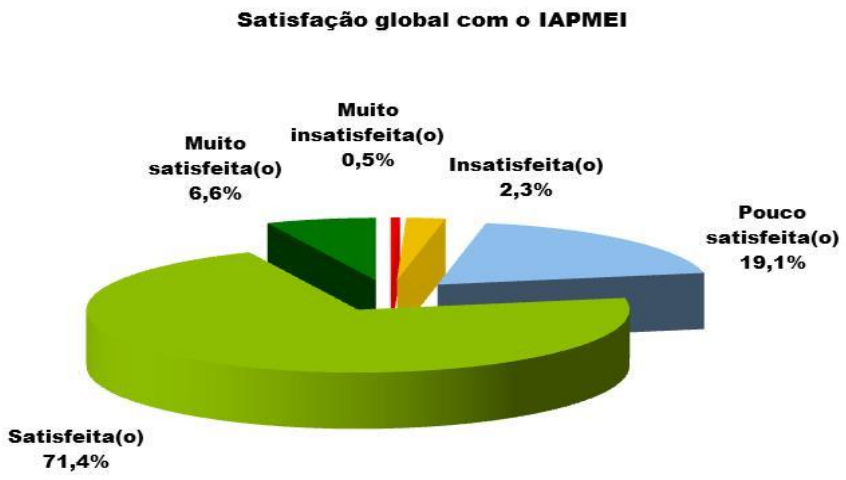
Este inquérito foi aplicado ao universo, ou seja, às e aos 325 dirigentes intermédias e intermédios e demais trabalhadoras e trabalhadores do Instituto (número reportado a 31 de Dezembro de 2013), independentemente do seu vínculo, tendo-se obtido uma taxa de resposta de 56,3%, o que resulta num erro amostral de 4,9%.

As mulheres representam 60,1% da amostra, ao passo que os homens representam 39,9%. Esta distribuição corresponde a uma taxa de resposta feminina de 51,2% e a uma taxa de resposta masculina de 66,4%.

O inquérito foi feito por via eletrónica (*e-mail* com *link* para formulário eletrónico disponibilizado na Intranet do IAPMEI) entre os dias 3 e 25 de Fevereiro de 2014.

Satisfação global com o IAPMEI

Em 2013, os níveis de satisfação das colaboradoras e dos colaboradores com o IAPMEI mantiveram-se muito elevados, com 78% das inquiridas e dos inquiridos a dizerem-se globalmente satisfeitas(os) ou muito satisfeitas(os) com a organização.



A forma de relacionamento do IAPMEI com os seus *stakeholders*, a imagem da organização e o seu desempenho são aspetos relativamente aos quais são expressos níveis especialmente elevados de satisfação, em qualquer dos casos com mais de 80% das inquiridas e dos inquiridos a afirmarem-se satisfeitas(os) ou muito satisfeitas(os) (86,3% no primeiro caso, 83,1% no segundo e 80,9% no último).

Já o nível de envolvimento de colaboradoras e colaboradores no funcionamento da organização reúne menos consenso, mais ainda assim recolhendo níveis de satisfação muito elevados, com 61,7% de pessoas satisfeitas ou muito satisfeitas.

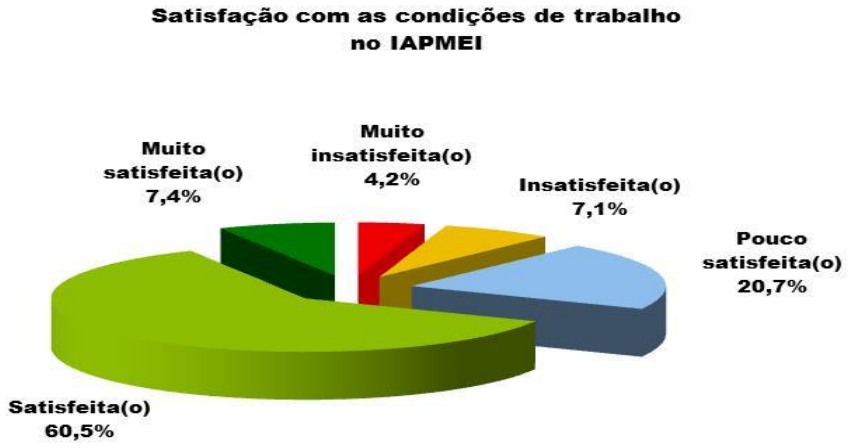
Esta elevada satisfação global com o IAPMEI é comum a trabalhadoras e a trabalhadores (78,4% e 77,4%, respetivamente). Como também o são os baixos níveis de insatisfação (1,1% e 5,5%, respetivamente).

A tendência de equilíbrio de género tem, contudo, uma exceção, que se prende com o envolvimento no funcionamento da organização. Nesta matéria, os trabalhadores apresentam posições mais extremadas, com a percentagem de satisfeitos ou muito satisfeitos (64,4%) 4,4 p.p. acima da das trabalhadoras, mas também com a percentagem de insatisfeitos ou muito insatisfeitos (11%) muito superior à das suas congéneres femininas (em 7,3 p.p.).

Relativamente aos restantes itens, apesar de as diferenças não serem significativas, são também os homens que se dizem um pouco mais insatisfeitos, mas neste caso são simultaneamente “eles” que estão ligeiramente menos satisfeitos.

Satisfação com as condições de trabalho no IAPMEI

Também especificamente ao nível das condições de trabalho a satisfação é a regra. Mais de 2/3 das colaboradores e dos colaboradores (68%) consideram-se, pois, satisfeitas(os) ou muito satisfeitas(os) com as condições de trabalho no IAPMEI.



No entanto, pela primeira vez desde que esta avaliação é feita, há um item relativo a condições de trabalho que não reúne uma maioria de opiniões positivas, já que não chegam a 50% as colaboradoras e os colaboradores que se dizem satisfeitas(os) ou muito satisfeitas(os) com o horário de trabalho (a percentagem é de 46,4%). Adicionalmente, 21,9% afirmam-se insatisfeitas(os) ou muito insatisfeitas(os) com o mesmo.

Também no que respeita à possibilidade de conciliação do trabalho com a vida familiar e assuntos pessoais a satisfação se encontra abaixo da média do tópico. Neste caso a percentagem de satisfeitas(os) ou muito satisfeitas(os) está acima dos 50% (é de 59%), sendo que as inquiridas e inquiridos que se manifestam insatisfeitas(os) ronda os 12%.

A opinião sobre a igualdade de tratamento na organização é muito semelhante a esta, com, por um lado, 59% das pessoas satisfeitas ou muito satisfeitas face à mesma e, por outro, com 15,8% de pessoas insatisfeitas ou muito insatisfeitas.

As avaliações do ambiente de trabalho, por seu turno, reúnem uma larga maioria de opiniões favoráveis, com 83,6% das inquiridas e dos inquiridos a declararem-se satisfeitas(os) ou muito satisfeitas(os) com o ambiente existente e somente 4,9% a dizerem o oposto.

Os equipamentos informáticos recolhem também uma larga maioria de opiniões positivas, com mais de 80% de avaliações de satisfeita(o) ou muito satisfeita(o), e um valor residual de avaliações opostas (1,6%).

A maior satisfação regista-se, contudo, com a segurança das instalações, sendo que mais de 86% das colaboradoras e dos colaboradores do IAPMEI se dizem satisfeitas(os) ou muito satisfeitas(os) com a mesma, enquanto que somente 1,1% dizem o contrário.

As opiniões sobre as condições de higiene, por seu turno, extremam-se mais, com níveis de satisfação da ordem dos 76% e com níveis de insatisfação próximos de 9%. Ou seja, de entre os itens avaliados em matéria de condições de trabalho, reúnem das mais altas percentagens de satisfação, mas também das mais altas percentagens de insatisfação.

Por fim, uma nota para os serviços de refeitório e bar, item que reúne dos mais baixos níveis de satisfação e os mais altos níveis de insatisfação. Relativamente a este serviço pouco mais de metade das pessoas inquiridas se diz satisfeita ou muito satisfeita (53%), enquanto cerca de ¼ se afirma insatisfeita ou muito insatisfeita. De notar que este tópico deve ser sempre lido com algum cuidado, na medida em que inclui opiniões de colaboradoras e colaboradores que têm este tipo de serviço disponível nas instalações nas quais exercem as suas funções e dos que não têm.

As opiniões das colaboradoras e dos colaboradores relativamente às condições de trabalho não são substancialmente diferentes, se bem que os inquiridos tendam a mostrar níveis de satisfação um pouco mais elevados e as inquiridas no sentimento oposto, isto é, níveis ligeiramente mais altos de insatisfação (+3,4 p.p. no primeiro caso e +3,2 p.p., no segundo).

Contudo, analisando cada tópico de forma isolada destaca-se um ponto relativamente ao qual há claramente diferença de opiniões, e que tem a ver com a possibilidade de conciliação do trabalho com a vida familiar e assuntos pessoais. Se bem que em qualquer dos grupos exista uma maioria de opiniões positivas, a percentagem de trabalhadores satisfeitos ou muito satisfeitos é significativamente superior à de trabalhadoras satisfeitas ou muito satisfeitas (+13,5 p.p., sendo que a percentagem no primeiro caso é de 67,1% e no segundo de 53,6%).

Adicionalmente, as mulheres declaram-se um pouco mais insatisfeitas do que os homens neste domínio (13,6% dizem-se insatisfeitas ou muito insatisfeitas, face a 9,6% de insatisfeitos ou muito insatisfeitos).

Já no caso do horário de trabalho as diferenças de género esbatem-se, existindo no entanto ligeiramente maior percentagem de homens satisfeitos ou muito satisfeitos do que mulheres (4,8 p.p.), mas o mesmo acontecendo também com as opiniões inversas, ou seja, existe uma percentagem um pouco superior de homens do que de mulheres insatisfeitas ou muito insatisfeitas (+2,4 p.p.) com o horário de trabalho. Em qualquer dos casos a percentagem de satisfeitas(os) ou muito satisfeitas(os) é inferior a 50%, sendo de 49,3% entre os trabalhadores e de 44,5% entre as trabalhadoras. Por seu turno, temos 23,3% de trabalhadores insatisfeitos ou muito insatisfeitos e 20,9% de trabalhadoras com a mesma opinião.

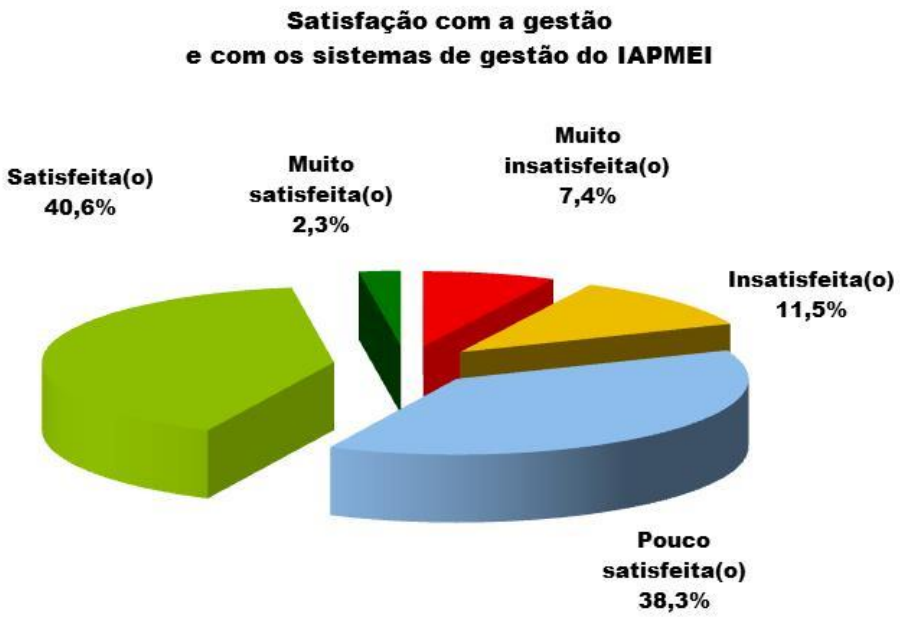
Os outros domínios em avaliação em que se identificam algumas diferenças aparentes de género têm a ver com as condições de higiene das instalações e com os serviços de refeitório e bar. Em qualquer dos casos a percentagem de inquiridas e de inquiridos satisfeitas(os) ou muito satisfeitas(os) é elevada, da ordem dos 70%-80%, mas é ao nível da insatisfação que as diferenças mais se sentem. Por um lado, porque em matéria de condições de higiene das instalações, os níveis de insatisfação entre os colaboradores são muito reduzidos, enquanto que entre as colaboradoras têm uma expressão não menosprezável (11,8% afirmam-se insatisfeitas ou muito insatisfeitas, um valor superior em 7,7 p.p. ao manifestado pelos seus congéneres masculinos). Por outro, porque ao nível dos serviços de refeitório e bar se detetam percentagens relevantes de pessoas insatisfeitas ou muito insatisfeitas tanto entre as trabalhadoras como entre os trabalhadores, mas significativamente mais expressivas no primeiro caso (29,1% face a 17,8%).

Satisfação com a gestão e com os sistemas de gestão do IAPMEI

A componente de gestão e dos sistemas de gestão tem sido, por norma, aquela que reúne os menores níveis de satisfação.

O ano de 2013 não foi exceção a esta regra, com a percentagem de colaboradoras e colaboradores satisfeitas(os) ou muito satisfeitas(os) a rondar somente os 43%.

Trata-se claramente da componente que é pior avaliada pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores do IAPMEI, sendo aquela que, simultaneamente, acolhe os menores níveis de satisfação e os maiores níveis de insatisfação (cerca de 19% dizem-se insatisfeitas(os) ou mesmo muito insatisfeitas(os)).



No caso dos sistemas de gestão existem duas componentes com avaliações muito diferentes entre si.

Por um lado, a questão que tem a ver com a forma como o sistema de avaliação do desempenho foi implementado e como os objetivos individuais e partilhados são fixados, aspetos que recolhem maioritariamente opiniões favoráveis, com 55,7% e 61,7% das colaboradoras e dos colaboradores a afirmarem-se satisfeitas(os) ou muito satisfeitas(os) com um e com o outro item, respetivamente.

Por outro, a questão que tem a ver com a forma como a organização recompensa os esforços, individuais e de grupo, matéria onde existe uma divisão marcada entre satisfação e insatisfação. No caso da recompensa de esforços individuais a percentagem de opiniões negativas é, inclusivamente, superior à percentagem de opiniões positivas (31,7% face a apenas 24%), enquanto que no caso da recompensa de esforços de grupo os valores são os inversos, mas ainda assim relativamente próximos, de 26,2% e 30,1%, respetivamente.

A análise separada das respostas dadas pelas colaboradoras e pelos colaboradores aponta para alguma diferença de género, ainda que não de expressão muito marcada mostrando que, não apenas é menor, em 7,3 p.p., a percentagem de trabalhadoras satisfeitas ou muito satisfeitas com o sistema de avaliação/recompensa do que a

percentagem de trabalhadores, como também é, simultaneamente, maior, em 5,2 p.p., a percentagem de insatisfeitas ou muito insatisfeitas.

Esta dupla tendência regista-se qualquer que seja o tópico em análise, sendo que as diferenças de opinião entre trabalhadoras e trabalhadoras tendem a ser um pouco mais expressivas no que respeita à avaliação da forma como o sistema de avaliação de desempenho foi implementado e de como os objetivos individuais e partilhados são fixados. No primeiro caso, 64,4% dos colaboradores estão satisfeitos ou muito satisfeitos, face a apenas 50% das colaboradoras, e 5,5% dizem-se insatisfeitos ou muito insatisfeitos, o que compara com 9,1% das inquiridas. No segundo caso, estes valores são de 56,8% e de 59,1%, no que respeita a satisfação, e de 5,5% e de 12,7% no que concerne a insatisfação.

Por fim, é de salientar o facto de a percentagem de pessoas insatisfeitas ou muito insatisfeitas com a forma de recompensa existente na organização, quando comparada com a percentagem de pessoas com a opinião inversa, ser largamente superior no caso das colaboradoras do que no caso dos colaboradores.

Somente 26% dos trabalhadores se afirmam satisfeitos ou muito satisfeitos com o sistema de recompensa de esforços individuais, mas essa percentagem desce para os 22,7% no caso das trabalhadoras. No que respeita a insatisfação, 33,3% das colaboradoras estão insatisfeitas ou muito insatisfeitas, percentagem que é de 28,8% no caso dos colaboradores. Ora isto significa que a percentagem de trabalhadoras insatisfeitas ou muito insatisfeitas com a forma de recompensa existente na organização é superior em cerca de 10 p.p. à de trabalhadoras com a opinião inversa. No caso dos trabalhadores, por seu turno, a diferença é muito inferior, não atingindo 3 p.p..

viii. Afetação real e prevista de recursos

Recursos Humanos

Para atingir os objectivos, assegurando a execução dos projetos/iniciativas previstas no Plano de Atividades de 2013, o IAPMEI tinha planeado 348 efectivos, a que correspondia uma pontuação de 3974 pontos.
Globalmente, essa pontuação foi executada com um grau de 94,8% (3.769 pontos). A este resultado, corresponde um desvio negativo de 205 pontos ou seja, de -5,16%.

RECURSOS HUMANOS 2013					
Cargo / Carreira	Planeados		Executados		Desvios
	Nº	Pontuação	Nº	Pontuação	
Direção Superior	3	60	3	62	2
Direção Intermédia	32	512	29	474	-38
Técnico Superior	232	2784	226	2656	-128
Assistente Técnico (Incluí Técnicos de Informática)	71	568	65	530	-38
Assistente Operacional	10	50	5	46	-4
Total	**348**	**3.974**	**328**	**3.769**	**-205**

Este desvio negativo justifica-se essencialmente pela redução do número de trabalhadores (20) e pelo absentismo (3.250 dias), designadamente, doença (56,1%) e proteção parentalidade (19%).

O absentismo global calculado com base em UERHE (unidade equivalente de recursos humanos executados) igual a 225 dias úteis e no número de efectivos em 31 de dezembro de 2013 (328), foi 4,4%.

De salientar que a carreira com maior número de efetivos utilizados, foi a de Técnico Superior com 226 efectivos, o que representa uma taxa de 68,9% do total, seguida da carreira de Assistente Técnico com um número de 65 trabalhadores, a que correspondeu uma taxa de 5 %.

Ao longo do ano de 2013 não houve entrada de trabalhadores. Saíram 12 trabalhadores, dos quais 6 por reforma, 2 denúncia do contrato por iniciativa do trabalhador, 2 por mobilidade interna, 1 por cedência e 1 por outra situação.

Recursos Financeiros

No quadro seguinte são apresentados os valores globais associados ao orçamento inicial, orçamento disponível e execução da despesa.

Orçamento	Inicial (1)	Disponível (2)	Realizado (3)	Desvio (4)=(3)-(2)
Funcionamento	41,49	128,88	63,52	-65,36
PIDDAC	628,46	771,62	606,76	-164,86
Total	669,95	900,50	670,28	-230,22

(*) Valores em milhões de euros

A variação entre o orçamento inicial e o disponível reflete o efeito das alterações orçamentais efetuadas ao longo do ano. Estas incluem a transição dos saldos da gerência anterior (€ 109,38 milhões), e o reforço de entrada de verbas (€ 110,80 milhões), maioritariamente respeitante a verbas comunitárias do QREN, mas também um reforço de OE para o projeto KC-390 (€ 7,78 milhões) e a incorporação de dois novos projetos no orçamento de Funcionamento Normal ("Portugal Sou Eu" e "Passaporte para o Empreendedorismo", no valor de € 7,49 milhões).

Em termos de desagregação da despesa, por grandes rubricas e segregando fundos nacionais e fundos comunitários no PIDDAC, segue a repartição no quadro abaixo.

Organismo	Inicial (1)	Disponível (2)	Realizado (3)	Desvio (4)=(3)-(2)
Funcionamento				
Despesas Próprias	23,22	40,44	33,32	-7,12
Medidas de Apoio a Empresas	18,27	66,51	13,03	-53,48
Medidas de Apoio à Envolvente		21,94	17,18	-4,76
Sub Total Funcionamento	41,49	128,88	63,52	-65,36
IAPMEI – PIDDAC – Receitas Gerais				
Despesas Próprias	3,10	2,72	0,79	-1,93
Medidas de Apoio a Empresas	21,13	18,48	8,23	-10,25
Estruturas de Apoio Técnico	0,83	0,73	0,55	-0,18

Sub Total PIDDAC – Receitas Gerais	25,06	21,93	9,57	-12,36
IAPMEI – PIDDAC – Fundos Comunitários				
Medidas de Apoio a Empresas	598,93	739,68	593,35	-146,32
Estruturas de Apoio Técnico	4,47	10,02	3,83	-6,18
Sub Total PIDDAC – Fundos Comunitários	603,40	749,69	597,19	-152,51
Sub Total PIDDAC	628,46	771,62	606,76	-164,86
TOTAL	**669,95**	**900,50**	**670,28**	**-230,22**

(*) Valores em milhões de euros

Tendo em conta os valores acima apresentados, verifica-se que a despesa em 2013 corresponde a cerca de 74% da dotação disponível, o que reflete não só a menor execução nos projetos associados ao QREN, como nos integrados em funcionamento e suportados por verbas nacionais, mas também em virtude as restrições impostas nas transferências do OE, que ficaram muito aquém do previsto.

III. Balanço Social

Os quadros e informação completa do Balanço Social de 2013, elaborado nos termos do Decreto – Lei n.º 196/96, de 9 de Outubro, constam no anexo V.

i. Análise sintética

O IAPMEI contava com um efetivo global à data de 31 de Dezembro de 2013 com 328 trabalhadoras e trabalhadores, dos quais 29 exercem cargos dirigentes em regime de comissão de serviço, com exclusão dos membros do Conselho Diretivo.

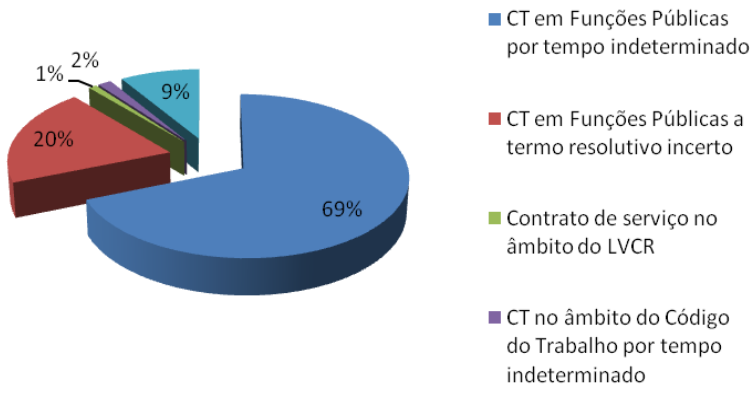
Distribuição do Efetivo Global do IAPMEI, em 31 de Dezembro de 2013:

Vínculo	SEXO	Dirigentes	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Total	%
CT em Funções Públicas por tempo indeterminado	M		65	6	7	1	79	
	F		91	53	2	1	147	
	T		156	59	9	2	226	69%
CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto	M		13	1			14	
	F		45	6			51	
	T		58	7			65	20%
Comissão de serviço no âmbito do LVCR	M	3					3	
	F							
	T	3					3	1%
CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado	M							
	F		4	1			5	
	T		4	1			5	1%
Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho	M	17					17	
	F	12					12	
	T	29					29	9%
Total dos efetivos	**H**							
	M							
	T	**32**	**218**	**67**	**9**	**2**	**328**	**100%**

A maioria das trabalhadoras e trabalhadores do IAPMEI tem uma relação de trabalho por tempo indeterminado (68,9%), existindo também numa proporção elevada de trabalhadores com contractos a termo incerto (19,8%).

Os membros do Conselho Diretivo representam 0,9% da totalidade do Efetivo Global, em regime de nomeação.

Distribuição percentual do Efetivo Global do IAPMEI, em 31 de Dezembro de 2013, por vínculo:



Caracterização dos Recursos Humanos

A caracterização do Efetivo Global do IAPMEI que a seguir se apresenta, abrange as trabalhadoras e os trabalhadores com vínculo por tempo indeterminado em Funções Públicas (226), as trabalhadoras e os trabalhadores contratados a termo resolutivo incerto em Funções Públicas (65), em Comissão de serviço ao abrigo do estatuto do pessoal dirigente (3), trabalhadoras e trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado (5) e trabalhadoras e trabalhadores em comissão de serviço no âmbito do código de trabalho (29), num total de 328 trabalhadores.

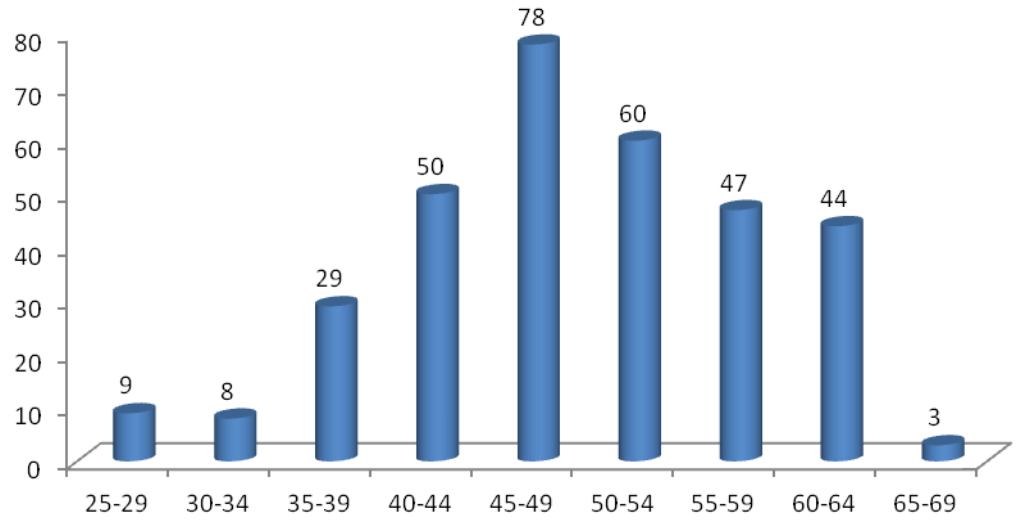
Distribuição do Efetivo do IAPMEI, por Género

A distribuição das trabalhadoras e trabalhadores do IAPMEI por género, reflete que há predominância das mulheres, 215 (65,5%) em relação aos homens, 113 (34,5%).

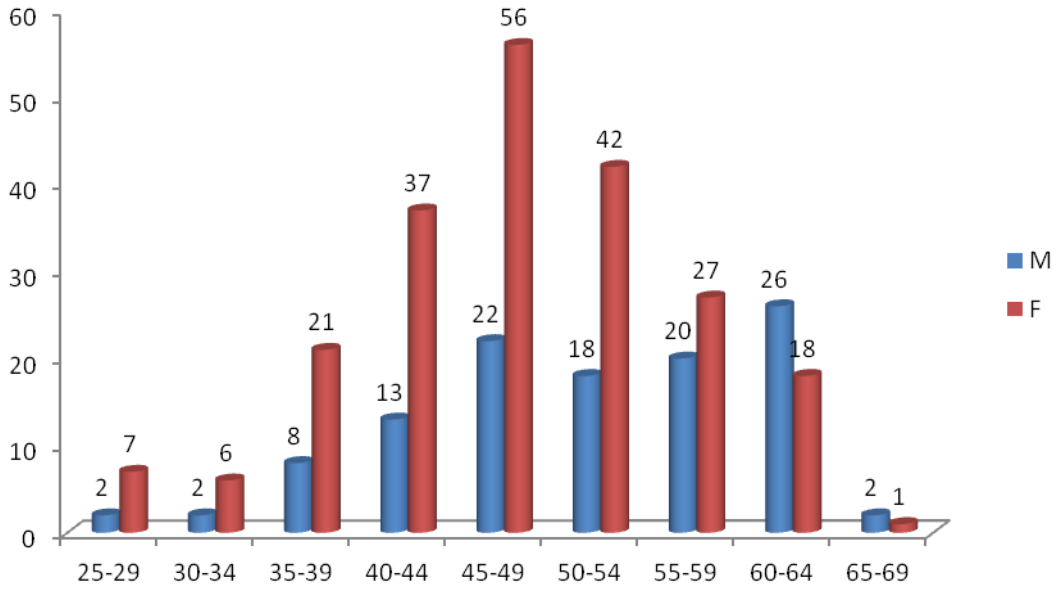
Género	Nº Trabalhadores	%
Feminino	215	65,5
Masculino	113	34,5
Total	**328**	100,0

Distribuição do Efetivo do IAPMEI, por grupo etário

Quanto à distribuição por grupo etário, verifica-se que a faixa etária entre os 45-54 anos é a mais populosa (42,1%) e que é predominantemente feminina (29,9%), em relação à masculina (12,2%).

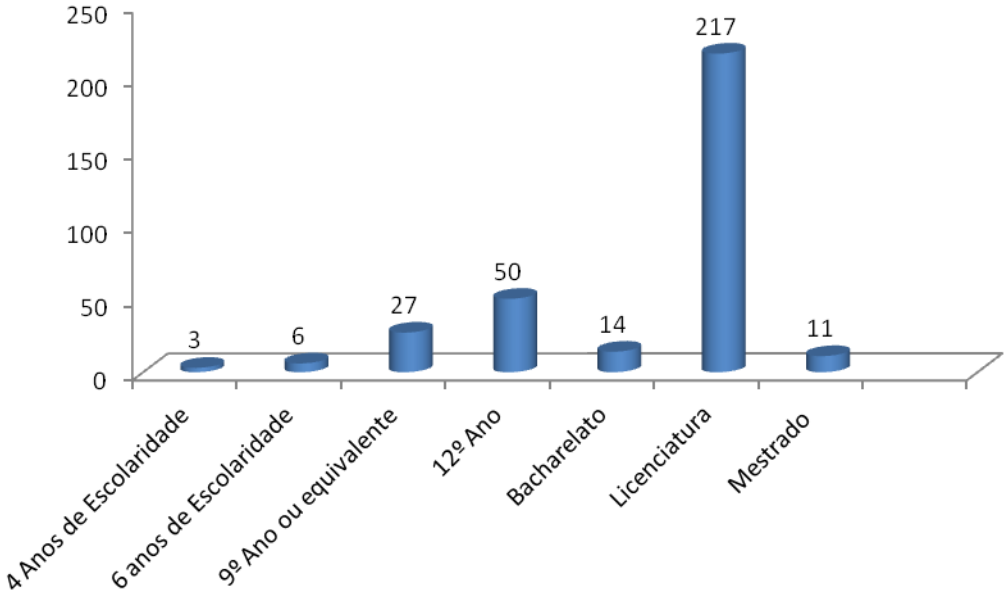


Distribuição do Efetivo do IAPMEI, por grupo etário e por género:



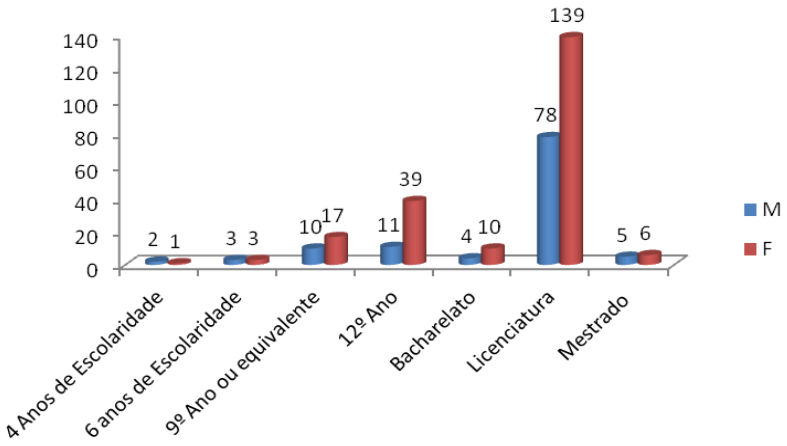
A média etária das trabalhadoras e dos trabalhadores do IAPMEI situava-se, em 31 de Dezembro de 2013, nos 49 anos.

Distribuição percentual do Efetivo do IAPMEI, por Habilitação Escolares



As habilitações escolares das trabalhadoras e dos trabalhadores do IAPMEI, assumem maior destaque ao nível do ensino superior (66%), em relação ao ensino secundário com (15,2%) e o ensino básico com (8,2%).

Distribuição percentual do Efetivo do IAPMEI, por habilitações escolares e por Género



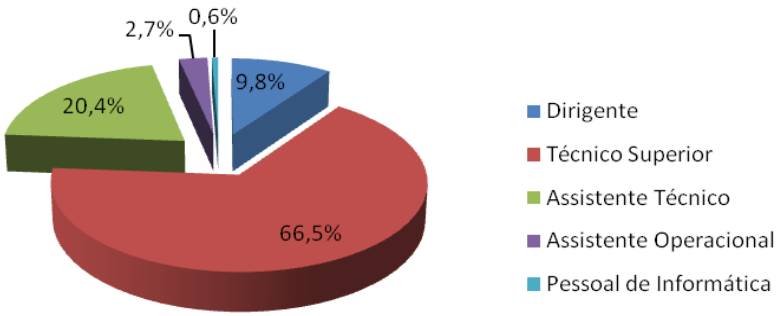
As habilitações escolares por género ilustram que, na maioria dos níveis, as mulheres predominam em relação aos homens. No ensino superior (42,4% para 23,8%), no ensino secundário (11,9% para 3,4%) e no ensino básico (5,2% para 3%).

Em termos de cargo/carreira profissional, verifica-se uma decomposição por:

- Dirigente,
- Técnica(o) Superior,
- Assistente Técnica(o),
- Assistente Operacional,
- Especialista Informático,

distribuindo-se, percentualmente, o Efetivo do IAPMEI, de acordo com o gráfico seguinte.

Distribuição percentual do Efetivo do IAPMEI, por cargo/Carreira Profissional

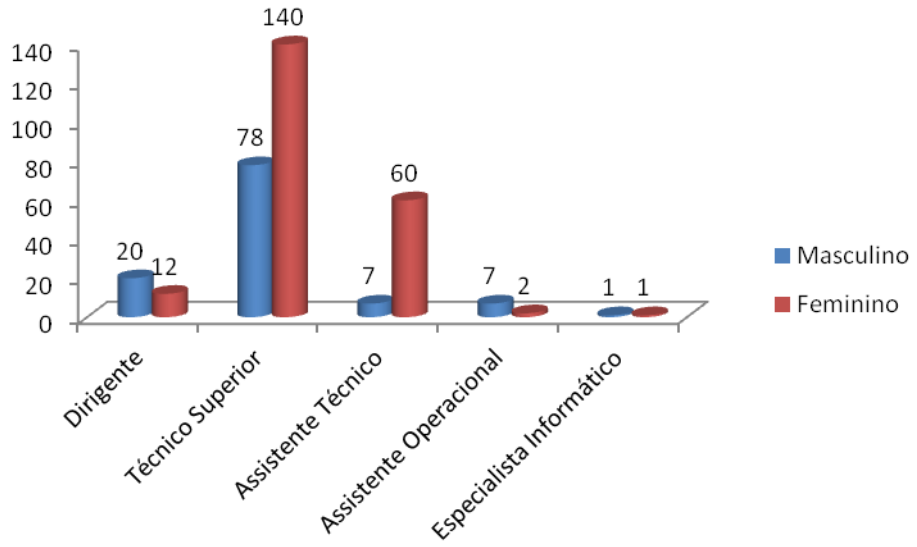


A carreira técnica superior detém o maior peso percentual (66,5%), com 140 mulheres (42,9%) e 78 homens (23,7%). A carreira de assistente técnico conta com 7 homens e 60 mulheres (2,1% para 18,3%), a carreira de assistente operacional com 7 homens (2,1%) e 2 mulheres (0,6%) e o cargo de dirigente com 20 homens (6%) e 12 mulheres (3,7%).

Distribuição do Efetivo do IAPMEI, por Cargo/Carreira Profissional e por Género:

Cargo/Carreira Profissional	Feminino	Masculino	Fem. %	Masc. %	Total	
					Nº	%
Dirigente	12	20	4	6	32	9,8%
Técnico Superior	140	78	43	24	218	66,5%
Assistente Técnico	60	7	18	2	67	20,4%
Assistente Operacional	2	7	1	2	9	2,7%
Especialista Informático	1	1	0,3	0,3	2	0,6%
Total	**215**	**113**	**66**	**34**	**328**	**100%**

Distribuição percentual do Efetivo do IAPMEI, por Cargo/Carreira Profissional e por Género:

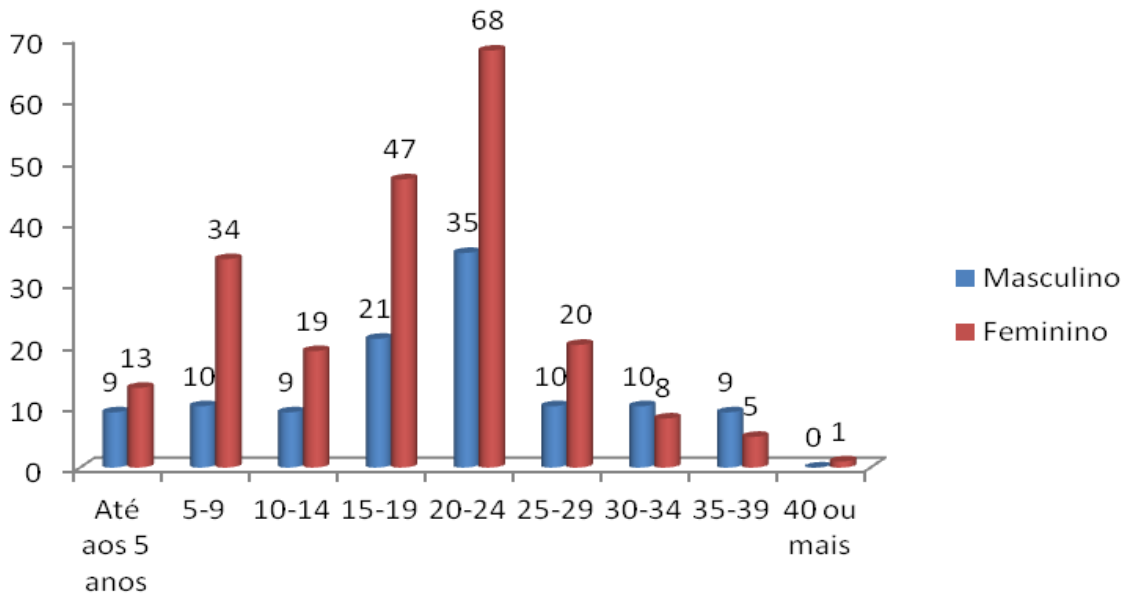


A média de antiguidade das trabalhadoras e trabalhadores do IAPMEI, à data de 31 de Dezembro de 2013, é de 18 anos.

Distribuição do Efetivo, por Antiguidade e por Género:

Estrutura de antiguidade	Género				Total	
	Masculino	Feminino	Masc. %	Fem. %	Nº	%
Até aos 5 Anos	9	13	8%	6%	22	7%
5-9	10	34	9%	16%	44	13%
10-14	9	19	8%	9%	28	9%
15-19	21	47	19%	22%	68	21%
20-24	35	68	31%	32%	103	31%
25-29	10	20	9%	9%	30	9%
30-34	10	8	9%	4%	18	5%
35-39	9	5	8%	2%	14	4%
40 ou mais	0	1	0%	0,5%	1	0%
Total	**113**	**215**	**100%**	**100%**	**328**	**100%**

Distribuição percentual do Efetivo, por Antiguidade e por Género:



Movimentação

Durante o ano de 2013, aferem-se 5 entradas e 9 saídas, no total. As entradas correspondem a trabalhadoras e trabalhadores que pertenciam ao quadro de pessoal do IAPMEI, mas que estavam a exercer funções externas à Agência e a um trabalhador da DRE – Centro, em regime de mobilidade interna.

Movimentação do Efetivo Global, em 2013 do IAPMEI:

Motivo	Entradas	Saídas
Limite de idade		6
Iniciativa do trabalhador(a)		1
Tempo indeterminado	5	2
Total	**5**	**9**

Custos com o Efetivo, em 2013

Dos custos com o Efetivo do IAPMEI, mencionam-se os mais indicativos, excluindo as situações particulares, como os Órgãos Sociais.

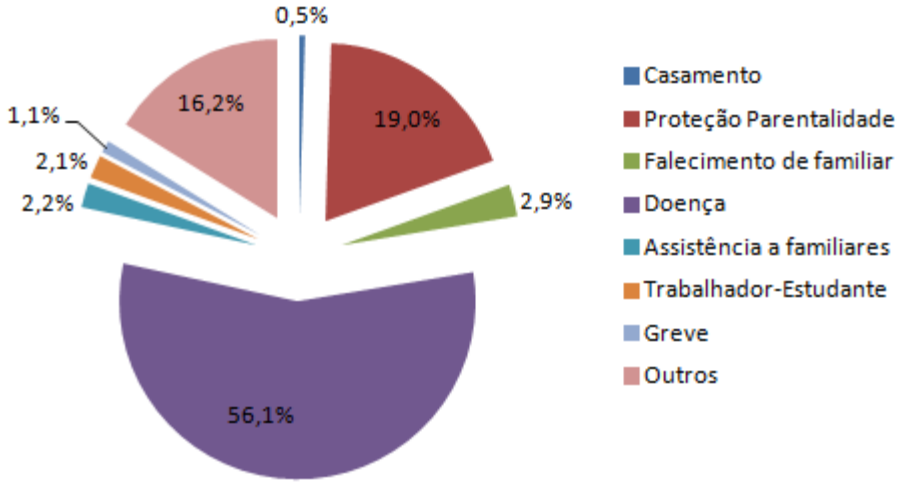
Encargos	Valor (Euro)
Remuneração base	8.531.175,32
Suplementos remuneratórios	441.646,79
Prémios de desempenho	0,00
Prestações sociais	990.444,65
Benefícios sociais	216.464,51
Trabalho extraordinário	22.386,25
Ajudas de custo	27.059,23
Representação	53.567,92
Formação	45.499,57
Medicina no trabalho	40.813,34
Total	**10.369 057,58**

O absentismo apresenta-se classificado em dois grupos:

- Doença e acidente de trabalho (tempo perdido por doença e acidente de trabalho);
- Outras causas (tempo perdido por maternidade, paternidade, casamento, nojo, estudos, assistência familiar, falta, …).

Dentro do absentismo global, no total de 3.250 dias, as ausências por doença atingiram os 56,1%.

Na distribuição percentual das ausências por outras causas que não a doença, destaca-se a ausência por proteção na parentalidade, com 19%.



O tempo trabalhado extraordinariamente, durante o ano de 2013, foi de aproximadamente 2.092 horas, no total de dias úteis.

Resumo do Trabalho Extraordinário, em Nº de Horas

Prestação do trabalho	Nº de horas
Diurno e noturno	2.092:00
Dias de descanso complementar	
Dias de descanso semanal obrigatório	
Total	**2.092:00**

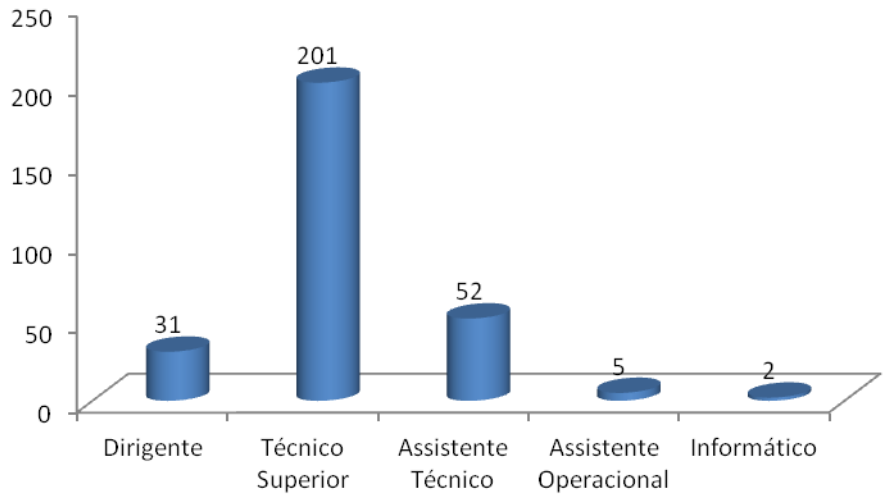
Aprendizagem

Durante o ano de 2013, verificou-se a participação de **291** trabalhadores (participantes) do IAPMEI em ações de formação, o que corresponde a 88,72% do efetivo considerado, tendo sido ministradas 7.265 horas de formação a 1.114 formandos.

Resumo do número de participações e do número de horas despendidas em ações de formação por Cargo/Carreira Profissional

Participantes Horas	Dirigentes	Técnica(o) Superior	Assistente Técnica(o)	Assistente Operacional	Pessoal Informático
Nº de participações	31	201	52	5	2
Nº de Horas	925:30:00	5.501:00:00	722:00:00	23:00:00	93:30:00

Distribuição percentual do número de participantes em ações de formação por cargo/carreira profissional



As técnicas e os técnicos superiores foram os trabalhadores que mais beneficiaram de ações de formação com (69%), tendo sido ministradas 7.265 horas de formação durante o ano de 2013, com 291 participações, em ações de formação.

Medicina do Trabalho

Em termos de Medicina do Trabalho em 2013, foram realizados 265 exames médicos, de carácter periódico.

Exame	Nº	Custo (Euro)
Periódicos	265	40 813,34

IV. Avaliação Final

i. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

A expressão qualitativa da Avaliação Final do Serviço do desempenho do IAPMEI, foi de um desempenho Bom tendo em conta que o IAPMEI, atingiu todos os objetivos.

O quadro seguinte sintetiza o grau de realização dos objetivos e a avaliação dos resultados, a qual evidência a superação da maioria dos objetivos.

Nº de Objetivos	Grau de Realização	Parâmetros
1	159%	EFICÁCIA
2	198%	
3	157%	
4	169%	
5	132%	
6	116%	EFICIÊNCIA
7	103%	
8	112%	QUALIDADE
9	116%	

Avaliação Final do Serviço

Parâmetros	Ponderação dos parâmetros	Grau de Realização	Avaliação Final do Serviço
Eficácia	55%	90%	140%
Eficiência	25%	27%	
Qualidade	20%	23%	

Tendo em consideração as atividades desenvolvidas (previstas e não previstas), analisadas no respetivo Capítulo, conclui-se que a execução global do plano de atividades foi elevada, tendo em conta os resultados obtidos, medidos através dos respetivos indicadores.

ii. Menção proposta pelo dirigente máximo

"De acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, como resultado da autoavaliação, o IAPMEI atingiu todos os objetivos, superando alguns deles, cuja expressão qualitativa da avaliação final do desempenho, que proponho ao abrigo do n.º3 do mesmo artigo, corresponde à menção Desempenho Bom".

O Presidente

Miguel Cruz

iii. Conclusões prospetivas

A prossecução da missão do IAPMEI, consubstanciada no cumprimento dos objetivos estratégicos e dos compromissos assumidos com Empresas, Empreendedores e Empresários, traduz – se na vontade de satisfazer, naquilo que cabe ao Estado, as suas necessidades, no pressuposto de que serão as empresas a protagonizar o crescimento económico nacional.

No atual quadro circunstancial da economia, o IAPMEI intensificará a sua atividade, no sentido de minimizar os efeitos negativos da atual situação do País, de fragilidade económica e de crise financeira.

Para potenciar sinergias e alavancar o impacto da intervenção, da Agência atuará também por via do desenvolvimento de parcerias estratégicas com os agentes relevantes da envolvente empresarial.

Assim, os grandes objetivos que orientarão a atividade nos próximos anos, são:

O1. − Desenvolver o empreendedorismo qualificado e facilitar o arranque de empresas inovadoras, atuando, essencialmente, nos fatores associados a:

- Interação com as infraestruturas físicas e tecnológicas,
- Transferência de conhecimento e tecnologia gerados no Sistema Científico e Tecnológico,
- Acesso a financiamento nas primeiras fases do ciclo de vida,
- Investimento na criação e arranque de empresas inovadoras,

O2. − Reforçar as capacidades e competências para a inovação e competitividade, através duma intervenção nos seguintes fatores:

- Qualificação dos recursos humanos e interação com os centros de saber,
- Interação com o Sistema Científico e Tecnológico, em especial, com as entidades participadas tecnológicas do IAPMEI,
- Transferência de conhecimento e tecnologia entre a universidade e a empresa,
- Investimento na capacitação para a inovação e produtividade

O3. − Promover estratégias empresariais de crescimento inovador e internacional, focando a atuação nos seguintes fatores:

- Informação relevante para a atividade empresarial,
- Dinâmica de inovação e de aumento da produtividade,
- Sustentabilidade das estratégias e acesso a financiamento,
- Investimento em inovação e internacionalização.

V. Anexo

i. QUAR de 2013

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2013

Versão: 2013

Ministério da Economia

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, IP

MISSÃO: **Promover a inovação e executar políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e da produtividade das empresas, em especial das de pequena e média dimensão, que exerçam a sua atividade nas áreas sob tutela do MEE, com exceção do sector do turismo.**

VISÃO: **Ser o parceiro estratégico para a inovação e crescimento das empresas, empresários e empreendedores**

Objetivos Estratégicos

OE1:	Desenvolvimento do empreendedorismo qualificado e facilitação do arranque de empresas inovadoras
OE2:	Desenvolvimento de capacidades empresariais para a inovação, competitividade e internacionalização
OE3:	Promoção de estratégias de crescimento, sustentabilidade e revitalização

Objetivos Operacionais

Eficácia — Ponderação 55,00%

O1. Promover a criação e o arranque de empresas inovadoras — Peso 20%

INDICADORES	2011	2012	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO DA META 2013	CLASSIFICAÇÃO
Ind 1. - I21. N.º de empreendedores participantes em Workshops de desenvolvimento de competências para a formulação de estratégias, desenho de modelos de negócio e elaboração de planos de Acão.	NA	NA	100	10	115	20%	124	140%	Superou
Ind 2. - I24. Nº de redes de parceria (locais/regionais) operacionalizadas, no âmbito da Iniciativa Portugal Empreendedor.	NA	NA	16	2	19	30%	14	100%	Atingiu
Ind 3. - I23. Nº de processos de criação de empresas e em fase early stage, financiados no âmbito de soluções específicas de crédito e de capital, no âmbito do FINICIA/+E +I.	150	160	150	10	170	50%	231	201%	Superou

O2. Desenvolver competências empresariais para a inovação, competitividade e internacionalização — Peso 20%

INDICADORES	2011	2012	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 4. - I32. Nº de empresas a frequentar as ações de formação-Acão, para o desenvolvimento de competências de gestão e de planos de melhoria da atividade empresarial em PME	NA	NA	190	19	219	35%	279	177%	Superou
Ind 5. - I35. Nº de Diagnóstico de Competências em Pequenas e Médias Empresas.	NA	NA	250	25	288	35%	321	147%	Superou
Ind 6. I36. Nº de Planos de Melhoria Competências em PME	NA	NA	50	5	58	30%	108	281%	Superou

O3. Dinamizar a transferência de conhecimento e tecnologia do SCTN para as empresas — Peso 20%

INDICADORES	2011	2012	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 7. - I51. N.º de ações desenvolvidas de intermediação entre as universidades e as empresas para transferência de conhecimento e tecnologia	NA	NA	40	4	46	20%	90	308%	Superou
Ind 8. - I52. Nº de PME acompanhadas na realização de projetos de transferência de conhecimento e tecnologia, no âmbito dos Vales I&DT e Inovação.	425	500	750	50	938	45%	872	116%	Superou
Ind 9. - I53. Proporção das respostas dadas, no prazo definido, em todas as fases de candidatura dos projectos.de transferência de tecnologia, no âmbito dos Vales I&DT e Inovação.	90%	90%	90%	15%	112,50%	35%	110,00%	122%	Superou

O4. Aumentar a eficácia dos sistemas de incentivo ao investimento empresarial qualificado — Peso 20%

INDICADORES	2011	2012	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 10. - I81. N.º de visitas realizadas de assistência técnica à execução de projetos de investimento com incentivo financeiro contratado	NA	NA	250	25	288	20%	335	156%	Superou
Ind 11. - I82. Proporção do pagamento previsto de incentivo ao investimento, no âmbito dos programas QREN e MODCOM	100%	100%	100%	5%	110%	50%	126,20%	166%	Superou
Ind 12. - I83. Valor de créditos em contencioso, recuperados ou arquivados no ano	18	14	14	1	15,5	30%	18,94	182,333%	Superou

O5. Promover a recuperação de empresas pela via extrajudicial, no âmbito do REVITALIZAR / SIREVE — Peso 20%

INDICADORES	2011	2012	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 13. - I111. N.º de empresas visitadas para despiste e enquadramento da situação de dificuldade	NA	NA	150	15	173	40%	189	142%	Superou
Ind 14. - I112. Grau de execução de acordos celebrados, relativamente aos processos aceites.	NA	NA	30%	5%	40%	40%	42,42%	131%	Superou
Ind 15. - I113. Proporção dos processos concluídos dentro do prazo legal estabelecido	NA	NA	80%	5%	90%	20%	86,00%	115%	Superou

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2013

Eficiência								Ponderação	25,00%
O6. Aumentar a eficiência no processamento e controlo do incentivo ao investimento, no âmbito dos programas QREN e MODCOM								Peso	50%
INDICADORES	2011	2012	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 16. - I91. Proporção de candidaturas aos sistemas de incentivo e benefícios fiscais analisadas no ano dentro do prazo	90%	90%	90%	5%	97,5%	35%	98,02%	127%	Superou
Ind 17. - I92. Proporção de decisões dentro do prazo, relativamente aos pedidos de pagamento entrados no ano	82%	85%	85%	5%	95%	35%	92,09%	118%	Superou
Ind 18. - I93. Proporção de relatórios de auditoria emitidos no ano dentro do prazo	95%	95%	95%	2,5%	98,5%	30%	93,44%	100%	Atingiu
O7. Aumentar a fiabilidade da fiscalização e controlo dos incentivos ao investimento, no âmbito dos programas QREN e MODCOM								Peso	50%
INDICADORES	2011	2012	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 19. - I101. Proporção de encerramentos executados corretamente com confirmação/aprovação pelo CD	95%	95%	95%	2,5%	100%	40%	100,00%	125%	Superou
Ind 20. - I102. Proporção de ações de controlo levadas a cabo pelo IFDR e/ou Autoridades de Gestão, acompanhadas dentro do prazo	NA	NA	95%	2,5%	98,5%	30%	95,55%	100%	Atingiu
Ind 21. - I103. Proporção de despesa controlada nos relatórios de auditoria MODCOM dos projetos geridos pelo IAPMEI	5%	8%	8%	1%	10%	30%	5,43%	78%	Não atingiu

Qualidade								Ponderação	20,00%
O8. Dinamizar o serviço de informação e aconselhamento								Peso	70%
INDICADORES	2011	2012	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 22. - I41. Nº de alertas informativos específicos emitidos e de intervenções de esclarecimento sobre os mecanismos de apoio ao empreendedorismo realizadas	NA	NA	50	5	58	20%	51	100%	Atingiu
Ind 23 - Grau de execução do Working Programme 3, a vigorar em 2013 - 2014, da Enterprise Europe Network PT	NA	NA	80%	5%	97%	30%	107,00%	140%	Superou
Ind 24. - I43. Nº de empresas apoiadas no âmbito do serviço de tutoria personalizada na gestão da formação dos colaboradores, identificando as necessidades, elaborando um plano de formação e executando ações formativas	NA	NA	25	2	29	50%	23	100%	Atingiu
O9. Qualificar as capacidades e competências								Peso	30%
INDICADORES	2011	2012	META 2013	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 25. - I191. Proporção de trabalhadores abrangidos por ações de formação dinamizadas pelo IAPMEI	65%	65%	68%	5%	100%	100%	89,00%	116%	Superou

Objetivos Relevantes: O8; O6; O7; O3; O4

JUSTIFICAÇÃO DO VALOR CRÍTICO
IND 1 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência para os objetivos deste novo indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.
IND 2 - Considera-se este resultado porque envolve o esforço por parte das entidades parceiras, designadamente, as redes de parceria locais e regionais, no âmbito da iniciativa Portugal Empreendedor
IND 3 - Considera-se que o VC proposto corresponde a um ótimo desempenho, uma vez que foram criadas e estão em criação soluções de financiamento que concorrem com as soluções FINICIA/+E+I.
IND 4 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.
IND 5 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência para os objetivos do indicador, um acréscimo de 10% sobre o valor da meta programada.
IND 6 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.
IND 7 -Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.
IND 8 - Corresponde a um aumento de 25% face à meta, não havendo ainda histórico suficiente para permitir validar este nº como um bom benchmarking. Considera-se que o mesmo é excelente atendendo ao volume de novos projetos a entrar e aos recursos existentes.
IND 9 - Corresponde a um nível de desempenho excelente, ou seja, à análise de todas as candidaturas no prazo estipulado e tendo em atenção o referencial de capacidade indicado.
IND 10 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.
IND 11 - Considera-se como desempenho de referência a ultrapassagem da meta acima de 5% face à meta de execução definida
IND 12 - O valor crítico de 15,5 M€ corresponde a um desempenho excelente, tendo em atenção a tendência conjuntural de decréscimo de pagamentos e de dificuldade de recuperação de créditos.
IND 13 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.
IND 14 - O VC de 40% corresponde a um bom resultado, uma vez que no contexto económico atual, há maior número de processos, com mais casos complexos e de maior dificuldade de concretização.
IND 15 - O VC de 90% corresponde a uma capacidade de resposta excelente, tendo em conta o crescimento acelerado e com picos de procura que se está a verificar.
IND 16 - Tendo em conta a capacidade instalada, considerou-se como VC a análise de 97,5% das candidaturas dentro do prazo de referência
IND 17 - Tendo em conta a capacidade instalada, considerou-se como VC a análise de 95% dos pedidos de pagamento dentro do prazo de referência
IND 18 - Tendo em consideração que o indicador em questão pretende avaliar o cumprimento de prazos de resposta, o valor crítico considerado corresponde ao referencial de excelência para o qual se pretende convergir. Para a definição do valor crítico apresentado tivemos em consideração o comportamento histórico do indicador.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2013

IND 19 - Tendo em consideração que o indicador em questão pretende avaliar a qualidade da informação prestada ao CD e consequentemente aos destinatários finais das ações de fiscalização, o valor crítico considerado corresponde ao referencial de excelência para o qual se pretende convergir, ou seja, assegurar que a totalidade dos encerramentos remetidos ao CD obtêm a sua aprovação.
IND 20 - Tendo em consideração que o indicador em questão pretende avaliar o cumprimento de prazos de resposta, o valor crítico considerado corresponde ao referencial de excelência para o qual se pretende convergir. Para a definição do valor crítico apresentado tivemos em consideração a capacidade instalada.
IND 21 - Para a definição do valor crítico apresentado tivemos em consideração o comportamento histórico do indicador.
IND 22 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.
IND 23 - Considera-se que o VC corresponde a um desempenho excelente, uma vez que é uma execução próxima dos 100% de lançamento do Working Programme 3 da EEN PT de um novo ciclo desta atividade.
IND 24 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.
IND 25 - Tendo em conta que o valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pretende alcançar, considera-se a taxa de 100%, a que corresponde que todos os trabalhadores são abrangidos por ações de formação.

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	EFECTIVOS PLANEADOS	PONTOS PLANEADOS	PONTOS EXECUTADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	3	60	62	2
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa	16	32	512	474	-38
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	232	2784	2656	-128
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	0	0	0	0
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	71	568	530	-38
Assistente operacional	5	10	50	46	-4
Total		**348**	**3974**	**3769**	**-205**

Justificação dos desvios nos recursos humanos executados: Os desvios negativos justificam-se pelo absentismo, designadamente baixas médicas e licenças, e pelas saídas da Agência, por motivo de reforma, rescisão do contrato de trabalho e fim de situações de mobilidade, ocorridas ao longo do ano.

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO		PLANEADOS	AJUSTADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento		**41.494.424**	**128.880.964**	**63.524.210**	**65.356.754**
Despesas c/ Pessoal	**2)**	12.824.770	13.170.504	12.656.533	513.971
Aquisições de Bens e Serviços	**2)**	6.434.708	7.293.679	3.684.633	3.609.046
Transferências correntes	**2)**	602.250	16.325.514	13.916.180	2.409.334
Outras despesas correntes	**2)**	3.361.261	2.610.202	2.474.575	135.627
Medidas de Apoio a empresas	**2)**	18.271.435	67.545.794	13.615.740	53.930.054
Medidas de Apoio à envolvente	**2)**	0	21.935.271	17.176.549	4.758.722
PIDDAC		**628.458.084**	**771.618.778**	**606.755.921**	**164.862.857**
Investimentos		3.100.000	2.643.093	785.617	1.857.476
Medidas de Apoio a empresas	**3)**	620.052.816	751.709.303	601.584.138	150.125.165
Estruturas de Apoio Técnico		5.305.268	17.266.382	4.386.166	12.880.216
TOTAL (FUNCIONAMENTO+PIDDAC)	**1)**	**669.952.508**	**900.499.742**	**670.280.132**	**230.219.611**

Justificação dos desvios aos recursos financeiros : 1) O valor associado às Estruturas de Apoio Técnico não incluía por lapso no reporte de agosto, o montante de € 21.501 já incluído no Orçamento para compensar o efeito da incorporação do subsídio de Natal. **2)** No orçamento de Funcionamento, verifica-se o incremento na despesa corrente pelo efeito da aplicação do saldo da gerência anterior, sendo o montante mais expressivo incluído nas transferências correntes (€ 11.000.000) cujo beneficiário final foi a AICEP. Nas Medidas de Apoio às Empresas, está igualmente refletido o efeito da aplicação em despesa do saldo transitado destinado ao pagamento de incentivos às empresas (fundo perdido a título do MODCOM e FDE e subsídio reembolsável associado às subscrições do Unidades de Participação). Nas Medidas de Apoio à Envolvente, todo o montante inscrito está inerente ao projeto KC 390 (€ 14.151.056 proveniente da aplicação do saldo transitado e o restante proveniente do OE do ano, que sofreu uma redução face ao inicialmente previsto na RCM n.º 63/2012 de 5 de julho). **3)** Incremento bastante expressivo nas Medidas de Apoio às Empresas inerente ao recebimento de FEDER no âmbito do QREN superior ao estimado, associado ao aproximar do encerrar do Quadro Comunitário.

Salienta-se ainda o decréscimo no valor dos cativos por força do orçamento retificativo de julho (Lei 51/2013 de 24 de julho), em que os montantes afetos à clausula de reserva deixaram de representar verba cativa no orçamento privativo. Esta situação encontra-se diluída na coluna dos ajustamentos.

Parâmetros			AVALIAÇÃO FINAL
Eficácia	Eficiência	Qualidade	
90%	27%	23%	140%

Indicadores	Fonte de Verificação
IND 1 - I21. N.º de empreendedores participantes em Workshops de desenvolvimento de competências para a formulação de estratégias, desenho de modelos de negócio e elaboração de planos de Acão.	Lista de presenças dos empreendedores participantes nos workshops
IND 2 - I24. Nº de redes de parceria (locais/regionais) operacionalizadas, no âmbito da Iniciativa Portugal Empreendedor.	Documentação +e+i
IND 3 - I23. Nº de processos de criação de empresas e em fase early stage, financiados no âmbito de soluções específicas de crédito e de capital, no âmbito do FINICIA/+E +I.	SPGM PME Investimentos
IND 4 - I32. Nº de empresas a frequentar as ações de formação-Acão, para o desenvolvimento de competências de gestão e de planos de melhoria da atividade empresarial em PME	Lista de empresas participantes nas formação-Acão
IND 5 - I35. Nº de Diagnóstico de Competências em Pequenas e Médias Empresas.	Diagnóstico de Competências em PME
IND 6 -I36. Nº de Planos de Melhoria Competências em PME	Planos de melhoria competência elaborados
IND 7 - I51. N.º de ações desenvolvidas de intermediação entre as universidades e as empresas para transferência de conhecimento e tecnologia	Ações de intermediação realizadas
IND 8 - I52. Nº de PME acompanhadas na realização de projetos de transferência de conhecimento e tecnologia, no âmbito dos Vales I&DT e Inovação.	Relatórios e informações de progresso; Sistemas de informação SIGI e SGO
IND 9 - I53. Proporção das respostas dadas, no prazo definido, em todas as fases de candidatura dos projectos.de transferência de tecnologia, no âmbito dos Vales I&DT e Inovação.	Relatórios e informações de progresso; Sistemas de informação SIGI e SGO
IND 10 - I81. N.º de visitas realizadas de assistência técnica à execução de projetos de investimento com incentivo financeiro contratado	Relatórios das visitas de assistência técnica

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2013

IND 11 - I82. Proporção do pagamento previsto de incentivo ao investimento, no âmbito dos programas QREN e MODCOM	SIGI - Sistema de Informação e Gestão de Incentivos do IAPMEI
IND 12 - I83. Valor de créditos em contencioso, recuperados ou arquivados no ano	Decisões judiciais, deliberações do C.D. acordos de reembolso, garantias bancárias e registo no sistema de gestão de créditos
IND 13 - I111. N.º de empresas visitadas para despiste e enquadramento da situação de dificuldade	Relatórios das visitas realizadas
IND 14 - I112. Grau de execução de acordos celebrados, relativamente aos processos aceites.	Base de dados PEC e base de dados SIREVE
IND 15 - I113. Proporção dos processos concluídos dentro do prazo legal estabelecido	Base de dados PEC e base de dados SIREVE
IND 16 - I91. Proporção de candidaturas aos sistemas de incentivo e benefícios fiscais analisadas no ano dentro do prazo	SIGI - Sistema de Informação e Gestão de Incentivos do IAPMEI
IND 17 - I92. Proporção de decisões dentro do prazo, relativamente aos pedidos de pagamento entrados no ano	SIGI - Sistema de Informação e Gestão de Incentivos do IAPMEI
IND 18 - I93. Proporção de relatórios de auditoria emitidos no ano dentro do prazo	Aplicação Informática do DpFC/Base dados Excel. Quadro de Indicadores do DpFC - "Lista de Projetos". Tempos - padrão aplicáveis.
IND 19 - I101. Proporção de encerramentos executados corretamente com confirmação/aprovação pelo CD	Aplicação Informática do DpFC/Base dados Excel. Quadro de Indicadores do DpFC - "Lista de Projetos"
IND 20 - I102. Proporção de ações de controlo levadas a cabo pelo IFDR e/ou Autoridades de Gestão, acompanhadas dentro do prazo	Aplicação Informática do DpFC/Base dados Excel. Quadro de Indicadores do DpFC - "Lista de Projetos". Tempos - padrão aplicáveis
IND 21 - I103. Proporção de despesa controlada nos relatórios de auditoria MODCOM dos projetos geridos pelo IAPMEI	Sistema de Informação de Gestão de Incentivos (SIGI). Aplicação Informática do DpFC/Base dados Excel. Quadro de Indicadores do DpFC - "Lista de Projetos"
IND 22 - I41. Nº de alertas informativos específicos emitidos e de intervenções de esclarecimento sobre os mecanismos de apoio ao empreendedorismo realizadas	Alertas informativos emitidos
IND 23 - Grau de execução do Programa 2013 - 2014 da Enterprise Europe Network PT, na componente IAPMEI	Relatórios de progresso internos e de reporte à C. Europeia; Indicadores PES do Programa; Registos na ferramenta KMS - Knowledge management System
IND 24 - I43. Nº de empresas apoiadas no âmbito do serviço de tutoria personalizada na gestão da formação dos colaboradores, identificando as necessidades, elaborando um plano de formação e executando ações formativas	Relatórios de tutoria elaborados
IND 25 - I191. Proporção de trabalhadores abrangidos por ações de formação dinamizadas pelo IAPMEI	Lista de presenças de cada Acão de formação; Certificados de Formação Profissional

JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS
IND 1 - A superação da meta fixada, deveu-se fundamentalmente ao interesse que este tipo de iniciativa gerou junto das PME, o que levou a uma maior participação das mesmas nos Workshops realizados.
IND 3 - O grande dinamismo dos Fundos Business Angels na avaliação e decisão sobre processos de criação das empresas e em fase early stage (mais de 100 operações) explicam o grau de superação do objetivo
IND 4 - A meta estimada teve por base o orçamento disponível pelo POPH, contudo este foi reforçado o que permitiu aumentar o número de empresas participantes neste tipo de Acão.
IND 5 - A superação da meta fixada, deveu-se por um lado ao interesse a que este tipo de produto gerou junto das PME e por outro pelo fato de existir uma plataforma aberta o que facilitou o acesso das PME ao mesmo.
IND 6 - O facto da realização do diagnóstico evoluir de forma personalizada para uma via eletrónica, permitiu uma maior eficiência à equipa responsável na elaboração dos planos de melhoria.
IND 7 - A alteração da metodologia utilizada na dinamização desta Acão, isto é, passando de uma abordagem personalizada para uma abordagem em grupo- "Dia aberto ao conhecimento", permitiu um maior número de intermediações com as entidades envolvidas nesta iniciativa.
IND 10 - A superação da meta fixada, deveu-se ao facto dos serviços desconcentrados (CDE - Centro Desenvolvimento Empresarial), terem realizado visitas não previstas atendendo a necessidades de PME.
IND 11 - A superação do indicador deveu-se ao facto de os pedidos de pagamento de incentivo terem sido superiores às espectativas, o que induziu um aumento da eficácia no cumprimento dos prazos definidos.
IND 12 - O indicador foi superado, por terem sido recuperados alguns créditos, de montante avultado, cuja recuperação não era previsível com segurança.
IND 13 - A superação da meta fixada, deveu-se ao fato dos serviços desconcentrados (CDE) , terem realizado mais visitas do que inicialmente previstas, de forma a poderem satisfazer em tempo oportuno as necessidades das PME.
IND 14 - O desempenho da equipa do SIREVE, conjugado com a motivação e esforço das empresas para melhoria dos planos de viabilização, justificaram o grau de execução de acordos celebrados
IND 16 - A superação do indicador deveu-se ao facto de a procura dos sistemas de incentivo ter sido superior às espectativas e, também à eficiência conseguida no cumprimento dos prazos definidos em cada um dos concursos.
IND 21 - O desvio verificado neste indicador está relacionado com a data de abertura de novas fases de candidaturas, nomeadamente, do Comércio Investe. Só se verificou a sua abertura no final do ano, pelo que as candidaturas só terão execução em 2014. Deste modo ficou condicionada a realização de auditorias e consequentemente de despesa "controlada".
IND 23 - Este valor decorre do elevado interesse das empresas em ações e serviços da Enterprise Europe Network. Verificou-se, por outro lado, alteração de prioridades na execução do Programa, com particular incidência no último trimestre com a organização da Mission for Growth, o que tendo implicado a redução de algumas tarefas anteriormente planeadas, foi mais do que compensado com o aumento significativo de outras, bem como pela realização de catividades não planeadas.

Balanço Social (Quadros e informação)

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2013

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 70080000

Ministério: da Economia

Serviço / Entidade: IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, IP

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO

(Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2013	331
Em 31 de Dezembro de 2013	328

Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2013 indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2013 na folha "Criterio"

Contato(s) do(s) responsável(eis) pelo preenchimento

Nome Maria do Céu Francisco

Tel: 213836167

E-mail: ceu.francisco@iapmei.pt

Data

Notas Explicativas:

Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2013 deverá ser indicado o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2013.

Por exemplo: *caso de uma entidade que resulta da fusão de 2 entidades, em que a nova entidade iniciou o seu funcionamento a 1 de junho 2013:*
Deverá registar os dados da entidade nova referente ao período de 1 junho a 31 dezembro, especificando em baixo na descrição da entidade a data de início da nova entidade e o número de trabalhadores em exercício de funções nessa data, em substituição do n.º de trabalhadores a 1 de janeiro 2013 na folha de identificação.

Caso este critério não seja aplicável para algum dos quadros, deverá também ser descrita neste campo de descrição o critério adotado.

Critério adotado (descrição da entidade):

BALANÇO SOCIAL 2013

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro
Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro
Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro
Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro
Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro
Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro
Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação
Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género
Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género
Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento
Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género
Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro
Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro
Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género
Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género
Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género
Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género
Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal
Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios
Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais
Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género
Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho
Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano
Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano
Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo
Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano
Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho
Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração
Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção
Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção
Quadro 30: Despesas anuais com formação

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Quadro 31: Relações profissionais
Quadro 32: Disciplina

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreiral / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LVCR		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2	5	2	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	10	12	10	22
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	65	91	0	0	13	45	0	0	0	4	0	0	0	0	78	140	218
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	6	53	0	0	1	6	0	0	0	1	0	0	0	0	7	60	67
Assistente operacional, operário, auxiliar	0	0	0	0	0	0	0	0	7	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		7	2	9
Aprendizes e praticantes																							0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Magistrado																							0	0	0
Diplomata																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																							0	0	0
Pessoal de Inspecção																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Docente Ensino Universitário																							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0
Médico																							0	0	0
Enfermeiro																							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0
Chefia Tributária																							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0
Conservador e Notário																							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0
Oficial de Justiça																							0	0	0

Forças Armadas - Oficial b)																							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																							0	0	0
Polícia Judiciária																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																							0	0	0
Guarda Prisional																							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																							0	0	0
Bombeiro																							0	0	0
Polícia Municipal																							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	79	147	0	0	14	51	3	0	0	5	0	0	17	12	113	215	328

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																									0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	2	0	0	0	0	0	5	2	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	4	3	3	3	1	0	2	2	0	0	0	0	12	10	22
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																									0	0	0
Técnico Superior	0	0	0	0	2	5	2	6	5	18	8	27	14	37	9	27	17	15	19	5	2	0	0	0	78	140	218
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	0	0	0	0	0	2	0	0	2	3	1	8	1	15	1	10	0	11	2	10	0	1	0	0	7	60	67
Assistente operacional, operário, auxiliar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5	1	0	0	1	1	0	0	0	0	7	2	9
Aprendizes e praticantes																									0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Magistrado																									0	0	0
Diplomata																									0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																									0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																									0	0	0
Pessoal de Inspecção																									0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																									0	0	0
Docente Ensino Universitário																									0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																									0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																									0	0	0
Médico																									0	0	0
Enfermeiro																									0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																									0	0	0
Técnico Superior de Saúde																									0	0	0
Chefia Tributária																									0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																									0	0	0
Pessoal Aduaneiro																									0	0	0
Conservador e Notário																									0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																									0	0	0
Oficial de Justiça																									0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																									0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																									0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																									0	0	0
Polícia Judiciária																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																									0	0	0

Serviço Estrangeiros Fronteiras																									0	0	0
Guarda Prisional																									0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																									0	0	0
Bombeiro																									0	0	0
Polícia Municipal																									0	0	0
Total	0	0	0	0	2	7	2	6	8	21	13	37	22	56	18	42	20	27	26	18	2	1	0	0	113	215	328

Prestações de Serviços	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																									0	0	0
Avença																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0	0	1	0	0	0	1	0	3	1	0	0	0	0	0	1	0	0	5	2	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0	0	1	0	1	0	3	2	6	7	0	1	1	0	0	0	0	0	12	10	22
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																			0	0	0
Técnico Superior	8	12	5	28	7	17	11	33	22	33	9	11	7	5	9	0	0	1	78	140	218
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	0	1	1	6	1	2	3	11	2	25	0	8	0	3	0	4	0	0	7	60	67
Assistente operacional, operário, auxiliar	1	0	0	0	0	0	1	0	2	2	1	0	2	0	0	0	0	0	7	2	9
Aprendizes e praticantes																			0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0		1	1	2
Magistrado																			0	0	0
Diplomata																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																			0	0	0
Pessoal de Inspecção																			0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0
Docente Ensino Universitário																			0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																			0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0
Médico																			0	0	0
Enfermeiro																			0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0
Técnico Superior de Saúde																			0	0	0
Chefia Tributária																			0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0
Conservador e Notário																			0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0
Oficial de Justiça																			0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																			0	0	0

Forças Armadas - Sargento b)																			0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																			0	0	0
Polícia Judiciária																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																			0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Polícia Municipal																			0	0	0
Total	9	13	10	34	9	19	21	47	35	68	10	20	10	8	9	5	0	1	113	215	328

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																					0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2	0	0	0	0	5	2	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	10	10	1	0	0	0	12	10	22
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																					0	0	0
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	7	7	2	7	60	120	4	6	0	0	78	140	218
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	0	0	0	0	0	2	3	17	0	0	4	32	0	3	0	6	0	0	0	0	7	60	67
Assistente operacional, operário, auxiliar	0	0	2	1	3	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	2	9
Aprendizes e praticantes																					0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	2
Magistrado																					0	0	0
Diplomata																					0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																					0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																					0	0	0
Pessoal de Inspecção																					0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																					0	0	0
Docente Ensino Universitário																					0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																					0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																					0	0	0
Médico																					0	0	0
Enfermeiro																					0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																					0	0	0
Técnico Superior de Saúde																					0	0	0
Chefia Tributária																					0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																					0	0	0
Pessoal Aduaneiro																					0	0	0
Conservador e Notário																					0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																					0	0	0
Oficial de Justiça																					0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																					0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																					0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																					0	0	0
Polícia Judiciária																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																					0	0	0

Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																					0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																					0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																					0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																					0	0	0
Guarda Prisional																					0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																					0	0	0
Bombeiro																					0	0	0
Polícia Municipal																					0	0	0
Total	0	0	2	1	3	3	10	17	0	0	11	39	4	10	78	139	5	6	0	0	113	215	328

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																					0	0	0
Avença																					0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros paises		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional							0	0	0
Pessoal de Inspecção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros paises		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de
b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de I
(Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	menor que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																									0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																									0	0	0
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	5
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aprendizes e praticantes																									0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Magistrado																									0	0	0
Diplomata																									0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																									0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																									0	0	0
Pessoal de Inspecção																									0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																									0	0	0
Docente Ensino Universitário																									0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																									0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																									0	0	0
Médico																									0	0	0
Enfermeiro																									0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																									0	0	0
Técnico Superior de Saúde																									0	0	0
Chefia Tributária																									0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																									0	0	0
Pessoal Aduaneiro																									0	0	0
Conservador e Notário																									0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																									0	0	0
Oficial de Justiça																									0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																									0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																									0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																									0	0	0
Polícia Judiciária																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																									0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																									0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																									0	0	0

Guarda Nacional Republicana - Guarda																									0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																									0	0	0
Guarda Prisional																									0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																									0	0	0
Bombeiro																									0	0	0
Polícia Municipal																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	0	0	1	0	0	0	0	0	3	3	6

Prestações de Serviços	menos de 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																									0	0	0
Avença																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade interna		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior	0	0	0	0	2	0	1	0	2	1	0	0	0	1	5	2	7
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional															0	0	0
Pessoal de Inspecção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)															0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)															0	0	0
Forças Armadas - Praça b)															0	0	0
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0

Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	0	0	0	0	2	0	1	0	2	3	0	0	0	1	5	4	9

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de orgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Mobilidade interna		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0
Técnico Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aprendizes e praticantes																							0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Magistrado																							0	0	0
Diplomata																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																							0	0	0
Pessoal de Inspecção																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Docente Ensino Universitário																							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0
Médico																							0	0	0
Enfermeiro																							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0
Chefia Tributária																							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0
Conservador e Notário																							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0
Oficial de Justiça																							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																							0	0	0
Polícia Judiciária																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																							0	0	0

Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
Total	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 10º da LVCR e em Comissão de Serviço;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução (por iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento por extinção do posto de trabalho		Mobilidade interna		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																													0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																													0	0	0
Técnico Superior	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	6	3	9
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	2
Assistente operacional, operário, auxiliar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1
Aprendizes e praticantes																													0	0	0
Informático	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Magistrado																													0	0	0
Diplomata																													0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																													0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																													0	0	0
Pessoal de Inspecção																													0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																													0	0	0
Docente Ensino Universitário																													0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																													0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																													0	0	0
Médico																													0	0	0
Enfermeiro																													0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																													0	0	0
Técnico Superior de Saúde																													0	0	0
Chefia Tributária																													0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																													0	0	0
Pessoal Aduaneiro																													0	0	0
Conservador e Notário																													0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																													0	0	0
Oficial de Justiça																													0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																													0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																													0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																													0	0	0
Polícia Judiciária																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																													0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																													0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																													0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																													0	0	0
Guarda Prisional																													0	0	0

Outro Pessoal de Segurança c)																												0	0	0
Bombeiro																												0	0	0
Policia Municipal																												0	0	0
Total	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1	7	5	12

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior						0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						0
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional						0
Pessoal de Inspecção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	0	0	0	0	0	0

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0	0	0
Técnico Superior											0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo											0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar											0	0	0
Aprendizes e praticantes											0	0	0
Informático											0	0	0
Magistrado											0	0	0
Diplomata											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional											0	0	0
Pessoal de Inspecção											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica											0	0	0
Docente Ensino Universitário											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico											0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0	0	0
Médico											0	0	0
Enfermeiro											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0	0	0
Técnico Superior de Saúde											0	0	0
Chefia Tributária											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária											0	0	0
Pessoal Aduaneiro											0	0	0
Conservador e Notário											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado											0	0	0
Oficial de Justiça											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)											0	0	0
Polícia Judiciária											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0	0	0
Guarda Prisional											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0
Bombeiro											0	0	0
Polícia Municipal											0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 46º, 47º e 48º da Lei 12-A/2008;

(3) - Artigo 64º da Lei 12-A/2008;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Rigido		Flexível		Desfasado		Jornada continua		Trabalho por turnos		Específico		Isenção de horário		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0	0	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0	0	11	10	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	12	10	22
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior	0	0	75	128	0	0	0	10	0	0	1	0	2	2	78	140	218
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	0	0	6	53	0	0	1	4	0	0	0	0	0	3	7	60	67
Assistente operacional, operário, auxiliar	0	0	7	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	2	9
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional															0	0	0
Pessoal de Inspecção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)															0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)															0	0	0
Forças Armadas - Praça b)															0	0	0
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0

Policia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Policia Municipal															0	0	0
Total	0	0	108	196	0	0	1	14	0	0	1	0	3	5	113	215	328

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo								PNT inferior ao praticado a tempo completo										TOTAL		Total
									Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		M	F	
							células abertas para indicar nº horas/semana		*células abertas para indicar nº horas/semana*												
	35 horas		40 horas		42 horas				20 horas												
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																			0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0	0	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	2	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0	0	12	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	10	22
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																			0	0	0
Técnico Superior	0	10	77	130	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	78	140	218
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1	4	6	56	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	60	67
Assistente operacional, operário, auxiliar	0	0	7	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	2	9
Aprendizes e praticantes																			0	0	0
Informático	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Magistrado																			0	0	0
Diplomata																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																			0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																			0	0	0
Pessoal de Inspecção																			0	0	0
Pessoal de Investigação Cientifica																			0	0	0
Docente Ensino Universitário																			0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																			0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0
Médico																			0	0	0
Enfermeiro																			0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0
Técnico Superior de Saúde																			0	0	0
Chefia Tributária																			0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0
Conservador e Notário																			0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0
Oficial de Justiça																			0	0	0

Forças Armadas - Oficial b)																			0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																			0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																			0	0	0
Polícia Judiciária																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																			0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Polícia Municipal																			0	0	0
Total	1	14			0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	113	215	328

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o **número de trabalhadores** que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(*) - Trabalho a tempo parcial (art° 142° da Lei n° 59/2008) ou regime especial (art.° 12° do DL n°259/98) ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n° 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei n° 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho extraordinário durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho extraordinário nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0:00	0:00	7:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	7:00	0:00	7:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior	95:00	211:00	82:00	198:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	177:00	409:00	586:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	0:00	50:00	0:00	51:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	101:00	101:00
Assistente operacional, operário, auxiliar	1385:00		13:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	1398:00	0:00	1398:00
Aprendizes e praticantes											0:00	0:00	0:00
Informático											0:00	0:00	0:00
Magistrado											0:00	0:00	0:00
Diplomata											0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo											0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspecção											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico											0:00	0:00	0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0:00	0:00	0:00
Médico											0:00	0:00	0:00
Enfermeiro											0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde											0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro											0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário											0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado											0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)											0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)											0:00	0:00	0:00
Bombeiro											0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal											0:00	0:00	0:00
Total	1480:00	261:00	102:00	249:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	1582:00	510:00	2092:00

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho extraordinário diurno e nocturno só contempla o trabalho extraordinário efectuado em **dias normais de trabalho** (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são especificas para o trabalho extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e extraordinário durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno extraordinário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspecção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna "**trabalho nocturno extraordinário**" neste quadro deve-se considerar o trabalho extraordinário efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 1º grau a)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 2º grau a)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,0	0,0	14,0
Dirigente intermédio de 1º grau a)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	112,0	40,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	112,0	40,0	152,0
Dirigente intermédio de 2º grau a)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,0	0,0	19,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	287,0	223,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	289,0	250,0	539,0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0,0	0,0	0,0
Técnico Superior	15,0	0,0	20,0	391,0	31,0	33,0	781,0	705,0	0,0	0,0	2,0	55,0	18,0	20,0	1.991,0	3.693,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,0	13,0	12,0	1,0	155,0	264,0	3.038,0	5.175,0	8.213,0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	0,0	0,0	0,0	206,0	4,0	19,0	0,0	305,0	0,0	0,0	4,0	10,0	0,0	29,0	190,0	1.610,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	6,0	0,0	0,0	10,0	71,0	209,0	2.256,0	2.465,0
Assistente operacional, operário, auxiliar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	131,0	56,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	145,0	56,0	201,0
Aprendizes e praticantes																											0,0	0,0	0,0
Informático	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	13,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	11,0	0,0	36,0	15,0	51,0
Magistrado																											0,0	0,0	0,0
Diplomata																											0,0	0,0	0,0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo																											0,0	0,0	0,0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Inspecção																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Investigação Científica																											0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Universitário																											0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0,0	0,0	0,0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0,0	0,0	0,0
Médico																											0,0	0,0	0,0
Enfermeiro																											0,0	0,0	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0,0	0,0	0,0
Técnico Superior de Saúde																											0,0	0,0	0,0
Chefia Tributária																											0,0	0,0	0,0
Pessoal de Administração Tributária																											0,0	0,0	0,0
Pessoal Aduaneiro																											0,0	0,0	0,0
Conservador e Notário																											0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0,0	0,0	0,0
Oficial de Justiça																											0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Oficial b)																											0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Sargento b)																											0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Praça b)																											0,0	0,0	0,0
Polícia Judiciária																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0,0	0,0	0,0

Guarda Nacional Republicana - Guarda																										0,0	0,0	0,0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																										0,0	0,0	0,0
Guarda Prisional																										0,0	0,0	0,0
Outro Pessoal de Segurança c)																										0,0	0,0	0,0
Bombeiro																										0,0	0,0	0,0
Policia Municipal																										0,0	0,0	0,0
Total	15,0	0,0	20,0	597,0	35,0	60,0	793,0	1.029,0	0,0	0,0	6,0	65,0	18,0	49,0	2.750,0	5.635,0	0,0	0,0	0,0	0,0	14,0	21,0	12,0	1,0	180,0	335,0	3.843,0	7.792,0	11.635,0

NOTAS:

Considerar o total de dias completos de ausência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
27-06-2013			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	22	7:00	604_OUTRAS REIVINDICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS
40 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros	1	4:00	604_OUTRAS REIVINDICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS
Total	23	11:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponivel

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
08-11-2013			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			604_OUTRAS REIVINDICAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS
40 horas	14	8:00	
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	14	8:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponivel

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponivel

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponivel

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Semana 4 dias (D.L. 325/99)			
Regime especial (D.L. 324/99)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

* Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponivel

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o Nº de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

(Excluindo prestações de serviço)	Número de trabalhadores		
Género / Escalão de remunerações	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €	0	0	0
501-1000 €	6	19	25
1001-1250 €	14	51	65
1251-1500 €	13	40	53
1501-1750 €	10	24	34
1751-2000€	6	27	33
2001-2250 €	9	17	26
2251-2500 €	9	7	16
2501-2750 €	1	3	4
2751-3000 €	8	8	16
3001-3250 €	13	6	19
3251-3500 €	8	4	12
3501-3750 €	5	1	6
3751-4000 €	1	2	3
4001-4250 €	0	0	0
4251-4500 €	1	1	2
4501-4750 €	2	2	4
4751-5000 €	4	3	7
5001-5250 €	2	0	2
5251-5500 €	0	0	0
5501-5750 €	0	0	0
5751-6000 €	1	0	1
Mais de 6000 €	0	0	0
Total	113	215	328

NOTAS:
i) Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;

ii) O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género

iii) Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.

iv) Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Período de referência: mês de Dezembro

	Euros	
Remuneração (€)	Masculino	Feminino
Mínima (€)	717,46 €	668,85 €
Máxima (€)	5.822,62 €	4.987,95 €

NOTA:
Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	8.531.175,32 €
Suplementos remuneratórios	441.646,79 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	990.444,65 €
Benefícios sociais	216.464,51 €
Outros encargos com pessoal	2.273.973,31 €
Total	12.453.704,58 €

Nota:
(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho extraordinário (diurno e nocturno)	22.386,25 €
Trabalho normal nocturno	0,00 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	0,00 €
Disponibilidade permanente	0,00 €
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	0,00 €
Risco, penosidade e insalubridade	0,00 €
Fixação na periferia	0,00 €
Trabalho por turnos	0,00 €
Abono para falhas	949,19 €
Participação em reuniões	0,00 €
Ajudas de custo	27.059,23 €
Representação	53.567,92 €
Secretariado	0,00 €
Outros suplementos remuneratórios	337.684,20 €
Total	441.646,79 €

Nota:
(*) - se não incluído em trabalho extraordinário (diurno e nocturno).

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	0,00 €
Abono de família	318,48 €
Subsídio de educação especial	0,00 €
Subsídio mensal vitalício	0,00 €
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	0,00 €
Subsídio de funeral	0,00 €
Subsídio por morte	0,00 €
Acidente de trabalho e doença profissional	12.751,65 €
Subsídio de desemprego	0,00 €
Subsídio de refeição	623.486,29 €
Outras prestações sociais (incluindo Pensões)	353.888,23 €
Total	990.444,65 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	0,00 €
Refeitórios	24.876,00 €
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	0,00 €
Colónias de férias	0,00 €
Subsídio de estudos	22.254,60 €
Apoio socio-económico	0,00 €
Outros benefícios sociais	169.333,91 €
Total	216.464,51 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						*In itinere*					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	1	0	0	0	1		0					
	F	1	0	0	1	0		0					
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	1		0	0	1		0					
	F	1		0	1	0		0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	117		0	0	117		0					
	F	9		0	9	0		0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0		0	0	0		0					
	F	0		0	0	0		0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	0
- parcial	0
- absoluta para o trabalho habitual	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	2
Casos de incapacidade temporária e parcial	0
Total	2

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:
(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	266	19.359,00 €
Exames de admissão	1	58,50 €
Exames periódicos	265	19.300,50 €
Exames ocasionais e complementares	0	0,00 €
Exames de cessação de funções	0	0,00 €
Despesas com a medicina no trabalho		40.813,34 €
Visitas aos postos de trabalho	0	

Nota:
Incluir nas despesas com medicina no trabalho as relativas a medicamentos e vencimentos de pessoal afecto.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	3
Visitas aos locais de trabalho	14
Outras	0

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	
Adaptação do posto de trabalho	
Alteração do regime de duração do trabalho	
Mobilidade interna	

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	7
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	125

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	28.416,69 €
Equipamento de protecção (b)	2.309,17 €
Formação em prevenção de riscos (c)	3.543,63 €
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	10.631,51 €

Nota:

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Inclui os custos com a identificação, avaliação e controlo dos factores de risco.

Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	1.003	6	2	0	1.011
Externas	103	0	0	0	103
Total	1.106	6	2	0	1.114

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- **acção interna,** organizada pela entidade;
- **acção externa,** organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +…+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)	0	0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)	1	0	1	1
Dirigente intermédio de 1º grau a)	16	1	17	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)	103	13	116	23
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior	786	78	864	201
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	96	7	103	52
Assistente operacional, operário, auxiliar	6	0	6	5
Aprendizes e praticantes			0	
Informático	3	4	7	2
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspecção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	

Oficial de Justiça			0	
Forças Armadas - Oficial b)			0	
Forças Armadas - Sargento b)			0	
Forças Armadas - Praça b)			0	
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	1.011	103	1.114	291
	Totais devem ser iguais aos do Q. 27			

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +…+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Horas dispendidas	Horas dispendidas em acções internas	Horas dispendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0:00
Dirigente superior de 1º grau a)	0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)	1:00	0:00	1:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)	134:30	7:00	141:30
Dirigente intermédio de 2º grau a)	615:00	168:00	783:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0:00
Técnico Superior	4507:20	993:50	5501:10
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	664:30	57:30	722:00
Assistente operacional, operário, auxiliar	23:00	0:00	23:00
Aprendizes e praticantes			0:00
Informático	23:00	70:30	93:30
Magistrado			0:00
Diplomata			0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0:00

Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0:00
Pessoal de Inspecção			0:00
Pessoal de Investigação Científica			0:00
Docente Ensino Universitário			0:00
Docente Ensino Superior Politécnico			0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00
Médico			0:00
Enfermeiro			0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0:00
Técnico Superior de Saúde			0:00
Chefia Tributária			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Pessoal Aduaneiro			0:00
Conservador e Notário			0:00
Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)			0:00
Forças Armadas - Sargento b)			0:00
Forças Armadas - Praça b)			0:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

Notas:

Considerar as horas dispendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	35.730,07 €
Despesa com acções externas	9.769,50 €
Total	45.499,57 €

Notas:

Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	3
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	5
Total de votantes para comissões de trabalhadores	0

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	0
Processos instaurados durante o ano	0
Processos transitados para o ano seguinte	0
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:
(1) - para trabalhadores Nomeados
(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas

2476
17-06-2014

GOVERNO DE PORTUGAL | SECRETÁRIO DE ESTADO DA INOVAÇÃO, INVESTIMENTO E COMPETITIVIDADE

IAP14009825

Exmº. Senhor
Presidente do Conselho Diretivo do
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
Estª. Paço do Lumiar, 22
Campus do Lumiar, Edifício A
1649-038 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		ENT.: 5700/2014 PROC. Nº: 02.02.11/14	

ASSUNTO: Pareceres de Análise Crítica sobre a Autoavaliação relativa ao desempenho dos serviços - 2013.

Encarrega-me S. Exa. o Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade de enviar a V. Exa. para conhecimento, cópias do Parecer com Análise Crítica sobre a Autoavaliação e do Quadro de Avaliação e Responsabilização do ano 2013, bem como cópia do ofício nº 00157, de 06-06-2014, do GEE – Gabinete de Estratégia e Estudos, referente ao assunto mencionado, no qual exarou o seguinte despacho:

"De acordo com o proposto.
Ass) Pedro Pereira Gonçalves
11.6.14"

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Manuel Pinheiro

Anexo: o mencionado

.../PA

Gabinete do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade
Rua da Horta Sêca, nº 15, 1200-221 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 324 54 00 FAX + 351 21 324 54 40 E-MAIL gabinete.mee@mee.gov.pt www.portugal.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Visto
Ao Dr. Ricardo Pedro
para conhecimento
11.6.2014
João Barbosa
Adjunto
Chefe do Gabinete
Em substituição

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Gabinete de Estratégia e Estudos
Saída nº 00157 **Data:** 6 / 6 / 2014

Exmo. Senhor
Dr. Manuel Martins
Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade

Rua da Horta Seca,15
1200-221 LISBOA

S/ Referência	S/ Comunicação	Data	N/ Referência
		05/06/2014	

Assunto: Pareceres de Análise Crítica sobre a Autoavaliação relativa ao desempenho dos serviços - 2013

Nos termos do nº 1 e do nº 2 do artigo 17ª da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, junto se envia os Pareceres com Análise Crítica sobre a Autoavaliação 2013, devidamente validados por este Gabinete, dos seguintes Organismos:

- Instituto Português da Qualidade (IPQ)
- Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI)
- Instituto Português da Acreditação (IPAC).

Tendo em conta o proposto para o IPQ, IAPMEI e IPAC, propõe-se ao Sr. SEIIC:

a) homologação da referida avaliação;

b) que se dê conhecimento da respectiva avaliação ao serviço;

c) que se dê conhecimento da homologação ao GEE

Com os meus melhores cumprimentos,

O Diretor,

João Reis Leão

Concordo com o proposto

11.6.14

Pedro Pereira Gonçalves
Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA INOVAÇÃO, INVESTIMENTO E COMPETITIVIDADE
ENTRADA 5702 DATA 6/6/14
CLASSIFICAÇÃO 02-02-11-/14

P.P. 11.06.14
Ricardo Pedro
Adjunto do SEIIC

Rua da Prata, 8 1149-057 LISBOA - Tel. 217 92 13 72 Fax 217 92 13 97
E-mail: gee@gee.min-economia.pt http://www.gee.min-economia.pt/

M04-02 GEE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete de Estratégia e Estudos

PARECER COM ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A AUTOAVALIAÇÃO

(Artigo 17.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro)

1. ENQUADRAMENTO

De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, no âmbito da avaliação do desempenho dos serviços do Ministério da Economia (ME), compete ao Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) a emissão de parecer com análise crítica da autoavaliação constante do Relatório de Atividades.

ENTIDADE AVALIADA	IAPMEI – AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.		
NATUREZA	Administração Indireta do Estado		
TUTELA	Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade		
MISSÃO	Promover a inovação e executar políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e da produtividade das empresas, em especial das de pequena e média dimensão, que exerçam a sua atividade nas áreas sob tutela do MEE, com exceção do sector do turismo.		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	1. Desenvolvimento do empreendedorismo qualificado e facilitação do arranque de empresas inovadoras; 2. Desenvolvimento de capacidades empresariais para a inovação, competitividade e internacionalização; 3. Promoção de estratégias de crescimento, sustentabilidade e revitalização.		
ANO EM AVALIAÇÃO	**2013**	**RELATÓRIO DE ATIVIDADES** entregue em	15/04/2014

MENÇÃO PROPOSTA PELO DIRIGENTE MÁXIMO NA AUTOAVALIAÇÃO	**DESEMPENHO BOM (PÁG. 95 RA)**

REVISÃO DE OBJETIVOS, INDICADORES OU METAS	Foi apresentado um pedido de alteração ao QUAR em 5 de julho de 2013 que foi aprovado pela tutela em 10 de outubro de 2013.

2. Análise crítica: Fundamentação Técnica do Parecer

A 15/04/2014, foi remetido o Relatório de Atividades do ano de 2013 do IAPMEI ao Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), onde se inclui a autoavaliação do serviço.

O parecer do GEE foi elaborado com base na monitorização, nos resultados do QUAR e na informação adicional constante da autoavaliação que integra o Relatório de Atividades de 2013.

Resultados Alcançados

Avaliação Global	Eficácia	Eficiência	Qualidade
	[55%]	[25%]	[20%]
140%	**90%**	**27%**	**23%**

Objetivos				Indicadores			
N.º	Superado	Atingido	Não atingido	N.º	Superado	Atingido	Não atingido
9	9	-	-	25	19	5	1

Justificação de desvios significativos (n.º 1, artigo 15.º)

Observações e Justificações

O IAPMEI obteve uma avaliação global de 140%, tendo superado os 9 objetivos definidos no QUAR. Em geral apresenta a justificação dos desvios e incumprimentos verificados por objetivo e por indicador (pág. 22 a 29 RA).

Recursos Utilizados

Recursos financeiros: A execução do orçamento de funcionamento foi de 49% e o PIDDAC registou uma execução de 79%. O IAPMEI apresenta a justificação dos desvios registados (págs. 79 a 81 RA).

Recursos humanos: O grau de execução dos Recursos Humanos foi de 94,8 %, o que corresponde a um desvio negativo de 205 pontos, face ao planeado. O IAPMEI apresenta a justificação dos desvios registados (pág. 78 RA).

VERIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUE ACOMPANHA A AUTOAVALIAÇÃO DO SERVIÇO (N.º 2, ARTIGO 15.º):	
A) APRECIAÇÃO POR PARTE DOS UTILIZADORES DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	O IAPMEI procede a esta avaliação, através da contratação anual deste serviço a entidades externas, o que origina um desfasamento do momento da inquirição relativamente ao período que se pretende avaliar, dado o atraso, em regra, observado na autorização para realização de procedimento de aquisição de serviços. A alternativa adotada foi avaliar através dos resultados do serviço de Provedoria do Cliente que assegura o tratamento das reclamações e sugestões quanto à qualidade dos serviços prestados. Refere o IAPMEI que em 2013 os dois serviços com maior número de clientes - os sistemas de incentivo financeiro (com 8.792 Empresas) e a Certificação de PME (com 62.907 empresas), tendo em conta os respetivos universos de clientes, apresentaram percentagens dos serviços prestados objeto de reclamação muito baixas – (0,04%) e (0,25%), respetivamente. Refere ainda que relativamente a outros serviços, o número de reclamações entradas é praticamente insignificante. (págs. 31 e 32 RA).
B) AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	Sim. É apresentada a grelha de avaliação do sistema de controlo interno, com resposta afirmativa a todas as questões (pág. 32 a 34 RA).
C) REFERÊNCIA ÀS CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE ACÇÕES OU PROJECTOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES	Sim. Em relação ao QUAR, Todos os objetivos operacionais foram concretizados, ou seja, a generalidade das metas previstas para os indicadores foram atingidas ou ultrapassadas, com exceção para o indicador 21 (justificação na pág. 28 RA). São também apresentadas as causas de incumprimento de algumas iniciativas previstas e não realizadas (pág. 35 RA).
D) DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA UM REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO, EVIDENCIANDO AS CONDICIONANTES QUE AFECTARAM OS RESULTADOS A ATINGIR	Sim. O IAPMEI refere como objetivos que orientarão a sua intervenção nos próximos anos, o desenvolvimento do empreendedorismo qualificado e a facilitação do arranque de empresas inovadoras, o desenvolvimento de capacidades empresariais para a inovação, a competitividade e internacionalização e a promoção de estratégias de crescimento, sustentabilidade e revitalização, entre outros (págs. 68 a 70 RA).

E) COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS, NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL, QUE POSSAM CONSTITUIR PADRÃO DE COMPARAÇÃO	Sim. Para a comparação do desempenho, foram selecionados os produtos/serviços European Enterprise Awards, a Semana Europeia das PME e a Certificação de PME on-line (págs. 70 e 71 RA).
F) AUDIÇÃO DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS E DOS DEMAIS TRABALHADORES NA AUTO-AVALIAÇÃO DO SERVIÇO	Sim. O inquérito foi aplicado ao universo dos (as) colaboradores (as) do IAPMEI, tendo sido obtida uma taxa de resposta de 56,3%. Relativamente ao nível de satisfação global com o IAPMEI, 78% dos (as) colaboradores (as) referiu estar Satisfeito ou Muito Satisfeito com a organização (84,1% em 2012). No Relatório de Atividades (págs. 72 a 78) é referida a metodologia aplicada e os resultados detalhados.

3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR RELEVANTE

COMPARAÇÃO DAS UNIDADES HOMOGÉNEAS (ARTIGO 16.º)
Não aplicado.
FIABILIDADE DO SISTEMA DE INDICADORES DE DESEMPENHO (CFR. N.º2 ARTIGO 25.º/ALÍNEA D) ARTIGO 13.º).
Sim. Foi referenciado o desenvolvimento de diversas iniciativas de controlo e auditoria interna (pág. 34 RA).
COERÊNCIA ENTRE OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS LEGALMENTE PREVISTOS
São apresentadas as atividades previstas e não previstas no Plano de Atividades 2013 (págs. 35 a 68 RA). Não é apresentada a taxa de realização do Plano de Atividades.
ESTRUTURA DO RELATÓRIO (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CONSELHO COORDENADOR DA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS)
O Relatório de Atividades está estruturado de acordo com as orientações técnicas do CCAS.
Sim. RA entregue 15 de abril 2014.

4. PARECER DO GEE – Proposta de menção

A menção proposta pelo dirigente máximo do **IAPMEI** preenche os requisitos constantes do artigo 18º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, pelo que deve ser homologada a avaliação de Desempenho Bom (pág. 95 RA), com base nos resultados do QUAR e na autoavaliação que integra o Relatório de Atividades de 2013.

Data de emissão do parecer: 22 |04| 2014

Anexo: QUAR final 2013 do IAPMEI

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete de Estratégia e Estudos

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2013

Alteração do QUAR aprovada por Despacho do Sr. Secretário de Estado da Indústria, Investimento e Comércio de 18 de outubro d **Janeiro 2013**

Ministério da Economia

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, IP

MISSÃO: **Promover a inovação e executar políticas de estímulo ao desenvolvimento empresarial, visando o reforço da competitividade e da produtividade das empresas, em especial das de pequena e média dimensão, que exerçam a sua atividade nas áreas sob tutela do MEE, com exceção do sector do turismo.**

VISÃO: **Ser o parceiro estratégico para a inovação e crescimento das empresas, empresários e empreendedores**

Objetivos Estratégicos

OE1: Desenvolvimento do empreendedorismo qualificado e facilitação do arranque de empresas inovadoras

OE2: Desenvolvimento de capacidades empresariais para a inovação, competitividade e internacionalização

OE3: Promoção de estratégias de crescimento, sustentabilidade e revitalização

Objetivos Operacionais

Eficácia — Pontuação: 55,00%

O1. Promover a criação e o arranque de empresas inovadoras								Peso:	**20%**
Ind 1 - I21 N.º de empreendedores participantes em Workshops de desenvolvimento de competências para a formulação de estratégias, desenho de modelos de negócio e elaboração de planos de Acão	NA	NA	100	10	115	20%	124	140%	Superior
Ind 2 - I24 N.º de redes de parceria (locais/regionais) operacionalizadas, no âmbito de Iniciativa Portugal Empreendedor	NA	NA	16	2	19	30%	14	100%	Atingiu
Ind 3 - I23 N.º de processos de criação de empresas e em fase early stage financiados no âmbito de soluções específicas de crédito e de capital, no âmbito do FINICIA/AE +I	150	160	150	10	170	50%	231	201%	Superior
O2. Desenvolver competências empresariais para a inovação, competitividade e internacionalização								Peso:	**20%**
Ind 4 - I32 N.º de empresas a frequentar as ações de formação-Acão para o desenvolvimento de competências de gestão e de planos de melhoria da atividade empresarial em PME	NA	NA	190	19	219	35%	279	177%	Superior
Ind 5 - I35 N.º de Diagnóstico de Competências em Pequenas e Médias Empresas	NA	NA	250	25	288	35%	321	147%	Superior
Ind 6 I36 N.º de Planos de Melhoria Competências em PME	NA	NA	50	5	58	30%	108	281%	Superior
O3. Dinamizar a transferência de conhecimento e tecnologia do SCTN para as empresas								Peso:	**20%**
Ind 7 - I51 N.º de ações desenvolvidas de intermediação entre as universidades e as empresas para transferência de conhecimento e tecnologia	NA	NA	40	4	46	20%	90	308%	Superior
Ind 8 - I52 N.º de PME acompanhadas na realização de projetos de transferência de conhecimento e tecnologia no âmbito dos Vales I&DT e Inovação	425	500	750	50	938	45%	872	116%	Superior
Ind 9 - I53 Proporção das respostas dadas no prazo definido, em todas as fases de candidatura dos projectos de transferência de tecnologia, no âmbito dos Vales I&DT e Inovação	90%	90%	90%	15%	112,50%	35%	110,00%	122%	Superior

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete de Estratégia e Estudos

O4. Aumentar a eficácia dos sistemas de incentivo ao investimento empresarial qualificado								Peso:	**20%**
Ind 10 - I81 N.º de visitas realizadas de assistência técnica à execução de projetos de investimento com incentivo financeiro contratado	NA	NA	250	25	288	20%	335	156%	Superou
Ind 11 - I82 Proporção do pagamento previsto de incentivo ao investimento, no âmbito dos programas QREN e MODCOM	100%	100%	100%	5%	110%	50%	126,20%	166%	Superou
Ind 12 - I83 Valor de créditos em contencioso, recuperados ou arquivados no ano	18	14	14	1	15,5	30%	18,94	182,333%	Superou
O5. Promover a recuperação de empresas pela via extrajudicial, no âmbito do REVITALIZAR / SIREVE								Peso:	**20%**
Ind 13 - I111 N.º de empresas visitadas para despiste e enquadramento da situação de dificuldade	NA	NA	150	15	173	40%	189	142%	Superou
Ind 14 - I112 Grau de execução de acordos celebrados, relativamente aos processos aceites	NA	NA	30%	5%	40%	40%	42,42%	131%	Superou
Ind 15 - I113 Proporção dos processos concluídos dentro do prazo legal estabelecido	NA	NA	80%	5%	90%	20%	86,00%	115%	Superou
Eficiência								Ponderação:	25,00%
O6. Aumentar a eficiência no processamento e controlo do incentivo ao investimento, no âmbito dos programas QREN e MODCOM								Peso:	**50%**
Ind 16 - I91 Proporção de candidaturas aos sistemas de incentivo e benefícios fiscais analisadas no ano, dentro do prazo	90%	90%	90%	5%	97,5%	35%	98,02%	127%	Superou
Ind 17 - I92 Proporção de decisões dentro do prazo, relativamente aos pedidos de pagamento emitidos no ano	82%	85%	85%	5%	95%	35%	92,09%	118%	Superou
Ind 18 - I93 Proporção de relatórios de auditoria emitidos no ano dentro do prazo	95%	95%	95%	2,5%	98,5%	30%	93,44%	100%	Atingiu
O7. Aumentar a fiabilidade da fiscalização e controlo dos incentivos ao investimento, no âmbito dos programas QREN e MODCOM								Peso:	**50%**
Ind 19 - I101 Proporção de encerramentos executados corretamente com confirmação/aprovação pela CD	95%	95%	95%	2,5%	100%	40%	100,00%	125%	Superou
Ind 20 - I102 Proporção de ações de controlo levadas a cabo pelo IFDR e/ou Autoridades de Gestão acompanhadas dentro do prazo	NA	NA	95%	2,5%	98,5%	30%	95,55%	100%	Atingiu
Ind 21 - I103 Proporção de despesa controlada nos relatórios de auditoria MODCOM dos projetos geridos pelo IAPMEI	5%	8%	8%	1%	10%	30%	5,43%	78%	Não atingiu
Qualidade								Ponderação:	20,00%
O8. Dinamizar o serviço de informação e aconselhamento								Peso:	**70%**
Ind 22 - I41 N.º de alertas informativos especiais emitidos e de intervenções de esclarecimento sobre os mecanismos de apoio ao empreendedorismo realizadas	NA	NA	50	5	58	20%	51	100%	Atingiu
Ind 23 - Grau de execução do Working Programme 3, avaliação em 2013 - 2014 da Enterprise Europe Network PT	NA	NA	80%	5%	97%	30%	107,00%	140%	Superou
Ind 24 - I43 N.º de empresas apoiadas no âmbito do serviço de tutoria personalizada na gestão da formação dos colaboradores, identificando as necessidades, elaborando um plano de formação e executando ações formativas	NA	NA	25	2	29	50%	23	100%	Atingiu
O9. Qualificar as capacidades e competências								Peso:	**30%**
Ind 25 - I51 Proporção de trabalhadores abrangidos por ações de formação dinamizadas pelo IAPMEI	65%	65%	68%	5%	100%	100%	89,00%	116%	Superou

Objetivos Relevantes: O8; O6; O7; O3; O4

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete de Estratégia e Estudos

IND 1 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência, para os objetivos deste novo indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.

IND 2 - Considera-se este resultado porque envolve o esforço por parte das entidades parceiras, designadamente as redes de parceria locais e regionais, no âmbito da iniciativa Portugal Empreendedor.

IND 3 - Considera-se que o VC proposto corresponde a um ótimo desempenho, uma vez que foram criadas e estão em criação soluções de financiamento que concorrem com as soluções FINICIA/+E+I.

IND 4 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência, para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.

IND 5 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência, para os objetivos do indicador, um acréscimo de 10% sobre o valor da meta programada.

IND 6 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência, para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.

IND 7 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência, para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.

IND 8 - Corresponde a um aumento de 25% face a meta, não havendo ainda histórico suficiente para permitir validar este nº como um bom benchmarking. Considere-se que o mesmo é excelente atendendo ao volume de novos projetos a lançar e aos recursos existentes.

IND 9 - Corresponde a um nível de desempenho excelente, ou seja, a análise de todas as candidaturas no prazo estipulado e tendo em atenção o referencial de capacidade indicado.

IND 10 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência, para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.

IND 11 - Considera-se como desempenho de referência a ultrapassagem da meta acima de 5% face a meta de execução definida.

IND 12 - O valor crítico de 15,5 M€ corresponde a um desempenho excelente, tendo em atenção a tendência conjuntural de decréscimo de pagamentos e de dificuldade de recuperação de créditos.

IND 13 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência, para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.

IND 14 - O VC de 40% corresponde a um bom resultado, uma vez que no contexto económico atual, há maior número de processos, com mais casos complexos e de maior dificuldade de concretização.

IND 15 - O VC de 90% corresponde a uma capacidade de resposta excelente, tendo em conta o crescimento acelerado e com picos de procura que se está a verificar.

IND 16 - Tendo em conta a capacidade instalada, considerou-se como VC a análise de 97,5% das candidaturas dentro do prazo de referência.

IND 17 - Tendo em conta a capacidade instalada, considerou-se como VC a análise de 95% dos pedidos de pagamento dentro do prazo de referência.

IND 18 - Tendo em consideração que o indicador em questão pretende avaliar o cumprimento de prazos de resposta, o valor crítico considerado corresponde ao referencial de excelência para o qual se pretende convergir. Para a definição do valor crítico apresentado tivemos em consideração o comportamento histórico do indicador.

IND 19 - Tendo em consideração que o indicador em questão pretende avaliar a qualidade da informação prestada ao CD e consequentemente aos destinatários finais das ações de fiscalização, o valor crítico considerado corresponde ao referencial de excelência para o qual se pretende convergir, ou seja, assegurar que a totalidade dos encerramentos remetidos ao CD obtém a sua aprovação.

IND 20 - Tendo em consideração que o indicador em questão pretende avaliar o cumprimento de prazos de resposta, o valor crítico considerado corresponde ao referencial de excelência para o qual se pretende convergir. Para a definição do valor crítico apresentado tivemos em consideração a capacidade instalada.

IND 21 - Para a definição do valor crítico apresentado tivemos em consideração o comportamento histórico do indicador.

IND 22 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência, para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.

IND 23 - Considera-se que o VC corresponde a um desempenho excelente, uma vez que é uma execução próxima dos 100% do lançamento do Working Programme 3 da EEN PT de um novo ciclo desta atividade.

IND 24 - Não havendo benchmarking de referência, considerou-se como resultado de excelência, para os objetivos do indicador, um acréscimo de 15% sobre o valor da meta programada.

IND 25 - Tendo em conta que o valor crítico corresponde ao melhor desempenho que se pretende alcançar, considera-se a taxa de 100%, o que corresponde que todos os trabalhadores são abrangidos por ações de formação.

Recursos Humanos

Dirigentes - Direção Superior	20	0	60	62	[illegible]
Dirigentes - Direção Intermédia e chefes de equipa	16	32	512	474	38
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	232	2784	2658	[illegible]
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	0	0	0	[illegible]
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	71	568	530	[illegible]
Assistente operacional	5	10	50	46	4
Total		**345**	**3974**	**3769**	**205**

Justificação dos desvios nos recursos humanos executados: Os desvios negativos justificam-se pelo absentismo, designadamente baixas médicas e licenças, e pelas saídas da Agência, por motivo de reforma, rescisão do contrato de trabalho e fim de situações de mobilidade, ocorridas ao longo do ano.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete de Estratégia e Estudos

Recursos Financeiros

		[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Orçamento de funcionamento		**41 494 424**	**128 880 964**	**63 524 210**	**65 356 754**
Despesas c/ Pessoal	2)	12 824 770	13 170 504	12 656 533	513 971
Aquisições de Bens e Serviços	2)	6 434 768	7 293 679	3 684 633	3 609 046
Transferências correntes	2)	602 250	16 325 514	13 916 180	2 409 334
Outras despesas correntes	2)	3 361 261	2 610 202	2 474 575	135 627
Medidas de Apoio a empresas	2)	18 271 435	67 545 794	13 615 740	53 930 054
Medidas de Apoio a envolvente	2)	0	21 935 271	17 176 549	4 758 722
PIDDAC		**626 458 084**	**771 618 778**	**606 755 921**	**164 862 857**
Investimentos		3 100 000	2 643 053	785 617	1 857 476
Medidas de Apoio a empresas	3)	620 052 816	751 709 303	601 584 138	150 125 165
Estruturas de Apoio Técnico		5 305 268	17 266 382	4 386 166	12 880 216
TOTAL (FUNCIONAMENTO+PIDDAC)	1)	**667 952 508**	**900 499 742**	**670 280 132**	**230 219 611**

Justificação dos desvios aos recursos financeiros: 1) O valor associado às Estruturas de Apoio Técnico não inclui por lapso na reporte de agosto, o montante de € 21 501 já incluído no Orçamento para compensar o efeito da incorporação do subsídio de Natal. 2) No orçamento de Funcionamento verifica-se o incremento na despesa corrente pelo efeito da aplicação do saldo da gerência anterior, sendo o montante mais expressivo incluído nas transferências correntes (€ 11 000 000) cujo beneficiário final foi a AICEP. Nas Medidas de Apoio às Empresas, está igualmente refletido o efeito da aplicação em despesa do saldo transitado destinado ao pagamento de incentivos às empresas (fundo perdido a título do MODCOM e FDE e subsídio reembolsável associado às subscrições de Unidades de Participação). Nas Medidas de Apoio à Envolvente todo o montante inscrito está inerente ao projeto KC 390 (€ 14 151 056 provenientes da aplicação do saldo transitado e o restante proveniente do OE do ano, que sofreu uma redução face ao inicialmente previsto na RCM nº 63/2012 de 5 de julho). 3) Incremento bastante expressivo nas Medidas de Apoio às Empresas inerente ao recebimento de FEDER no âmbito do QREN superior ao estimado, associado ao aproximar do encerrar do Quadro Comunitário.

Salienta-se ainda o decréscimo no valor dos cativos por força do orçamento retificativo de julho (Lei 51/2013 de 24 de julho), em que os montantes afetos a cláusula de reserva deixaram de representar verba cativa no orçamento privativo. Esta situação encontra-se ilustrada na coluna dos ajustamentos.

[illegible]

Eficácia	Eficiência	Qualidade	[illegible]
30%	**27%**	**23%**	**140%**

Indicadores	Fonte de Verificação
IND 1 - I21 - Nº de empreendedores participantes em Workshops de desenvolvimento de competências para a formulação de estratégias, desenho de modelos de negócio e elaboração de planos de Acão	Lista de presenças dos empreendedores participantes nos workshops
IND 2 - I24 - Nº de redes de parceria (locais/regionais) operacionalizadas, no âmbito da Iniciativa Portugal Empreendedor	Documentação -e-
IND 3 - I23 - Nº de processos de criação de empresas e em fase early stage financiados no âmbito de soluções específicas de crédito e de capital, no âmbito do P. NICIA-E-	SPGM PME Investimentos
IND 4 - I32 - Nº de empresas a frequentar as ações de formação-Acão, para o desenvolvimento de competências de gestão e de planos de melhoria da atividade empresarial em PME	Lista de empresas participantes nas formação-Acão
IND 5 - I35 - Nº de Diagnósticos de Competências em Pequenas e Médias Empresas	Diagnóstico de Competências em PME
IND 6 - I36 - Nº de Planos de Melhoria Competências em PME	Planos de melhoria competência elaborados
IND 7 - I51 - Nº de ações desenvolvidas de intermediação entre as universidades e as empresas para transferência de conhecimento e tecnologia	Ações de intermediação realizadas
IND 8 - I52 - Nº de PME acompanhadas na realização de projetos de transferência de conhecimento e tecnologia, no âmbito dos Vales I&DT e Inovação	Relatórios e informações de progresso, Sistemas de informação SIGI e SGO
IND 9 - I53 - Proporção das respostas dadas, no prazo definido, em todas as fases de candidatura dos projectos de transferência de tecnologia, no âmbito dos Vales I&DT e Inovação	Relatórios e informações de progresso, Sistemas de informação SIGI e SGO
IND 10 - I61 - Nº de visitas realizadas de assistência técnica à execução de projetos de investimento com incentivo financeiro contratado	Relatórios das visitas de assistência técnica
IND 11 - I62 - Proporção do pagamento previsto de incentivo ao investimento, no âmbito dos programas QREN e MODCOM	SIGI - Sistema de Informação e Gestão de Incentivos do IAPMEI
IND 12 - I63 - Valor de créditos em contencioso, recuperados ou arquivados no ano	Decisões judiciais, deliberações do C.D., acordos de reembolso, garantias bancárias e registo no sistema de gestão de créditos
IND 13 - I111 - Nº de empresas visitadas para despiste e enquadramento da situação de dificuldade	Relatórios das visitas realizadas
IND 14 - I112 - Grau de execução de acordos celebrados, relativamente aos processos abertos	Base de dados PEC e base de dados SIREVE
IND 15 - I113 - Proporção dos processos conduzidos dentro do prazo legal estabelecido	Base de dados PEC e base de dados SIREVE
IND 16 - I51 - Proporção de candidaturas aos sistemas de incentivo e benefícios fiscais analisadas no ano dentro do prazo	SIGI - Sistema de Informação e Gestão de Incentivos do IAPMEI
IND 17 - I72 - Proporção de decisões dentro do prazo, relativamente aos pedidos de pagamento emitidos no ano	SIGI - Sistema de Informação e Gestão de Incentivos do IAPMEI
IND 18 - I53 - Proporção de relatórios de auditoria emitidos no ano dentro do prazo	Aplicação Informática do DpFC/Base dados Excel. Quadro de indicadores do DpFC - "Lista de Projetos". Tempos - padrão aplicáveis
IND 19 - I101 - Proporção de encerramentos executados corretamente com confirmação/aprovação pelo CD	Aplicação Informática do DpFC/Base dados Excel. Quadro de Indicadores do DpFC - "Lista de Projetos"
IND 20 - I102 - Proporção de ações de controlo levadas a cabo pelo IFDR ou Autoridades de Gestão, acompanhadas dentro do prazo	Aplicação Informática do DpFC/Base dados Excel. Quadro de indicadores do DpFC - "Lista de Projetos". Tempos - padrão aplicáveis

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete de Estratégia e Estudos

IND 21 - I103 Proporção de despesa controlada nos relatórios de auditoria MODCOM dos projetos geridos pelo IAPMEI	Sistema de Informação de Gestão de Incentivos (SIGI) Aplicação Informática do DpFC/Base dados Excel "Quadro de Indicadores do DpFC - "Lista de Projetos"
IND 22 - I41 Nº de alertas informativos específicos emitidos e de intervenções de escalar conteúdo sobre os mecanismos de apoio ao empreendedorismo realizadas	Alertas informativos emitidos
IND 23 - Grau de execução do Programa 2013 - 2014 da Enterprise Europe Network PT na componente IAPMEI	Relatórios de progresso internos e de reporte à C. Europeia, Indicadores PES do Programa, Registos na ferramenta KMS - Knowledge management System
IND 24 - I43 Nº de empresas apoiadas no âmbito do serviço de tutoria personalizada na gestão da formação dos colaboradores, identificando as necessidades, elaborando um plano de formação e executando ações formativas	Relatórios da tutoria elaborados
IND 25 - I191 Proporção de trabalhadores abrangidos por ações de formação dinamizadas pelo IAPMEI	Lista de presenças de cada Ação de formação, Certificados de Formação Profissional

Fundamentação do desvio

IND 1 - A superação da meta fixada deveu-se fundamentalmente ao interesse que este tipo de iniciativa gerou junto das PME, o que levou a uma maior participação das mesmas nos Workshops realizados

IND 3 - O grande dinamismo dos Fundos Business Angels na avaliação e decisão sobre processos de criação das empresas e em fases early stage (mais de 100 operações) explicam o grau de superação do objetivo

IND 4 - A meta estimada teve por base o orçamento disponível pelo POPH, contudo este foi reforçado o que permitiu aumentar o número de empresas participantes neste tipo de Ação

IND 5 - A superação da meta fixada deveu-se por um lado ao interesse a que este tipo de produto gerou junto das PME e por outro pelo facto de existir uma plataforma aberta o que facilitou o acesso das PME ao mesmo

IND 6 - O facto da realização do diagnóstico evoluir de forma personalizada para uma via eletrónica, permitiu uma maior eficiência a equipa responsável na elaboração dos planos de melhoria

IND 7 - A alteração da metodologia utilizada na dinamização desta Ação, sob a passando de uma abordagem personalizada para uma abordagem em grupo- "Dia aberto ao conhecimento", permitiu um maior número de intermediações com as entidades envolvidas nesta iniciativa

IND 10 - A superação da meta fixada deveu-se ao facto dos serviços desconcentrados (CDE - Centro Desenvolvimento Empresarial), terem realizado visitas não previstas atendendo a necessidades de PME

IND 11 - A superação do indicador deveu-se ao facto de os pedidos de pagamento de incentivo terem sido superiores às expectativas, o que induziu um aumento de eficácia no cumprimento dos prazos definidos

IND 12 - O indicador foi superado, por terem sido recuperados alguns créditos de montante avultado, cuja recuperação não era previsível com segurança.

IND 13 - A superação da meta fixada deveu-se ao facto dos serviços desconcentrados (CDE), terem realizado mais visitas do que inicialmente previstas, de forma a poderem satisfazer em tempo oportuno as necessidades das PME

IND 14 - O desempenho da equipa do SIREVE conjugado com a motivação e esforço das empresas para melhoria dos planos de viabilização justificaram o grau de execução de acordos celebrados

IND 16 - A superação do indicador deveu-se ao facto de a procura dos sistemas de incentivo ter sido superior às expectativas e, também a eficiência conseguida no cumprimento dos prazos definidos em cada um dos concursos

IND 21 - O desvio verificado neste indicador está relacionado com a data de abertura de novas fases de candidaturas, nomeadamente, do Comércio Investe. Só se verificou a sua abertura no final do ano pelo que as candidaturas só terão execução em 2014. Deste modo ficou condicionada a realização de auditorias e consequentemente de despesa "controlada".

IND 23 - Este valor decorre do elevado interesse das empresas em ações e serviços da Enterprise Europe Network. Verificou-se, por outro lado, alteração de prioridades na execução do Programa, com particular incidência no último trimestre com a organização de Mission for Growth, o que tendo implicado a redução de algumas tarefas anteriormente planeadas, foi mais do que compensado com o aumento significativo de outras, bem como pela realização de atividades não planeadas.